



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA  
POLÍTICA

KAREN ELENA COSTA DAL CASTEL

**LEI AGRÁRIA E REVOLTA DOS *CIOMPI*: TEORIA DO CONFLITO  
CIVIL NA REPÚBLICA DE MAQUIAVEL**

FLORIANÓPOLIS

2021

Karen Elena Costa Dal Castel

**LEI AGRÁRIA E REVOLTA DOS *CIOMPI*: TEORIA DO CONFLITO CIVIL NA  
REPÚBLICA DE MAQUIAVEL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em Sociologia e Ciência Política – área de concentração: Ciência Política.  
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Silva

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dal Castel, Karen Elena Costa

Lei Agrária e Revolta dos Ciompi: : teoria do conflito  
civil na república de Maquiavel / Karen Elena Costa Dal  
Castel ; orientador, Ricardo Silva, 2021.

150 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,  
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Ciência Política. 3.  
Maquiavel. 4. Conflito. 5. Liberdade. I. Silva, Ricardo.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Karen Elena Costa Dal Castel  
**Lei Agrária e Revolta dos *Ciampi*: Teoria do Conflito Civil na república de Maquiavel**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Ricardo Silva  
(PPGSP/UFSC)  
Orientador/Presidente

Prof. Dr. José Antônio Martins  
(UEM)

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso  
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Jean Gabriel Castro da Costa  
(PPGSP/UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Sociologia e Ciência Política – área de concentração: Ciência Política.

---

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
Coordenador do Programa

---

Prof. Dr. Ricardo Silva  
Orientador

Florianópolis, 23 de abril de 2020.

Ao meu amigo Elton Bruno (*in memoriam*)

À minha avó Elisia (*in memoriam*) e minha mãe Luiza, por me fazerem sonhar

## AGRADECIMENTOS

À todas as mulheres que vieram antes de mim, devo ser grata pela luta, pela resistência e por saberem há muito tempo que é preciso ter voz, em meio a tantos que nos silenciam. Fui criada e muito amada por duas mulheres, que sempre foram meu exemplo de luta e de sonhos. Minha vó e a filha dela, minha mãe Luiza que no auge de sua juventude cheia de desafios, me teve e por minha causa “sacrificou seus sonhos para que eu sonhasse” (rupi kaur). Mãe, essa tese é pra ti e nenhuma palavra será suficiente para agradecer tudo que tu fizeste por mim. Agradeço a tua luta e os teus sacrifícios para me criar, agradeço os teus erros e acertos, e se sou quem sou hoje, é porque tu me ensinastes a estudar e buscar realizar meus sonhos e a não depender de ninguém além de mim. Sem saber, tu já eras feminista e me passaste sem perceber um dos grandes significados do movimento: que o lugar da mulher é onde ela quiser. Sempre soubemos que “um homem não te define; sua casa não te define; sua carne não te define; você é seu próprio lar” (Francisco, el hombre). Obrigada mãe por tantos ensinamentos e por ser um exemplo de mulher e de luta.

Agradeço também a outra mulher da minha vida, a mãe de minha mãe, minha avó Elisia (*in memoriam*), que há doze anos deixa saudades em meu coração. Cresci vendo minha vó trabalhando, com muito orgulho me mostrava suas fotos de quando se formou no curso da cruz vermelha. Ela, que teve quatro filhos, trabalhava para sustentar a casa e alimentar a prole. Lembro de quando deitava em seu colo e sentia ser o lugar mais seguro do mundo. Lembro de tantos ensinamentos seus, e cedo já aprendi que nem todos tinham o conforto de uma casa e comida na mesa. Cresci com ela me dizendo “tomara muitos” ter essa roupa ou essa comida, ou seja, valorizar o que tem, sem reclamar. Infelizmente essa ainda é a realidade do nosso país, e felizmente eu aprendi cedo que, tirando o fato de ser mulher, devo me considerar uma privilegiada pelo contexto familiar que vivi e que me deu oportunidades de estudar e me dedicar aos estudos integralmente. Por causa de minha vó e de minha mãe fiz uma faculdade, um mestrado e um doutorado que se realiza. A elas devo a mulher que sou hoje, forte e consciente do mundo desigual que vivemos. Todos os dias luto para melhorá-lo a cada passo que dou, percebendo que a representatividade importa muito, principalmente na academia, ainda bastante elitizada e com grande desigualdade de gênero, principalmente nos cargos de chefia.

Estendo os meus agradecimentos iniciais ao meu irmão Maicon que esteve presente em vários momentos importantes na minha jornada, sempre me incentivando e acreditando em meu potencial. Em especial dedico essa tese à minha irmã mais nova, Bruna. A ti, minha pequena, eu agradeço pelo carinho e apoio que compartilhamos juntas. Mesmo há uns trezentos quilômetros de distância, estamos sempre perto uma da outra e eu espero ser para ti um pouco do que essas duas mulheres (nossa mãe e nossa avó) é e foram para mim: o significado de ser mulher de luta e de resistência, com os aprendizados que tive com elas e tento te passar: humildade, honestidade, persistência nos sonhos, paixão pelo que faz, amor pelos que te rodeiam e te querem bem, empatia e respeito às diferenças que também nos unem. Espero mostrar que tu podes ser o que quiseres, que o mundo é teu e que tu não precisas chegar a um mestrado ou um doutorado por mim, nem por ninguém além de ti mesma. Que a minha jornada te seja sim uma inspiração, mas não uma pressão social de que tens de chegar aqui ou a algum lugar porque alguém da tua família chegou. O que importa é a tua escolha baseada no que tu gostas de fazer. E não deixe que ninguém diga que o teu sonho é menor que o de outro, porque não é. Todos os sonhos valem a pena ser sonhados. E te falo isso porque sei que um dia tu poderás duvidar deles, pois te digo que eu também duvidei, e tudo bem duvidar. Fazer o doutorado me trouxe grandes experiências, mas é um caminho bastante solitário. Então, pequena, se quiseres seguir esse caminho saiba que eu estarei aqui segurando tua mão e te impulsionando, mas que isso seja uma escolha tua. E se eu for inspiração para alguma coisa na tua vida, que seja para não desistir dos teus sonhos e para seguir o que tu amas. Quando desistir for uma escolha (e é um caminho que nos tenta a cada desafio) peço que venhas aqui novamente e leia esse agradecimento para voltares a sonhar.

Agradeço também ao meu pai Juvenal, que embora não tenha participado da minha vida desde o início, foi fundamental na continuidade do meu desenvolvimento como ser humano e, desde então, tem sido um grande parceiro e incentivador. Pai, embora ainda seja difícil me dirigir a ti assim, a escrita me permite que esse sentimento flua melhor. Então quero te agradecer por todos os momentos que compartilhamos em família, pelas conversas acolhedoras e filosóficas, por todos os aprendizados que tive e continuo tendo contigo. Juntos tivemos de ressignificar a nossa história para hoje desfrutar de uma relação de pai e filha que precisou se desenvolver de uma forma diferente, mas com muito afeto, respeito e paciência nessa construção. Durante muito

tempo a ausência paterna fez parte de mim e com o nosso encontro pude me permitir o sentimento do perdão e que, para além deste, eu decidi ficar na tua vida e entender os teus processos, apesar de discordar e de não deixar de pontuar os teus motivos. Eu aprendi a lidar com as cicatrizes que fazem parte da minha existência e hoje tenho serenidade para me olhar e reconhecer que essa parte da minha vivência teve muita dor, mas que apesar dela eu posso seguir uma nova página. E por isso eu te agradeço, por hoje estarmos presentes nas nossas vidas com leveza e amor. Estendo meus agradecimentos também à esposa de meu pai, Sirlei. Outra mulher exemplar, que me recebeu de braços abertos em sua vida, sem saber como seria o mundo dela a partir da minha chegada, mas tentando de todas as formas fazê-lo o meu mundo também. Agradeço também à minha irmã Giordana por ter me recebido em sua vida de uma forma tão afetuosa e por termos juntas construído um afeto de irmandade.

Chego no momento de agradecer ao meu esposo, amigo e parceiro de todas as horas, Rafael. A ele devo agradecer por aguentar firme meus devaneios, minhas crises de choro, que anteciparam a reta final da escrita da tese. Obrigada meu amor por estar firme do meu lado, me dando suporte e acreditando em mim e no meu trabalho, mesmo quando eu achava que não podia mais. Obrigada por partilhar a tua vida com a minha e das duas transformarmos em nossa vida, nossos sonhos. Por abraçar o doutorado e essa tese junto comigo, por ter paciência de ver ela crescer em meio ao caos de um governo que insiste em desvalorizar as riquezas do Brasil, principalmente a pesquisa e as nossas universidades públicas. Obrigada também por ser esse companheiro de luta e resistência. Em um cenário desolador, com uma onda de governos conservadores e de extrema-direita no poder, te ter ao meu lado nessa luta tem sido um alento. Também quero te agradecer pela paciência durante todo o doutorado, por respeitar esse momento e ser o meu maior incentivador. Muitos acontecimentos nos atropelaram durante esse período, sendo o melhor deles quando resolvemos “juntar as escovas” e desde então a nossa família tem sido construída do nosso jeito, com amor e muita dedicação, superando as dificuldades que surgiam e as próximas que virão. Obrigada por ser o melhor esposo e namorado, por fazer o melhor churrasco, por ter me ensinado a fazer a maionese (modéstia parte superei o mestre) e por fazer a deliciosa sopa de *capeletti* que eu tanto amo. Obrigada por ser meu aconchego nas horas boas e ruins, por cuidar de mim. Obrigada por transbordar a minha vida e por ter o melhor abraço. Por me fazer uma pessoa melhor. Por acreditar que eu podia escrever essa tese e por nunca ter dúvidas disso. Obrigada enfim, por



ser o lugar onde eu quero sempre estar e por tornar nossa vida à dois, melhor do que eu imaginava.

Sou grata também às minhas grandes amigas que dividiram comigo parte dessa jornada do doutorado, algumas antes, outras durante o percurso. Em especial agradeço a minha best Ju, que carrego comigo desde Pelotas, nesses doze anos de amizade pura e sincera, te agradeço minha amiga por estar sempre presente em todos os momentos, mesmo distante fisicamente. Obrigada por tantas indiadadas juntas, pelas mensagens diárias e ligações, pelas visitas, pelo mate amargo, pelos cafés e por sempre ter bolachinhas e docinhos à minha espera. Também quero agradecer minha outra amigona de Pelotas, agora doutora e professora da UFRGS, Jennifer. Nunca me esqueci da nossa promessa lá no mestrado da UFPEL, de irmos juntas até o final. E fomos. Cada uma no seu tempo. Nesses nove anos de amizade, estiveste junto comigo me incentivando e compartilhando tuas conquistas que sinto como se minhas fossem. Obrigada minha amiga pelo apoio incondicional.

Quero agradecer também à Fran. Amiga que São Leopoldo me presenteou e que quero levar comigo para o resto da vida. Obrigada por ter sido como uma família para mim quando eu mais precisei, por todas nossas aventuras, noites do pijama e chimas com casca de laranja, conselhos, risos e choros. Obrigada minha amiga por se fazer presente na minha vida. Sou grata também as amigas e colegas da Prefeitura de São Leopoldo que acompanharam de perto essa jornada. Agradeço também às pessoas queridas da SECULT pelo apoio incondicional, em especial, ao Joel pela sensibilização em entender os meus compromissos na pós-graduação e principalmente, por me apoiar na reta final da tese.

Não posso deixar de mencionar meu primo Diogo, pessoa fundamental nesse mosaico de agradecimentos. Obrigada por toda a acolhida que me destes em Florianópolis, por abrir as portas da tua casa para me receber sempre que eu precisei. Obrigada pelas conversas e cafés. Serei eternamente grata por termos resgatado esse laço de primos irmãos e amigos, mais um presente que o doutorado me deu e que espero levar para o resto da vida! Quero agradecer também a duas amigas que o doutorado meu deu: Yasmin e Renata. Agradeço às duas pelo apoio durante essa jornada, pelas caronas até a rodoviária nas idas e vindas de Floripa até São Leopoldo, pelos pousos, cafés, almoços, escritas, risos, choros e drinks que compartilhamos nesse árduo caminho que é fazer um doutorado. Nossa amizade nos fortalece e representa a união de quem também compartilhou com a gente grande parte dessa

jornada, nosso amigo Elton Bruno. Meu parceiro, parece que foi ontem que nossos caminhos se cruzaram em uma disciplina como aluna(o)s especiais no PPGSP da UFSC. Dali em diante nossa amizade cresceu de uma forma honesta e leve. É coisa rara encontrar alguém como tu, de uma presença e espiritualidade muito forte. De um sorriso no rosto que a toda(o)s encantava. Admirada e orgulhosa eu era (e sempre serei) da nossa amizade. Falava de ti para todas as pessoas que eu convivia, do quão especial foi ter conhecido alguém como tu, fora do comum. De uma inteligência única e de uma vivência do nordeste, bem diferente da minha aqui do sul. E assim compartilhávamos as diferentes culturas dentro de um Brasil que sonhávamos sem preconceitos. Não demorou muito para aprenderes o “bah”, experimentar o mate amargo segurando a bomba igual canudinho e não gostar! Sem falar do sotaque paraibano que eu pegava rapidinho. Então parceiro, eis que tu nos deixaste tão depressa, que nem me despedir de ti eu consegui. Mas mesmo distantes, nos fazíamos sempre presente. Eu sei e espero de verdade, que tu estejas em um lugar muito melhor que esse, que não te acolheu da forma que tu merecias. Tu me ensinaste tanto sobre Brasil, sobre desigualdade social, sobre racismo e homofobia, de uma forma que eu não tinha aprendido em livro algum. Isso porque viveste na pele tudo isso junto. Tua passagem aqui pelo sul deixou marcas em cada um que te conheceu. Teus ensinamentos eu levarei comigo, como uma forma de te manter vivo em mim. Repassarei e contarei a tua história de luta e perseverança sempre que puder. Tuas ideias de um mundo mais justo, mais amoroso e menos segregacionista já estão sendo germinadas por mim e por aqueles que contigo caminharam e te admiravam. Tu te foste, mas deixaste sementes. A tua luta eu não posso lutar como protagonista porque não é o meu lugar de fala, mas eu vou seguir lutando como coadjuvante. Prometo resistir e estar ao lado daqueles que ainda não puderam ver o sol brilhar. Foi um privilégio ter te conhecido e ter sido tua amiga e parceira na teoria política. Agora tu és uma estrela a brilhar ao som da tua musa Maria Bethânia. E essa tese eu dedico à ti também, em homenagem à toda nossa trajetória, de encontros, histórias, sonhos e afetos. Mais uma vez, foi um privilégio ter te conhecido e ter sido tua amiga nessa intensa jornada.

Em tempo, agradeço às universidades federais as quais passei, FURG, UFPEL e UFSC, pelo estudo gratuito, de qualidade, pelas professoras e professores que me auxiliaram nessa caminhada. Agradeço ao PPG de Sociologia e Ciência Política da UFSC, em especial ao professor Ricardo Silva, pela orientação e paciência, pelas

correções finais cuidadosas e por ter acreditado no potencial de minha pesquisa. Aos professores da banca de qualificação Jean Castro e Tiago Losso, agradeço também pelas críticas construtivas que me permitiram avançar na construção desta tese. Aos professores Carlos Eduardo Sell, Ernesto Seild e Elisabeth Farias, agradeço pelas aulas enriquecedoras e por criarem um ambiente acolhedor, com troca de ideias de forma respeitosa. À(o)s funcionária(o)s da secretaria do PPGSP, em especial a querida Albertina, Janete e Otto sempre atenta(o)s às nossas demandas, têm a minha gratidão. Agradeço também a CAPES pela oportunidade de financiar minha pesquisa. Auxílio fundamental para fomentar a pesquisa científica no Brasil. Sem a bolsa não há pesquisa, e sem pesquisa não se evolui enquanto nação.

Por fim, sou grata a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e deixaram boas impressões, memórias, cafés e histórias que junta(o)s compartilhamos e que, de uma forma ou de outra, tecem o que sou hoje e me dão forças para acreditar que eu posso chegar até aqui. Muito obrigada a todos e todas!

*Oh, mente humana insaciável, arrogante  
Ardilosa e volúvel, e acima de qualquer coisa  
Maligna, iníqua, impetuosa e selvagem,  
Por causa de sua ânsia ambiciosa  
Se fez a primeira morte violenta  
No mundo, e a primeira relva ensanguentada.*

*Niccolò Machiavelli, Dell' Ambizione*

*“Creio que esta seria a verdadeira forma de encontrar o Paraíso: aprender o caminho do Inferno para fugir dele”.*

[Carta de Maquiavel a Guicciardini, 17/05/1521].

## RESUMO

A pesquisa trata do papel dos conflitos sociais no republicanismo de Maquiavel, tal como esse tema aparece em duas de suas duas grandes obras: *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *História de Florença*. A partir dos debates fomentados pelas Leis agrárias, presente nos *Discorsi*, e os desdobramentos da Revolta dos *Ciampi*, nas *Istorie*, analisa-se a forma como Maquiavel retratou esses conflitos. Fundamentado no diagnóstico da inevitabilidade das discórdias, o florentino rompe com a tradição humanista, apontando que a desunião entre a plebe e o senado foi a causa da liberdade romana. Mas a Lei Agrária o desafia. Ora foi necessária para frear as ambições dos grandes, ora foi a causadora da destruição da república. Soma-se a isso a forma como Maquiavel conduz os relatos da Revolta dos *Ciampi*, analisada por alguns intérpretes do florentino como um divisor de águas na reflexão maquiaveliana sobre o conflito social. Para esses intérpretes, as intenções da plebe e o surgimento neste setor social do desejo de dominar, típico dos *Grandi*, constituem forças causadoras da corrupção da república florentina. A tese tem como objetivo criticar e refutar essa interpretação.

**Palavras-chave:** Maquiavel. Conflito. Liberdade. Lei Agrária. Revolta dos *Ciampi*.

## ABSTRACT

The research deals with the role of social conflicts in Machiavelli's republicanism, as this theme appears in two of his two great works: Discourses on the first decade of Tito Livio and History of Florence. Based on the debates fostered by the Agrarian Laws, present in the Discorsi, and the developments of the Ciompi revolt, in the Istorie, we analyze the way in which Machiavelli portrayed these conflicts. Based on the diagnosis of the inevitability of disagreements, the Florentine breaks with the humanist tradition, pointing out that the disunity between the commoners and the senate was the cause of Roman freedom. But the Agrarian Law challenges him. Now it was necessary to curb the ambitions of the great, now it was the cause of the destruction of the republic. Added to this is the way in which Machiavelli conducts reports of the Ciompi revolt, analyzed by some interpreters of the Florentine as a watershed in Machiavelli's reflection on social conflict. For these interpreters, the intentions of the commoners and the emergence in this social sector of the desire to dominate, typical of the Grandi, are forces that cause corruption in the Florentine republic. The thesis aims to criticize and refute this interpretation.

**Keywords:** Machiavelli. Conflict. Freedom. Agrarian Law. *Ciompi* revolt.

## RIASSUNTO

Questa ricerca tratta della parte dei conflitti sociali nel repubblicanismo di Machiavelli, il presente tema appare in due delle sue grandi opere: *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* e *Istorie Fiorentine*. Sulla base di discussioni sostenute nelle Leggi Agrarie, presenti in *Discorsi* e gli sviluppi della rivolta dei *Ciampi*, nella *Istorie*, si analizza il modo in cui Machiavelli rappresenta questi conflitti. Basato nella diagnosi dell'inevitabilità delle discordie, il fiorentino rompe con la tradizione umanista, sottolineando che la disunione tra il popolo e il senato fu la causa della libertà romana. Ma la Legge Agraria lo sfida. Ed era necessario per frenare le ambizioni dei *Grandi* che fu la causa della distruzione della repubblica. Aggiungersi a questo il modo come Machiavelli direziona i racconti della rivolta dei *Ciampi*, analizzato da alcuni interpreti fiorentini come un divisore di acque nella riflessione machiavelliana sul conflitto sociale. Per questi commentatori, le intenzioni della plebe e l'emergere in questo settore sociale del desiderio di dominare, tipico dei *Grandi*, costituiscono forze che causano la corruzione della repubblica fiorentina. La tesi ha lo scopo di criticare e rifiutare questa interpretazione.

Parole chiave: Machiavelli. Conflitto. Libertà. Leggi Agrarie. Rivolta dei *Ciampi*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Lema de Micipsa impresso em uma medalha satírica celebrando a Paz de Utrecht (1713). .....	48
Figura 2. Moeda holandesa cunhada em 1894 até 1899. Lema à direita ( <i>concordia res</i> ) e à esquerda ( <i>parvae crescunt</i> ). .....	48
Figura 3. Museu de Arte Ateneum, Helsinque/Finlândia. O prédio é datado de 1887. ....	49



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre as correntes interpretativas .....	117
---	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	34
<b>1 - A HEGEMONIA DA CONCÓRDIA CIVIL: PRECURSORES, ANTECESSORES E CONTEMPORÂNEOS DE MAQUIAVEL</b> .....	<b>45</b>
1.1 MARCO TÚLIO CÍCERO E A <i>CONCORDIA ORDINUM</i> .....	46
1.2 COLUCCIO SALUTATI E LEONARDO BRUNI: OS ANTECESSORES.....	56
1.3 FRANCESCO GUICCIARDINI: CONTEMPORÂNEO DE MAQUIAVEL.....	64
<b>2 - TEORIA DO CONFLITO CIVIL NOS <i>DISCORSI</i> DE MAQUIAVEL</b> .....	<b>73</b>
2.1 CONFLITO POSITIVO EM ROMA E A LIBERDADE REPUBLICANA.....	76
2.2 LEI AGRÁRIA: O FIM DA REPÚBLICA ROMANA?.....	91
<b>3 - TEORIA DO CONFLITO CIVIL NAS <i>ISTORIE FIORENTINE</i>: O CONFLITO NEGATIVO EM FLORENÇA</b> .....	<b>101</b>
3.1 <i>ISTORIE FIORENTINE</i> : SIMETRIA DOS HUMORES?.....	101
3.2 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE FLORENÇA: AS DIVISÕES SOCIAIS.....	105
3.3 A REVOLTA DOS <i>CIOMPI</i> : DEGENERAÇÃO DO CONFLITO CIVIL?.....	116
3.4 REVOLTA DOS <i>CIOMPI</i> E LEI AGRÁRIA: UMA INTERPRETAÇÃO.....	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>141</b>

## INTRODUÇÃO

De anticristo<sup>1</sup>; grande subversivo e professor do mal<sup>2</sup>; humanista angustiado<sup>3</sup>; à inovador revolucionário<sup>4</sup> e pensador republicano defensor da liberdade<sup>5</sup>. O que Maquiavel teria dito ou sugerido é considerado algo peculiarmente perturbador, algo que tem causado uma profunda e duradoura inquietação (BERLIN, 2002). Endossando o que se pressupõe como “o escândalo de Maquiavel” (BORELLI, 2006), tomamos o empréstimo das questões tão bem pontuadas por Berlin (2002) que representam um guia inicial motivador dessa pesquisa, dando a ela energia e sentido de um longo caminho a ser percorrido – o das multifacetadas interpretações<sup>6</sup> sobre o pensamento político do florentino. Assim, “o que havia de tão perturbador nas visões de Maquiavel? [...]”. Se não é o realismo [...], nem seu empirismo [...] que se mostra tão chocante durante todos esses séculos, o que é então (BERLIN, 2002, p. 306)? Essa questão acompanhará nossa linha de raciocínio ao longo da pesquisa e veremos as respostas se desenhando a medida em que vamos conduzindo a escrita da trajetória do nosso pensador florentino em conjunto com seu contexto social, político e histórico. A partir dessa inquietação, consideramos que as características que compõe o perfil realista de Maquiavel, ou mesmo o seu “senso calculista” (BERLIN, 2002, p. 300) não seriam suficientes para explicar tantas interpretações negativas a respeito de sua teoria. Concordamos

---

<sup>1</sup> (PREZZOLINI, 1954).

<sup>2</sup> Maioria dos dramaturgos elisabetanos (BERLIN, 2002). Essa denominação “professor do mal” – “teacher of wickedness” e “teacher of evil” - é dada por Leo Strauss (1978) a fim de resumir a imagem tradicional de cunho pejorativo sobre Maquiavel, sendo, segundo Silva (2013), ainda absorvida pelo senso comum de nossa época.

<sup>3</sup> (CROCE, 1925).

<sup>4</sup> (GRAMSCI, 1989; 2000).

<sup>5</sup> Nas últimas cinco décadas, a interpretação do pensamento político de Maquiavel como um pensador da liberdade e estadista dedicado ao bem comum, vem sendo reivindicada em substituição ao conselheiro de príncipes e “professor do mal” (SILVA, 2013).

<sup>6</sup> Não é nosso objetivo abordar as variadas interpretações positivas e negativas acerca da política maquiaveliana, contudo, trataremos das correntes interpretativas com viés republicano, uma vez que seguimos e acreditamos que essa perspectiva aprofunda os elementos basilares para demonstrar as grandes contribuições do pensador para a teoria política. Conforme Silva (2013), o republicanismo de Maquiavel vem sendo apontado por variados autores desde o século XVI, porém somente nas últimas décadas essa interpretação assumiu um movimento mais intenso, suficiente para contrapor a interpretação tradicional. Contribuem para essa vertente do Maquiavel republicano: Pocock (1975); Skinner (2010); Viroli (1998); Lefort (1972); Gaille-Nikodimov (2004a) e McCormick (2011). No Brasil destacam-se os trabalhos de Bignotto (1991); Ames (2000); Adverse (2003); Cardoso (2015) e Silva (2013).

com Berlin (2002) que é necessário algo a mais para justificar tanto o horror duradouro quanto as diferenças entre os comentaristas. O autor faz uma breve análise das interpretações<sup>7</sup> rivais mais famosas acerca do florentino e, logo após, aponta o que ele acredita terem sido as crenças positivas de Maquiavel, sendo uma delas, a incompatibilidade de dois ideais de vida, a saber, duas moralidades: a pagã<sup>8</sup> e a cristã<sup>9</sup>. Não nos ateremos aqui a esse debate, embora ele apareça mais adiante no primeiro capítulo, onde faremos uma análise da ideia de mundo e da sociedade como um padrão de unidade, de um todo harmônico, de uma perfeição a qual Maquiavel não só discorda como rompe com toda essa doutrina sustentada na religiosidade cristã e nos princípios da filosofia clássica. Nossa análise será voltada para outra questão que consideramos ser o maior motivador da ruptura do pensamento do florentino com a tradição vigente: a aceitação e o reconhecimento do conflito civil como fundamento da construção política. O choque de alguns intérpretes se dá justamente porque notamos que o estudo dos conflitos e seu papel na sociedade foi por muito tempo negligenciado dentro da teoria política, desde a Antiguidade até a contemporaneidade<sup>10</sup>. As tentativas de compreensão das facções, revoltas e revoluções tem sido temática de muitas obras de grandes pensadores clássicos. Nesse sentido, entendemos que uma

---

<sup>7</sup> (BERLIN, 2002, p. 301 – 306).

<sup>8</sup> Os valores do mundo pagão, segundo Berlin (2002), são: “a coragem, o vigor, a fortaleza na adversidade, a realização pública, a ordem, a disciplina, a felicidade, a força, a justiça, sobretudo a afirmação das reivindicações apropriadas de cada um e o conhecimento e o poder necessários para assegurar que sejam satisfeitas (p. 314).

<sup>9</sup> Os ideais do cristianismo são a caridade, a misericórdia, o sacrifício, o amor a Deus, o perdão aos inimigos, o desprezo pelos bens deste mundo, a fé na vida depois da morte, a crença na salvação da alma individual como algo de incomparável valor” (BERLIN, 2002, p. 314).

<sup>10</sup> Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), dentro das variadas tipologias do Conflito, existem diferentes interpretações acerca do Conflito Social onde, de um lado, o *continuum* são os que consideram qualquer organização social como sinônimo de equilíbrio e harmonia; a isso alinham-se os sociólogos Comte, Spencer, Pareto, Durkheim e Talcott Parsons dentre os contemporâneos, chamando essa composição harmônica de *estado normal*. Nesse sentido, o conflito é considerado uma perturbação, um mal a ser combatido e eliminado, sendo suas causas meta-sociais, ou seja, se encontram fora da sociedade. Na visão antagônica, encontra-se Marx, Sorel, John Stuart Mill, Simmel e Dahrendorf e Touraine entre teóricos mais contemporâneos, que acreditam na presença dos conflitos em qualquer sociedade uma vez que a harmonia ou o equilíbrio não são normalizados em nenhum sistema social e sim o oposto, a desarmonia e o desequilíbrio que dá as diretrizes (PASQUINO, 1998). Maquiavel é apontado por alguns teóricos (que veremos em seguida) como o precursor dessa ruptura do pensamento clássico tradicional, da política normativa que se sobrepõe às diferenças por uma premissa de um ideal unificador e apaziguador do corpo político. A política maquiaveliana, marcada pela “*verità effettuale della cosa*” (*Principe*, XV), sustenta não a unidade, mas a divisão do corpo político, reconhecendo no Conflito - formado pela instabilidade, desequilíbrio e discórdia civil - o verdadeiro motor do *vivere libero*.

das grandes contribuições de Maquiavel tem sido pensar a teoria conflitual como sendo fundamental para a manutenção da liberdade republicana.

Como já dito anteriormente, o destaque de Maquiavel se dá sobre a forma como ele constrói seu pensamento em relação as repúblicas indo em direção contrária a tradição do pensamento político, que considera a harmonia e o consenso como o caminho para o bem comum. Intérpretes como John Pocock (1975) consideram que a desunião e o conflito entre povo e grandes foram, de fato, a causa da liberdade romana e que essa interpretação maquiaveliana seria “chocante e inacreditável para as mentes que identificavam a união com a estabilidade e virtude, conflito com inovação e decadência” (p. 194, tradução nossa). Na mesma linha, Maria Isabel Limongi (2006, p. 63) também valida a grande contribuição de Maquiavel: “a originalidade do pensamento de Maquiavel está, assim, em ter colocado o conflito na base da política, em ter entendido que cabe à política fundamentalmente mediar os conflitos sociais”. Para Limongi (2006), “ninguém depois dele pôde pensar a política sem relacioná-la à questão dos conflitos” (p. 63), sendo o mesmo conflito “estruturante da vida social e *insuperável*” (*ibidem*, grifo nosso). A pesquisa soma-se à essas interpretações que endossam a originalidade<sup>11</sup> de Maquiavel em apontar a função positiva dos conflitos e busca aprofundar o lugar desses conflitos civis no pensamento maquiaveliano, tema que revolucionou a forma de se pensar a contribuição que os dissensos possuem no corpo político dos Estados. Dissensos esses que, segundo Norberto Bobbio, são característica fundamental da democracia dos modernos em comparação com a dos antigos:

a liberdade – melhor: a liceidade – do dissenso [...] baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites (estabelecido pelas chamadas regras do jogo), não é destruidor da sociedade mas estimulante, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer (BOBBIO, 2017, p. 100).

---

<sup>11</sup> Giuseppe Cambiano reforça a inovação da tese maquiaveliana a partir do reconhecimento da positividade dos conflitos, uma vez que “contrariava a interpretação antiga amplamente difundida, ao menos a partir de Platão, do conflito entre os membros da cidade como doença e a celebração correlativa, e em seguida também cireroniana e humanística, da *concordia ordinum* como cimento da comunidade e condição imprescindível de seu florescer em plena saúde” (CAMBIANO, 2000, p. 83).

Isto posto, observamos que Bobbio, apesar de estar falando de sociedades democráticas, cenário não abordado por Maquiavel, representa bem o significado que os dissensos possuem na teoria política contemporânea e, nesse sentido, nossa pesquisa compartilha dessa visão, considerando relevante resgatar esse debate que segue tendo, nas palavras de Ricardo Silva (2013, p. 63) “um estatuto inovador, com tudo que há de irônico em uma inovação já antiga de exatos cinco séculos”. Nessa lógica, a pesquisa tem por foco principal aprofundar a teoria do conflito civil em Maquiavel, baseando-se em suas concepções republicanas<sup>12</sup>, tendo o confronto dos desejos de povo e grandes como a fundamentação de sua existência.

Pretende-se por meio das suas obras<sup>13</sup> *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*<sup>14</sup> e *História de Florença*<sup>15</sup> fazer uma análise da teoria conflitual e suas respectivas incidências nas repúblicas romana e florentina. Eventualmente, e não menos importante, outras obras de Maquiavel serão mobilizadas como *O Príncipe*<sup>16</sup>, assim como também se fará uso das cartas, poemas e escritos políticos do autor de acordo com a necessidade da pesquisa.

Na sequência, observa-se que na obra dos *Discorsi* têm-se o exemplo do conflito civil em seu auge. Através dos desejos díspares entre povo e grandes se conquista e mantém a liberdade republicana. Já em *História de Florença*, o contexto é o oposto do que ocorreu em Roma. Nota-se a degeneração do conflito por meio da corrupção, sendo o momento em que Maquiavel relata o processo de decadência da república florentina. É nessa obra que se pode desvelar o oposto do que seria o conflito positivo por ele relatado nos *Discorsi*, ou seja, a negatividade do conflito e seus efeitos na república florentina.

---

<sup>12</sup> Existem duas linhas de interpretação na leitura republicana da obra de Maquiavel: o republicanismo institucional e o conflitivo. Acreditamos que Maquiavel consegue unificar os dois em um modelo institucional, que incorpora os conflitos e dele se alimenta.

<sup>13</sup> As edições mais utilizadas nessa pesquisa são: para as obras em italiano - MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie*. A cura di Alessandro Capata. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998. Para a tradução em português: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Introdução de Newton Bignotto. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007 e MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Introdução de Patrícia Aranovich. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<sup>14</sup> Será citado apenas como *Discorsi*, na língua original. Em relação à forma citação da obra: (*Discorsi*, I, 4) o número em romano refere-se ao livro e o número arábico ao capítulo.

<sup>15</sup> A *História de Florença* foi encomendada a Maquiavel pelos Medicis no dia 08 de novembro de 1520. É uma obra historiográfica onde o autor narra do declínio do império romano até 1434. Forma de citação: *Istorie* (o restante segue o mesmo formato dos *Discorsi*).

<sup>16</sup> Forma de citação: *Príncipe*.

A cidade de Florença é o contexto que servirá de análise para Maquiavel lamentar a corrosão da república; e concluir dentre outras questões, que a liberdade republicana é destruída pelos interesses privados. Conforme coloca Maquiavel no início do terceiro livro da *História de Florença*:

As graves e naturais inimizades que há entre os homens do povo e dos nobres, causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer, são razão de todos os males das cidades; porque dessa diversidade de humores alimentam-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas. Foi o que manteve Roma desunida; é também – se for lícito comparar coisas pequenas a coisas grandes – o que manteve Florença dividida; se bem que os efeitos gerados em cada uma das cidades foram diferentes: porque as inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos (*Istorie*, III, 1, p. 157).

Nota-se que Maquiavel, ao escrever as *Istorie*, tem por ponto de partida o êxito da república romana, remetendo a todo momento aos *Discorsi* como o exemplo do que não aconteceu em Florença. Assim, o tema desta tese tem por foco central descortinar as possíveis interpretações maquiavelianas acerca da liberdade de um conflito positivo (Roma) protegido por leis em favor do bem comum e de um conflito negativo (Florença), quando esta cidade se encontra corrompida pelas facções. O conflito positivo é aquele que em dado contexto propõe de forma saudável o dissenso entre os humores<sup>17</sup> distintos dos grandes e do povo. A noção de humor, na teoria conflitual maquiaveliana, é entendida como desejo. Os dois humores são o desejo do povo (de não ser comandado nem oprimido) e o desejo dos grandes (comandar e oprimir), sendo esses dois humores os componentes que formam a desunião ou o conflito civil na cidade.

---

<sup>17</sup> Maquiavel faz uma apropriação da teoria dos humores extraída da medicina grega e romana, bastante conhecida durante o Renascimento: “A noção de humor conserva algo de sua origem hipocrática e galênica, pois permite estabelecer que a crise faz parte da vida política normal de qualquer regime. Expressão tumultuada de tendências antagônicas que se opõe de múltiplas maneiras, essa vida tende comumente à conflituosidade. Maquiavel muitas vezes resume a expressão das forças sociais numa fórmula lapidar, que diz da tensão mínima mas permanente que aciona a política: os grandes querem comandar, o povo não quer ser comandado, ou melhor: o povo não quer ser submetido, os grandes aspiram a submeter o povo” (MÉNISSIER, 2012, p.33). Para um estudo mais detalhado na teoria dos humores com esse enfoque da medicina ver também Gaille-Nikodimov (2004a e 2004b).

Há uma interpretação “mais ou menos consensual entre os neorrepublicanos sobre o papel positivo que Maquiavel atribui ao conflito social, compreendendo-o como a causa da liberdade” (SILVA, 2013 p. 55). Em oposição a tal modalidade positiva do conflito, surge o conflito negativo, entendido como a relação deteriorada entre os sujeitos políticos, que se corrompem e se desvirtuam do seu antagonismo saudável. Nesse sentido, avalia-se o fator da corrupção em Maquiavel, como um fenômeno que tende a ocorrer mais facilmente entre os que desejam o poder (os grandes). Além disso, questiona-se na tese se, na teoria dos humores, há possibilidades de mudança do desejo do povo de não ser oprimido, para igualar-se ao desejo de domínio dos grandes e se isto seria uma causa de corrupção das repúblicas. Essa temática será contemplada nos capítulos dois e três da presente pesquisa.

Dentro das escolas do pensamento político, inferimos que, no pensamento lido como republicano em Maquiavel, interessa estudar o funcionamento desse corpo político participativo nas coisas públicas, no exercício pleno do viver livre ou em um conceito mais contemporâneo, de uma cidadania. No pensamento maquiaveliano, o conflito é constituinte da formação de liberdade republicana. Porém, deve-se ter cautela em relação a essa tese do conflito pois “é preciso evitar compreendê-la de forma genérica e em termos exclusivamente normativos, como se Maquiavel estivesse a prescrever o conflito de classes e a realizar um elogio incondicional desses conflitos” (SILVA, 2013, p. 44). Pode-se afirmar que os conflitos somente são saudáveis na medida em que as demandas populares são atendidas e veremos mais adiante como se dá esse processo. É importante adiantar que Maquiavel fala de conflito saudável à república no sentido de dissensões que se diferem dos tumultos considerados nocivos à liberdade.

Isto posto, a República romana deve ser compreendida dentro da concepção de liberdade e do significado dos dissensos internos. Nesse sentido, a forma republicana perfeita de Maquiavel é aquela em que há a desunião entre a plebe e o senado, ou seja, aquela forma de governo que torna possível e saudável o conflito social, sendo este remediado pelas leis para garantir a segurança do povo e da liberdade.

Em se tratando desse elemento primordial no pensamento maquiaveliano, pode-se aqui pincelar alguns conceitos definidores desse valor cívico. O conceito



de liberdade republicana, remonta ao período da Antiguidade Clássica, com Políbio, Cícero e outros pensadores que deram significativas contribuições a essa temática. É importante frisar também que dentro da Teoria Política se consagraram duas grandes divisões do conceito de liberdade, que viriam a ser as liberdades - positiva e negativa - demonstradas por Isaiah Berlin (1981), e pelo teórico Philip Pettit (1999) que elaborou uma terceira via: a liberdade como não-dominação, sendo essa conceituação a que mais se aproxima dos ideais de liberdade em Maquiavel. A característica dessa concepção é uma oposição determinada a exercícios arbitrários de poder, alegando que um povo pode desfrutar de liberdade política na medida em que tem os meios para impedir o “domínio” arbitrário nas mãos dos regentes. Para combater isso, os republicanos clássicos aconselham uma cidadania ativa e engajada, cultivando as virtudes, dentre outras ações.

Colin Bird (2011) cita Skinner afirmando que “o conceito de liberdade negativa foi estabelecido por Hobbes como descrição alternativa e intencionalmente antirrepublicana de liberdade política” (p.202). Bird cita também Philip Pettit que afirmou ser a liberdade republicana uma liberdade negativa, “pois requer a ‘ausência de domínio’ ou ‘não controle’ da parte de outros e não, como em descrições positivas verdadeiras, a presença do domínio de si” (*ibidem*, p. 204). Nesse sentido, Pettit (1999, p. 75), ao resgatar esse conceito, afirma que, “a liberdade como não-dominação – a liberdade republicana – não só se perdeu para os pensadores e ativistas políticos; como chegou a ser invisível para os historiadores do pensamento político” (tradução nossa)”.

Em sua obra “Maquiavel Republicano” Newton Bignotto (1991) analisou o conceito de liberdade nos *Discorsi*. Ele cita Skinner afirmando que “o historiador inglês vê na ausência de impedimentos no momento da fundação, tal como descreve Maquiavel a fundação romana, a definição formal de liberdade” (BIGNOTTO, 1991, p. 79). É famosa a passagem de Maquiavel no livro primeiro dos *Discorsi* em que ele afirma que “em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*Discorsi*, I, 4, p.22, grifo nosso). Esses humores na linguagem maquiaveliana são sinônimos dos desejos e esses são diferentes entre o povo e os grandes, pois um deseja não ser oprimido e o outro

deseja comandar e oprimir. Dessa forma, a liberdade vem a ser o resultado desses conflitos mediados por um importante dispositivo: a lei.

Nota-se, a partir da leitura e pesquisa da obra dos *Discorsi*, que, para Maquiavel, é da desunião que nascerá a liberdade. Para Maquiavel, sociedades harmoniosas nunca existiram, seriam utópicas, vindo de encontro com as teorias platônicas, aristotélicas, do humanismo e humanismo cívico<sup>18</sup>, dentre outras desse gênero. Tendo isso em vista, Maquiavel acredita que a liberdade não é possível enquanto não existir a luta entre as diferenças, posto serem as desavenças e os conflitos sociais que farão surgir a liberdade republicana. Dessa forma, os conflitos são necessários para a elaboração de leis que beneficiem a maioria, propiciando a salvaguarda do bem comum.

Posto isso, percebe-se que a liberdade negativa se assemelha a liberdade como não-dominação pelo fato de ambas não aceitarem a dominação do outro, tendo por característica mais forte a ausência de poder, logo faz-se necessário a existência da terceira vertente do conceito de liberdade, aspecto não observado na argumentação de Colin Bird (2011).

Pode-se então interpretar a liberdade em Maquiavel, como não-dominação no momento em que “o desejo do povo é que está mais próximo da liberdade, pois, não sendo um desejo de poder, mostra uma face importante da liberdade: a não-opressão” (BIGNOTTO, 1991, p.86).

Assim, a liberdade dos republicanos é considerada uma terceira vertente da liberdade como não-dominação, uma vez que, sua preocupação está ligada ao povo, que deve ter os meios para impedir a dominação e assim conservar a liberdade. Tanto Skinner quanto Pettit (1999) convergem para a defesa de um ideal republicano de liberdade como ausência de dominação, que não se reduz ao ideal de autogoverno de cidadãos ativos (liberdade positiva), nem ao ideal de simples ausência de coerção sobre os agentes (liberdade negativa).

A concepção republicana de liberdade não é positiva e Pettit (1999, p. 46) dá as suas razões para interpretar essa liberdade como não-dominação.

A obra de Maquiavel – o principal arquiteto do pensamento republicano no mundo recentemente moderno – mantém seu foco de interesse no mal da interferência [...] assim como a plebe romana, de acordo com Pitkin, buscava a proteção ou a

---

<sup>18</sup> Será abordado no capítulo 1.

segurança privada, assim também, em geral, diz Maquiavel que a avidez da liberdade do povo não vem de um desejo de dominar, mas de não ser dominado (tradução nossa).

Assim, a liberdade para Maquiavel significa o desejo de não-domínio, a existência do livre-arbítrio. Por isso ela se associa mais a liberdade como não-dominação do que simplesmente a liberdade negativa, visto que a primeira necessita da existência do desejo do povo de não ser dominado, já a segunda implica haver somente a ausência de interferência humana de qualquer natureza, na visão de Berlin. Na liberdade como não-dominação além de existir a ausência, há também o desejo de não ser dominado, sendo a arbitrariedade o elemento que a diferencia das outras duas concepções de liberdade. Nesse caso, o sujeito político estaria mais apto a desenvolver suas habilidades. E quem é mais propício para ter as características dessa liberdade é o povo, devido aos humores deste serem diferentes dos humores dos grandes, que desejam dominar, se apoderar, arruinando assim a liberdade. O povo que deseja não ser dominado e que não tem a pretensão de dominar será o escolhido para a 'guarda da liberdade'.

Já se sabe que a liberdade deriva do conflito de desejos. Ela só é possível na medida em que o antagonismo entre povo e grandes pode existir na *polis*. É nesse sentido que a liberdade republicana existe em Maquiavel. A liberdade positiva é entendida pelo conflito de desejos. E tal conflito é benéfico enquanto garantia de participação política do povo; enquanto esse tem o direito de decisão nas coisas públicas. Enquanto o povo desejar não ser dominado e os grandes desejarem dominar, a liberdade estará garantida. O risco que se corre é o povo desejar o poder ou os grandes dominarem o povo. Em ambos os casos perde-se o sentido da liberdade, resultando em uma tirania, em um conflito negativo corrompido pela ganância do povo e dos grandes. Dessa forma, o conflito positivo é necessário em Maquiavel. Ele forma um cenário desarmônico, uma sociedade com desejos opostos e nisso se sustenta a liberdade. É nessa desarmonia que ela encontra o seu fundamento.

Maquiavel delega ao povo a função de guardião da liberdade, não porque ele não possui o desejo de se apoderar, mas simplesmente pelo fato de se ter um menor risco com relação aos grandes ou ao príncipe pelo desejo do domínio. O povo, segundo José Luis Ames (2002), também tem o desejo de dominar,

porém sua interpretação é de que esse humor é menor que o desejo dos outros de comandar. Sua ideia é plausível, no sentido de acreditar que confiar a liberdade no povo é menos arriscado, pois é o desejo do povo de não ser comandado, que é ressaltado em Maquiavel.

Embora exista uma preocupação em Maquiavel, principalmente nas *Istorie*, ao separar o povo pelos seus ofícios, a ênfase que o autor pretende mostrar em suas obras é a divisão de um corpo político e o que as faz existir é a desunião, que “entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana” (*Discursos*, I, 4, p.21). A preocupação de Maquiavel é com o *status* político. Esse confronto é simples na teoria dos humores: os grandes querem dominar e o povo não quer ser dominado.

Em relação ao papel do povo nas obras do florentino, existe uma corrente de pensamento que considera o povo como um sujeito passivo nas atividades da *res publica* e uma outra interpretação que rebate essa tese, afirmando ser o povo ativo na *polis*. As correntes interpretativas que remontam a Strauss, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez e Skinner, atribuem ao povo um papel passivo na política, servindo de instrumento ao príncipe e desejando apenas não ser oprimido. Essa interpretação se origina no capítulo IX d’*O Príncipe*, onde Maquiavel coloca que “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*O Príncipe*, IX, p. 45). Assim, defendem esses autores que o povo é passivo, pois que ele deseja tão somente não ser oprimido, ou seja, seu contentamento é simples: basta que o príncipe garanta a sua segurança que ele se satisfará.

Adverse (2007) afirma que Sfez se apóia em Lefort “o qual insiste no caráter universal, indeterminado do desejo do povo. Na corrente interpretativa que remonta a Leo Strauss, da negatividade desse desejo é deduzida a passividade do povo” (p. 36). O que para esse autor, é confundir o desejo do povo com a origem de sua classe social. Ele cita ainda Harvey Mansfield (1996) que afirma o seguinte:

Para Maquiavel, somente alguns homens são políticos, e eles governam em qualquer regime, não importa como seja chamado. O povo não deseja governar e quando parece governar, está sendo manipulado por seus líderes. Ele é matéria sem forma, corpo sem cabeça. Uma vez que não pode governar,

o regime é sempre o governo de um príncipe ou de príncipes (apud ADVERSE, 2007, p. 36).

Nos *Discorsi*, Maquiavel discorre sobre a diferença dos dois humores de povo e grandes. A obra traz uma linearidade em relação à imutabilidade desses desejos. O povo deseja não ser dominado e justamente devido a tal desejo ele quer ser o oposto dos que governam, possuindo a missão de salvaguardar a liberdade, de participar das questões políticas, de reivindicar leis para o bom funcionamento da República.

Nas *Istorie*, Maquiavel expõe um outro viés do comportamento do corpo político povo. A obra se passa em um contexto de muitas guerras, de uma Itália dividida e dominada pelo estrangeiro. Por conta disso, alguns teóricos como Gérald Sfez, José Luiz Ames e Fillippo Del Lucchese colocam que Maquiavel parece modificar seu pensamento acerca de sua teoria dos humores, juntamente com o conflito do qual resultam esses humores. Nos *Discorsi* há uma constatação de que “em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (I, 4, p. 22). Já nas *Istorie* os comentadores que veremos em seguida, apontam para possíveis transformações na teoria do conflito civil de Roma à Florença, especificamente em dois importantes conflitos que são centrais em nossa análise: a Lei Agrária e a Revolta dos *Ciompi*.

Assim, nota-se que os contextos de Roma e Florença são fundamentais para demonstrar mudanças no raciocínio de Maquiavel em relação aos temas do conflito e dos desejos. Segundo esses comentadores, em Florença parece existir um deslocamento do desejo do povo, ou seja, Maquiavel indica que os humores seriam mutáveis. Que o povo, ao se rebelar, abre caminho para desejar o mesmo que os governantes: o desejo do domínio e do poder. O ponto crucial e importante para a compreensão dessas revoltas é questionar o que desencadeia essa fúria do *popolo* florentino. Quais seriam as motivações que os populares teriam para ocasionar as rebeliões em Florença e se elas seriam uma reação pelas injustiças e desigualdades em direitos políticos e sociais cometidas pela elite dominante ou se a origem estaria no desejo popular que demonstra em *Istorie*, ser distinto do desejo de não ser dominado.

Posto isso, sabendo que as discórdias em Florença não produziram os mesmos efeitos que em Roma, e ainda observando a revolta dos populares sendo bastante diferente das que ocorreram em Roma, dando a ideia de um possível deslocamento dos desejos de povo e grandes, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: *Teria Maquiavel renunciado à sua defesa do conflito como fundamento da liberdade republicana exaltada nos Discorsi, ao escrever História de Florença? Considerando que exista a possibilidade da mutabilidade dos desejos entre povo e grandes, convergindo para um mesmo fim (domínio), Maquiavel invalidaria a tese do conflito como causa da liberdade republicana?*

Ainda, um conjunto de questões para auxiliar a problemática principal: Se o povo, guardião da liberdade, corrompe-se e vai atrás de interesses como, por exemplo, o poder dos grandes, ele não é mais o protetor dessa liberdade? O fato de o povo resolver lutar pelos seus direitos particulares, lutar pelas suas posses, o tornaria igual aos grandes? *Ou* os desejos na teoria do conflito são imutáveis?

Um dos motivos de uma possível perda da liberdade em sua consistência estaria no povo que igualou seu desejo aos grandes *ou* estaria na própria ambição demasiada da nobreza pelo enriquecimento e poder, gerando uma disparidade tamanha na república que não teria o povo como suportar essa diferença social e econômica? Seria o povo florentino o “culpado” pela perda e deterioração da liberdade *ou* os grandes pelo desejo ávido e cego de concentração de riquezas e poder? Seria o povo frágil e maleável a ponto de ceder a guarda da liberdade para igualar seu desejo ao dos grandes e, com isso, arruinar a república e inconscientemente colaborar com uma tirania *ou* seriam os grandes incompetentes em permitir que as demandas do povo não fossem canalizadas e ouvidas para a criação de leis que protejam a liberdade bem como seus direitos visando ao bem comum? São essas algumas das questões auxiliares que orientam o desenvolvimento dessa pesquisa.

A seguinte afirmação de Maquiavel parece esclarecedora: “onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república” (*Discorsi*, I, 55, p. 158), porém pode-se questionar que tipo de igualdade é essa por ele mencionada? Igualdade política e econômica?

Assim, a que tipo de conflitos Maquiavel refere-se como saudável para a liberdade, já que uma sociedade desigual, onde é permitido um principado, propicia um governo de um só? Essa questão do conflito gera alguns

pressupostos que podem levar a interpretações equívocas de seu pensamento como, por exemplo, acreditar que por Maquiavel ser favorável ao conflito como crucial para a existência e permanência da liberdade, ele incitaria os conflitos civis, como guerras e revoluções em geral. Para isso, questiona-se a que conflito Maquiavel refere-se como ideal para a manutenção da liberdade? E como o conflito seria prejudicial?

Em *Istorie*, pretende-se encontrar algumas respostas a essas indagações, principalmente pela ideia de conflito negativo, onde Maquiavel tem por objeto de análise o exemplo de uma cidade corrompida, de uma república vencida pelas facções. De um povo esfacelado pela ganância das ricas famílias florentinas<sup>19</sup>, e que (possivelmente) por ter perdido quase ou todos seus direitos de participação política, criou mecanismos de sobrevivência e de resistência. Na intenção de proteger a liberdade cívica, acaba por arriscar a sua própria vida. Ou, ao observar o luxo e riquezas da nobreza, quis ele igualar-se aos poderosos. Não vendo outra alternativa de ter de volta espaços nas decisões políticas, melhores condições de trabalho e tantas outras demandas, o povo se revolta com o intuito não mais de criar leis para equalizar os conflitos, mas de combater para destronar aquele que tira o sossego de sua vida de trabalhador e de cidadão ativo.

A hipótese principal que direciona essa pesquisa é a noção de que não há em Maquiavel a possibilidade de considerar a mutabilidade dos desejos de povo e grandes. Dentro da perspectiva da teoria do conflito, esses desejos devem estar relacionados com seu contexto histórico, político e social. O que ocorre e veremos em seguida, é uma mudança em seu objeto de análise. Em Roma se têm todo um contexto favorável ao crescimento de uma república.

Já Florença é uma cidade corrompida pelo poder, levando o povo a se rebelar por perceber que a ambição dos que ali governam estaria comprometendo os seus direitos, as suas garantias e a sua participação nas decisões públicas. Nesse sentido, o sujeito povo sente-se coagido e injustiçado por observar o que os governantes fazem com o poder que lhes foi dado. O povo revolta-se e, diferente de Roma onde as revoltas findavam em leis, em Florença instaura-se uma onda de caos, violência, ódio e vingança.

---

<sup>19</sup> Acerca das famílias que compunham a elite florentina ver o excelente trabalho do historiador John Najemy, *A History of Florence: 1200-1575*. Oxford, 2006.

Reafirma-se, então, em termos conceituais, que a liberdade em Maquiavel existe enquanto desejos opostos de grandes e povo e na sua relação de não domínio. A liberdade é o resultado do próprio conflito, no sentido de desarmonia na cidade. E esse conflito é saudável e necessário em Maquiavel. Um povo se corrompe não por si só, não pela sua vontade repentina de alterar seu desejo de não domínio pelo desejo de domínio, mas pela ineficiência dos grandes enquanto governantes responsáveis pelas leis da cidade, visando o bem comum. Em uma república desigual em direitos, o povo será corrompido, pois não consegue executar o seu papel de guardião da liberdade, uma vez que, injustiças decorrentes da ambição da nobreza começam a aparecer de forma insustentável, inviabilizando a participação popular.

À vista disso, temos como objetivo geral da pesquisa, analisar a teoria do conflito nos *Discorsi* e em *Istorie*, de forma a verificar se houveram transformações entre uma obra e outra, e, a partir da análise dos dois grandes conflitos já citados anteriormente: a Lei Agrária e a Revolta dos *Ciampi*, buscar quais seriam os elementos convergentes ou divergentes para uma possível renúncia de Maquiavel à sua ideia do conflito como central para a existência da liberdade republicana, conforme apontam alguns comentadores. Ainda, pretende-se demonstrar a ideia do conflito positivo (teoria dos humores) como elemento fundamental para a existência da liberdade republicana, porém limitado ao desejo do povo de não domínio. Conflito esse fragilizado no momento em que a cidade se corrompe, quando os desejos se encontram em um contexto de desigualdades e injustiças sociais. Nesse momento, o conflito torna-se negativo, prejudicial à república, levando-a a uma corrupção que pode dar ensejo ao surgimento de outras formas de governo, como o principado ou mesmo a tirania.

Os objetivos específicos definidos na pesquisa são explicitar, a partir das duas obras *Discorsi* e *Istorie*, o conflito dentro da teoria dos humores como sendo o elemento constituinte da liberdade republicana em Maquiavel; demonstrar as diferenças do conflito positivo (saudável) e negativo (corrosivo); verificar, a partir da Lei Agrária e da Revolta dos *Ciampi*, se o povo abandona sua missão de guarda da liberdade para desejar o mesmo que os grandes e onde a natureza humana incide nessas ações; compreender a noção de liberdade republicana



em Maquiavel, ressaltando a ideia de liberdade como não-dominação e defendendo o conflito entre grandes e povo como o fundamento da liberdade.

Posto isso, este trabalho justifica-se no sentido de trazer a contribuição de Maquiavel acerca do lugar que o conflito ocupa dentro do campo da Ciência Política, especificamente na Teoria Política, com o intuito de aprimorar o que se têm debatido acerca dessas ideias e como elas têm incidido na contemporaneidade. Trata-se, aqui, de mais uma contribuição ao movimento de “retorno ao republicanismo” (SILVA, 2008), trazendo uma visão da Teoria Política Clássica no sentido de colaborar numa compreensão das ideias existentes nos elementos do republicanismo clássico que estão fortemente presentes no republicanismo contemporâneo.

Conforme Benjamin Constant (1985), o que ocorre hoje é que o povo tem delegado suas funções políticas para decidir as coisas públicas à representantes por não ter tempo de participar das mesmas em detrimento de sua vida privada. Há hoje um tipo de liberdade em que o povo delega funções e poderes ao representante que é por ele escolhido nas eleições. Na Antiguidade, povos livres eram aqueles que participavam das decisões políticas, deixando em segundo plano a individualidade de seus cidadãos. Hoje, ao priorizar a liberdade individual, deixa-se de lado a liberdade do todo, do cidadão como agente ativo na política. Em resumo, estamos falando da vida ativa *versus* a vida contemplativa, sendo essa última a contemplação do ócio, que para Maquiavel possui um significado depreciativo<sup>20</sup> ao menos nos *Discorsi*.

---

<sup>20</sup> Para Maquiavel, a vida ociosa enfraquece o estado, os exércitos e toda a forma de proteção da república e é na figura dos gentis-homens [*gentiluomini*] que o florentino demonstra sua insatisfação: “as repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil-homem; aliás, mantém a igualdade entre seus cidadãos [...]. E, para esclarecer o que é chamado de gentil-homem, digo que gentis-homens são chamados os que vivem *ociosos das rendas de suas grandes posses*, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência. Esses são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias, porém mais perniciosos são aqueles que, além de terem as fortunas de que falamos, comandam em castelos em têm súditos que lhes obedecem. Desses dois tipos de homens estão cheios o reino de Nápoles, a cidade de Roma, a Romanha e a Lombardia. Razão por que nessas províncias nunca surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade [*civiltà*]. E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordená-las – caso a alguém coubesse tal arbítrio –, não haveria outro caminho a não ser constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que, com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos (*Discorsi*, I, 55, p. 161, grifo nosso). Apreciamos também o resumo que Sebastian De Grazia (1993, pp 256/257) faz do significado do termo em Maquiavel: “O termo ‘ócio’ ou *ozio* (ou ainda *ocio*, variante que Niccolò emprega nos versos) aflorou várias vezes, uma delas, por

Por fim, justifica-se trabalhar o conceito de conflito no sentido de dissenso, bem como de liberdade no sentido de trazer diferentes interpretações à Ciência Política, especificamente à Teoria Política, colaborando num entendimento mais amplo e atual da liberdade política e do lugar do conflito nas democracias contemporâneas. Justifica-se estudar Maquiavel por si só. É ícone consagrado e constantemente reestudado nas Ciências Humanas. Percebe-se até hoje que as relações humanas giram em torno de conflitos, sejam sociais, políticos, internos, externos, discursivos, dentre outros. Anacronismos à parte, o pensamento de Maquiavel se revela mais atual do que nunca.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As obras que se consideram clássicas remetem ao pensamento vigente de sua época, representando o período específico em que foi elaborada. Ricardo Silva (2010a) em seu artigo acerca do debate sobre o contextualismo linguístico na história do pensamento político, traz a seguinte contribuição colocada por Skinner:

O estudo das ideias do passado pode ajudar no desenvolvimento de um “certo tipo de objetividade”, resultante da contemplação de “sistemas rivais de pensamento”. Do mesmo modo, podemos atingir um “grau maior de compreensão” e, portanto, maior “tolerância” em relação a elementos de “diversidade cultural” (SILVA, 2010a, p. 324).

---

exemplo, como a Preguiça na lista dos pecados, mas sobretudo nas investidas de nosso autor contra a indolência dos gentis-homens. Os gentis-homens que Niccolò despreza são os que vivem ociosos (*oziosi*), os príncipes que ele detesta apodrecem no ócio (*ozio*), o chefe que ele ridiculariza é aquele que fica ocioso (*ozioso*). [...] A palavra guarda relações com as ideias gregas e romanas sobre o ócio e a vida contemplativa (em oposição à vida ativa). Nosso autor admitiu isso em sua polêmica contra a interpretação do cristianismo como mestre do ócio, glorificador ‘mais dos humildes e contemplativos do que dos ativos’ [...]. Às vezes podemos encontrá-lo no sentido de falta de pressa, como na *Arte da Guerra* [...]. Um uso notável, quase positivo do termo, aparece nas *Histórias florentinas*. Niccolò volta a empregá-lo em sua acepção mais antiga, identificando o ócio honesto com a vida teórica, o lazer e a contemplação, o estudo, a filosofia e a literatura”. De Grazia considera que nas *Istorie* há um uso mais positivo do conceito. De fato, concordamos com essa interpretação, pois em alguma medida existe uma inclinação desse ponto de vista quando Maquiavel analisa Florença. Observamos nesta passagem: “Porque a *virtù* gera a tranquilidade, a tranquilidade gera o ócio; o ócio, a desordem, e a desordem, ruína; de modo semelhante, da ruína nasce a ordem; da ordem, a *virtù*; desta, a glória e a boa fortuna” (*Istorie*, V, 1, p. 281).

A História Intelectual prioriza a redefinição do sentido e contexto das grandes obras clássicas. Busca-se, através da História das ideias políticas, juntamente ao estudo da história do pensamento político sua relevância para a compreensão do tempo presente,

na medida em que serve para enriquecermos nossa percepção sobre conceitos herdados do passado e usados de maneira “empobrecida” na atualidade. Ou seja, “ao retornarmos para olhar como esses conceitos eram mobilizados em tradições de pensamento passadas, podemos encontrar uma discussão mais rica dos conceitos que continuamos a empregar” (SILVA, 2010a, p. 324).

Assim, é interessante notar que há a possibilidade de solucionar e/ou compreender os problemas históricos por meio do estudo das obras clássicas, procurando respostas para as inquietações da humanidade. Dessa forma, deve-se, além de compreender o contexto histórico do autor, considerar o tipo de discurso proeminente do mesmo, revelando as suas expectativas quanto aos problemas que vivenciou em seu tempo.

Pensar os clássicos é um desafio constante, com muitos percalços e dúvidas, pouquíssimas certezas. Os clássicos, por serem leituras tidas por tradicionais e renomadas em tais áreas, acabam por passar a ideia de já terem sido decifrados. Conforme mencionado por Jeffrey Alexander, em seu texto *A importância dos clássicos*:

Entre os profissionais da ciência social, é claro, sempre houve certo ceticismo em relação aos “clássicos” [...]. Segundo os cânones do empirismo [...] o que quer que fosse relevante em tais textos já deveria ter sido, de longa data, verificado e incorporado à teoria contemporânea ou refutado e lançado à lata de lixo da história [...] (ALEXANDER, 1996, p. 23).

Não é porque são clássicos que devem ser seguidos “à risca” e serem tomados como “bíblías” contendo inúmeros seguidores como “O Capital” de Marx. Talvez uma das mais difíceis “missões” de quem pesquisa teoria é exatamente problematizar grandes obras tidas como verdades absolutas e inquestionáveis. Talvez um dos maiores desafios da teoria seja desconstruí-

los<sup>21</sup>. Mas eles não estão “prontos”? Já não foram lidos e relidos? Talvez um outro desafio de quem trabalha com autores de textos clássicos seja repensá-los, permitindo-se, em alguma medida, desconstruí-los positivamente. E nisso cabe discordar do próprio autor objeto de estudo, criando um afastamento de quem pesquisa para que não se desenvolva certa “paixão” espúria por seu objeto de estudos. Trata-se de uma tentação a ser evitada para que não comprometa a “objetividade” da interpretação, assegurando o necessário distanciamento entre o pesquisador e seu objeto, a fim de desenvolver, na medida do possível, a neutralidade valorativa.

No que concerne ao campo de estudos da teoria política, houve um intenso debate na década de 60 sobre os seus próprios métodos de análise. Segundo Silva (2010a), o contextualismo linguístico tem sido uma abordagem de grande influência na metodologia e na prática da história do pensamento político. Essa metodologia para análise dos clássicos vem a ser um método defendido por Quentin Skinner (1969; 1996), principal mentor da Escola de Cambridge, que realizou a defesa da relevância do contexto linguístico para a compreensão dos textos de autores do passado. Foram muitas as críticas atribuídas à metodologia de Skinner tendo em vista que a metodologia de sua escola, formada por historiadores que se interessam em fazer teoria política, vai de encontro ao modelo de história das ideias de cunho filosófico. Para os skinnerianos, essa abordagem teria pouco embasamento histórico.

Dos adeptos da abordagem iniciada pelo filósofo britânico Robin Collingwood, e aí pode-se citar Anthony Pagden, James Tully, Richard Tuck, John Dunn e John Pocock, considera-se que Skinner tem sido o autor mais preocupado em sistematizar um projeto metodológico para a história intelectual. Seus esforços iniciaram em 1966 com “The Limits of Historical Explanations”, e alcançaram seu auge em 1969 com a publicação de seu texto mais polêmico e contundente sobre o assunto: “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. Neste último, o historiador identifica alguns problemas metodológicos que

---

<sup>21</sup> As teorias do “pós- estruturalismo, colonialismo, modernismo” de forma geral têm por base a ideia da desconstrução de comportamentos, dogmas seguidos e paradigmas existentes tidos como verdades por vezes inquestionáveis pelo ser humano. Nas palavras de Stuart Hall (1997): “o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não indica simplesmente um “depois” no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado” (apud COSTA, 2006, p. 118).

são por ele denominados de mitologias (crítica ao “textualismo” como método). Seriam elas: a *mitologia da doutrina* - que é quando historiadores enquadram os enunciados dos clássicos, formando verdades absolutas que os próprios atribuem ao autor estudado; a *mitologia da coerência*<sup>22</sup> - quando o autor busca construir consistências no pensamento daquele autor clássico, impedindo-o de enxergar possíveis contradições ou mesmo mudanças de pensamentos, convicções, crenças e ideologias; a terceira vem a ser a *mitologia da prolepse* - quando o sujeito pesquisador interessa-se mais no significado retrospectivo de certo acontecimento do que no seu significado para quem vivenciou. Por fim, a *mitologia do paroquialismo* – quando aquele que pesquisa confunde sua própria realidade com a daquele autor do passado que é seu objeto de análise.

Percebe-se que Skinner procura desmistificar os métodos da história das ideias tradicional, afastando-se dessas análises que consideram os grandes autores clássicos e suas grandes obras como cânones intocáveis, carregados de sofismas que impedem os historiadores de visualizar uma obra com suas incoerências e erros, cegando-os, por vezes obrigando-os mesmo que inconscientemente a postular dogmas, linhas de raciocínio lógicas sobre conceitos tidos como imutáveis, provocando análises que incorrem em anacronismos.

Em *As fundações do pensamento político moderno* (1996) sua obra de grande contribuição para a ciência política, o historiador demonstra a impossibilidade da compreensão do texto somente pelo texto. É preciso ir além até mesmo do contexto social e político em que o autor está inserido, conforme ele coloca:

necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época. Mas, de qualquer modo, é necessário ter acesso a esse nível de compreensão se pretendermos interpretar os clássicos de maneira convincente. Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever (SKINNER, 1996, p. 13).

---

<sup>22</sup> A *mitologia da coerência* é uma das crenças que se pretende utilizar, conforme Skinner argumenta, como um mito o qual será desmistificado nesta na tese. Aplica-se a crítica de Skinner a interpretações da suposta inflexão do pensamento de Maquiavel na escrita de sua obra *História de Florença*.

Em relação a isso, a visão da psicanálise provou ser impossível mostrar as intenções integrais dos agentes, pois são desconhecidas deles próprios, quanto mais daqueles que sequer os conhecem bem. Para Jeffrey Alexander (1996), isso corrobora com a autonomia do texto pois que “perseguir o significado de uma teoria através da intencionalidade consciente do autor é, seguramente, pura perda de tempo” (p. 77). Assim Alexander, divergindo de Skinner, conclui que se o contexto não puder ser definido, tampouco a intenção captada, é preciso que se admita alguma autonomia nos textos. Eles precisam ser estudados como veículos intelectuais de direito próprio. Não se nega aí a intenção do autor, apenas se afirma que esta só pode ser descoberta no próprio texto.

Além de Skinner, há uma gama de renomados especialistas em metodologia de análise textual e interpretação de obras clássicas que também são de grande valia para guiar a tese, dentre eles pode-se destacar o trabalho de Paul Ricoeur (que vai de encontro à metodologia skinneriana, ao defender a ideia do texto como um discurso escrito), Charles Taylor, Walter Gallie (Conceitos essencialmente contestados), Leo Strauss e Koselleck (mudança conceitual). Vale ainda aqui destacar de forma breve um contraponto da discussão trazida por Mark Bevir, professor de teoria política da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Na tentativa de reformular a proposta skinneriana, ele se propõe a buscar uma lógica para a história das ideias. Suas reflexões serão consideradas para a pesquisa dessa tese.

Mark Bevir, em sua obra *A lógica da história das ideias*, busca recuperar algumas ideias da filosofia analítica para defender sua lógica da história das ideias (BEVIR, 2008). Ele faz uma divisão entre intencionalistas fracos e fortes. Estes identificam a intenção do autor como algo consciente. Aqueles relacionam a intenção autoral com os significados que os enunciados terão para quem proferir, sem saber se são conscientes ou inconscientes. Para os intencionalistas fracos, o significado de um texto ultrapassa as intenções do autor.

Bevir (2008) refuta algumas das ideias da escola de Cambridge afirmando que “o conhecimento do contexto lingüístico pertinente não é pré-requisito de uma boa história” (p.111). O autor questiona, assim como Skinner, os partidários da Nova Crítica que defendem a ideia de que se deve buscar a compreensão do texto no próprio texto, insistindo em uma “leitura fechada da própria obra

sobretudo para evitar referências a fatos biográficos e sociais” (BEVIR, 2008, p.108).

O cientista político opõe os extremos do objetivismo e do ceticismo. É crítico também dos pós-modernos, afirmando que eles rejeitam todas as epistemologias fundacionalistas, negando a justificativa do conhecimento por referência a fatos empíricos ou verdades evidentes. Com relação ao problema da objetividade, Bevir (2008) argumenta que os pós-modernos produziram “uma dicotomia comum, doentia” (p.107) promovendo o que ele denomina de “nihilismo brincalhão” (*ibidem*). O autor destaca que os pós-modernos, ao passo que renegam esse ideal tradicional de objetividade, defendem uma atitude de “qualquer coisa serve” (*ibidem*).

Em seu artigo *The text as a historical object* (2000), Bevir desenvolve essa questão da problemática do texto e dos significados, refutando também os pós-modernos. Os pós-estruturalistas, os desconstrucionistas e a teoria da recepção, romperam com a ideia de que um texto seria algo óbvio como um documento escrito com um autor, onde a intenção de sua escrita teria tão somente um único significado correto. Eles sustentam suas afirmações de que não é possível recuperar os significados do passado em três posições: “os significados ou intenções não são entidades estáveis, não podemos fugir da linguagem e não podemos ter conhecimento de outras mentes (BEVIR, 2000, p. 209, tradução nossa)”.

Bevir (2000) traz o princípio do individualismo procedimental, que considera que os significados são sempre subjetivos. Nesse sentido, os textos não teriam um significado puro, mas seriam objetos aos quais os indivíduos atribuiriam significados diversos. Para Bevir (2000), não existe a possibilidade de reificação dos textos ou de seus significados em si mesmos. Um texto é definido como um objeto que atua como um lugar onde os indivíduos projetam suas crenças e ideias baseando-se em seu contexto.

Percebe-se fortemente a existência dessas dicotomias, as quais Bevir (2008) questiona: de um lado os pós-modernos e a defesa do abandono da objetividade; de outro os que insistem na busca de uma objetividade como sendo o grande sustentáculo contra o relativismo e o irracionalismo. Nesse aspecto, Bevir (2008) deixa nítido seu posicionamento de se opor às duas correntes, apresentando-se como antifundacionalista. Ao mesmo tempo, como um

intencionalista, sustenta que o conhecimento das intenções passadas é possível. Bevir (2008) resume bem o método utilizado na história das ideias para se fazer teoria:

A objetividade na história das ideias repousa sobre uma combinação de concordância sobre certos fatos, um uso extensivo da crítica e uma comparação de visões rivais em relação a critérios claramente definidos. Os historiadores não podem julgar suas teorias particulares decisivamente verdadeiras ou falsas, mas podem tomar decisões racionais entre redes de teorias rivais e assim considerar suas teorias como as mais comumente disponíveis para nós (BEVIR, 2008, pp. 107-108).

Nota-se aqui uma parte fundamental que é utilizada como um método tanto em pesquisas teóricas quanto nas empíricas que envolvem a parte teórica. É o método clássico comparativista, que busca referências de renomadas teorias para refutá-las ou agregá-las ao objeto de pesquisa. Assim,

o conhecimento objetivo do significado de uma obra depende da comparação entre redes inteiras de crenças. Os historiadores só podem vir a compreender o que uma obra significa se compararem redes de crenças opostas, cada uma das quais, presume-se, inclui não só uma compreensão dessa obra e de outras como também teorias explicativas que entretecem tais compreensões (BEVIR, 2008, p. 225).

Bevir, um intencionalista que foge das armadilhas dos intencionalistas fortes, defende a intenção no sentido de crenças e não do estado mental. Para o autor, não pode haver uma lógica da descoberta para a história das ideias, pois “nenhum método pode ser um pré-requisito de boa história” (BEVIR, 2008, pp. 110-111), ou seja, uma teoria prévia correta não é necessária para o entendimento, posto que, pode-se partir de uma teoria prévia errônea e, ainda assim, chegar a uma teoria provisória adequada.

Para Bevir (2008), os historiadores devem ter em mente que as crenças eram sustentadas de forma sincera, consciente e racional. Uma questão que o autor levanta vem a ser: como as pessoas adquirem suas crenças? Nesse ponto, entra o que ele chama de tradição: valores, teorias e ensinamentos que são passados naquela rede de socialização a qual o indivíduo pertence. No entanto, a tradição é apenas uma influência inicial na rede de crenças que uma pessoa



sustenta, e vai seguir com o indivíduo até que lhe seja pertinente e coerente com as próximas crenças que lhe serão apresentadas. Mas as crenças dos indivíduos sofrem modificações e nesse momento ocorre o que Bevir (2008) chama de *dilema* (grifo nosso). Esse conceito representa a aquisição pelo indivíduo de uma crença nova e estranha a sua rede de crenças atual. Essa crença, quando apresentada ao indivíduo e aceita como verdadeira, passa a desafiar suas crenças antigas.

Dessa forma, percebe-se a ocorrência da mudança conceitual e ela se dá devido ao fato de que “todos nós somos agentes individuais que examinam as tradições herdadas à luz de suas próprias experiências e, assim, alteram essas tradições de acordo com o seu próprio raciocínio” (BEVIR, 2008, p. 286). O dilema é então aquela dúvida que foi mostrada ao indivíduo, cuja aceitação irá transformar sua antiga rede de crenças em outra mais ou menos próxima da rede anterior.

Assim, as mudanças de crenças ocorrem pelo resultado de um diálogo íntimo, onde o desenvolvimento diacrônico da crença humana e das tradições decorre de respostas individuais aos próprios dilemas, no contexto de redes particulares das crenças dos indivíduos. O dilema como um elemento de mudança, de transformação de um processo de redes de crenças, está para Bevir, assim como o pós-estruturalismo está para a ideia de desconstrução de paradigmas e construções sociais tidas como verdades efetivas imutáveis. São formas e denominações diferentes para considerar e atribuir significados semelhantes, principalmente na abordagem da mudança de crenças a partir dos dilemas que implica em repensar as velhas tradições e crenças. Isso nada mais é que uma forma de desconstrução, de reflexão para permitir a entrada de um novo paradigma; uma hegemonia nos termos laclauianos<sup>23</sup>. Certamente existem muitas diferenças as quais o próprio Bevir destacou no que se refere aos pós-estruturalistas não compactuarem com a possibilidade do resgate da

---

<sup>23</sup> Ernesto Laclau, em sua obra *Hegemony and socialist strategy* (1985) escrita em conjunto com Chantal Mouffe, elabora seu projeto teórico pós-estruturalista, chamado teoria do discurso ou também teoria da hegemonia. A centralidade da obra é a ideia de hegemonia, juntamente com a percepção do sujeito enquanto agente social, enquanto parte discursiva e não como um indivíduo. O autor e a autora apresentam uma rede de categorias analíticas (hegemonia, sujeito, pontos nodais, significantes vazios, antagonismo, cadeias de equivalência, a noção de Real, deslocamentos dentre outras) a partir da ideia de discurso.

intenção do autor, que de fato vem de encontro a proposta de Bevir, posto que eles desconsideram a existência do sujeito ou autor.

Posto isso, para essa tese serão utilizadas algumas metodologias skinnerianas que, apesar das fortes críticas recebidas, tem sido ainda de grande valia para pensar a intenção do autor juntamente ao entendimento de seu contexto político e social para a compreensão de suas obras. Descarta-se a ideia de analisar as obras de Maquiavel somente por elas mesmas, posto que considera-se a partir da história das ideias, a importância de, conforme Mark Bevir, recuperar as redes de crenças e influências teóricas do pensador, bem como o pensamento tradicional vigente. Isto para buscar nas obras dos autores um entendimento completo de seu pensamento, que não há como ser desvinculado de seu contexto histórico. Tal procedimento aplica-se muito bem a Maquiavel, cujas obras são frutos evidentes de suas próprias experiências enquanto secretário da chancelaria florentina, atividade que lhe propiciou uma oportunidade de vivenciar a realidade do poder e das estruturas de dominação que compunham a forma de governar de seu país.

Não há como compreender as obras maquiavelianas descoladas de seu próprio contexto e crenças. Buscar a essência de suas obras tão somente nelas, é algo vazio, por vezes utópico e irreal. As interpretações das ideias estão pré-condicionadas também não só em analisar o passado do autor, mas também em considerar as impressões de quem lê, do receptor e ainda da aceitação de possíveis incoerências ou mesmo mudanças de pensamento no decorrer da escrita de suas obras<sup>24</sup>. Assim, interpretar obras clássicas exige a historicização da mesma, juntamente com a aceitação de que não existem verdades puras e intocáveis.

No tocante as fontes da pesquisa, a base será certamente a obra de Nicolau Maquiavel, principalmente os textos que tratam do conflito como tema central, especialmente os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *História de Florença*. Para o que se propõe nessa tese, a obra *O Príncipe* não será central, uma vez que o foco desta tese é o tema do conflito nas repúblicas. Isso não diminui a importância da pequena obra – a mais famosa – de Maquiavel, mas seu pensamento rico e vasto pede que se vá muito além do opúsculo.

---

<sup>24</sup> Aqui referimo-nos novamente à Skinner e uma das mitologias por ele criticada: a mitologia da *coerência* (ver pág. 37).

Para essa pesquisa se fará uma abordagem acerca do contexto histórico do pensador, que como já mencionado anteriormente, é fundamental para se compreender como foram elaboradas suas obras. Para isso, serão utilizadas algumas biografias tais como a de Roberto Ridolfi “*Biografia de Nicolau Maquiavel*”, que, segundo Skinner (2010) continua sendo a obra consagrada para a leitura da vida do pensador. A biografia escrita por Sebastian de Grazia “*Maquiavel no inferno*” também será de grande utilidade, assim como a obra de Paul Larivaille “*A Itália no tempo de Maquiavel*”, uma obra que retrata os acontecimentos da Itália de Maquiavel. Utilizaremos também a obra de John Najemy “*A History of Florence: 1200-1575*”, dentre outras desse historiador que se dedica a estudar o pensamento maquiaveliano de uma forma bastante histórica, analisando suas cartas e outros documentos.

Além do foco nas duas grandes obras de Maquiavel, *Discorsi* e *Istorie*, serão utilizadas outras obras do florentino como auxiliares bem como algumas das cartas trocadas com Francesco Vettori, Guicciardini e outros amigos - com recorte para os períodos em que ele escreve os *Discorsi*<sup>25</sup> e as *Istorie*<sup>26</sup>. Essas cartas auxiliam na busca pelo entendimento das obras de Maquiavel, revelando com mais clareza o contexto histórico de suas ideias, contribuindo metodologicamente para analisar as intenções do autor. Em relação à cronologia de *História de Florença*, Roberto Ridolfi (1999), um dos biógrafos de Maquiavel, afirma não ser possível precisar os progressos cronológicos da obra e que a mesma - a maior e a mais madura do pensador - foi escrita com mais lentidão que as outras.

Assim sendo, estrutura-se a tese da seguinte forma:

Esta Introdução, versando sobre a temática que envolve a pesquisa, bem como as questões e hipóteses levantadas que acompanham o trabalho. Em seguida, a metodologia, elucidando as escolas teóricas e princípios de interpretação aos quais esta tese buscou se associar.

O primeiro capítulo versa sobre as ideias hegemônicas da busca pela concórdia entre os antecessores e contemporâneos de Maquiavel, para passarmos a compreender a dimensão discursiva bem como a ruptura do

---

<sup>25</sup> Iniciada em 1513, pausada para a escrita de *O Príncipe* e finalizada em 1517. Sua primeira publicação foi em 1531.

<sup>26</sup> Iniciada em 1520, concluída em 1525 e publicada em 1532.

florentino com seus conterrâneos como Leonardo Bruni, Francesco Guicciardini, dentre outros importantes historiadores da época. Maquiavel, na medida em que percebe as singularidades que os dissensos produziram em Roma, passa a ser um elogioso deles, afastando-o do chamado humanismo cívico do renascimento.

O segundo capítulo versará sobre a teoria do conflito nos *Discorsi* e seus desdobramentos na Lei Agrária em Roma. Debruçar-se-á em buscar o lugar dos tumultos na república romana de Maquiavel, trabalhando com um dos grandes conflitos por ele utilizados no desenvolvimento de sua obra: as disputas em torno da Lei Agrária em Roma e suas consequências para a república.

No terceiro capítulo será analisada a obra *História de Florença* e suas diferentes percepções em relação aos conflitos que aqui não trouxeram os mesmos resultados que em Roma. Através dos desencadeamentos a partir da Revolta dos *Ciampi* em Florença, pode-se observar outras nuances que Maquiavel aponta, fazendo um paralelo ao conflito das leis agrárias em Roma.

Conclui-se, questionando se essa possível variação dos dois importantes conflitos considerados por Maquiavel (leis agrárias e Revolta dos *Ciampi*) nos *Discorsi* e nas *Istorie*, implica mudanças na formulação que serve de base para a sua teoria conflitual: o elogio dos conflitos (a importância do dissenso nos discursos) e a defesa de que os mesmos somente possuem valor considerando a natureza de oposição dos desejos entre o povo (que deseja não ser dominado) e nobreza (que deseja dominar) e que somente nesse cenário os conflitos são saudáveis e estariam salvaguardando a república. Nesse sentido, tanto a Lei Agrária quanto a Revolta dos *Ciampi* foram utilizadas por Maquiavel como um possível alerta de exemplos que não cuidaram do equilíbrio dessas forças antagônicas, culminando na corrosão da *res publica*.

## 1. A HEGEMONIA DA CONCÓRDIA CIVIL: PRECURSORES, ANTECESSORES E CONTEMPORÂNEOS DE MAQUIAVEL

“A amizade parece constituir também o laço entre as cidades, e os legisladores parecem ter por ela maior apreço do que à justiça, pois a *concordia*, que parece ser algo semelhante à amizade, é o que os legisladores procuram antes de tudo, enquanto a dissidência, sendo um inimigo, é o que eles mais repugnam”

Aristóteles, *Ética a Nicômaco*

“Nada é mais útil para as repúblicas do que a *concordia*”

Giovanni Cavalcanti, *Tratado político-moral*

A Itália de Maquiavel vivia períodos de intensas divisões territoriais e discórdias civis, contexto que muito influenciou a escrita do florentino, quem buscou exemplos romanos para inspirar sua pátria a seguir os caminhos da glória. No entanto, não eram todos que viam os conflitos como algo benéfico para um bom convívio social. Aliás, ousa-se dizer que Maquiavel teria sido o precursor do que hoje se conhecem por teorias agonistas<sup>27</sup>, para tanto teria sido ele (se não um dos) o único de seus contemporâneos a elucidar e elogiar as discórdias civis como saudáveis para um governo republicano.

As ideias de Maquiavel são tidas como revolucionárias por alguns teóricos da ciência política contemporânea. Partindo de uma análise cronológica, visitar-se-á de forma breve (posto que esse não é o foco da tese), alguns renomados pensadores que antecederam e mesmo que conviveram com Maquiavel para fins de demonstração de que o pensamento maquiaveliano vai de encontro a visão hegemônica de então (e em alguma medida também da atualidade), que fazia da concordia, do consenso e da união o caminho para a busca da harmonia e perfeição dos povos.

Assim sendo, este capítulo divide-se em três seções: a primeira se concentrará nos antecessores de Maquiavel, com foco em Marco Túlio Cícero e

---

<sup>27</sup> A temática do agonismo em Maquiavel foi parte inicial da pesquisa aqui apresentada, porém por motivos de recorte, optou-se por não contemplá-la, apesar da relevância do debate. A mesma resultou no seguinte trabalho que pode ser consultado no link que segue: DAL CASTEL, Karen. *Teoria do conflito em Maquiavel e o agonismo de Chantal Mouffe: possíveis conexões*. Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 4, pp. 11-24, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/9076>

sua obra *Da República*. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni, compõem a segunda seção como antecessores humanistas do pensamento maquiaveliano, importantes por sua contribuição como historiadores da cidade de Florença. A terceira seção tratará de Francesco Guicciardini, teórico contemporâneo de Maquiavel, defensor da aristocracia, e apesar das divergências dos ideais políticos, grande amigo de Maquiavel.

### 1.1 CÍCERO E A *CONCORDIA ORDINUM*

*Concordia parvae res crescunt, discordia maximae dilabuntur* – (Com a concórdia as pequenas coisas crescem, com a discórdia as grandes arruinam)<sup>28</sup>. A famosa frase, atribuída à Gaio Salústio Crispo (86 – 35 a.C), consagrou-se no período que remete à idade Média como uma espécie de mantra, oráculo, uma verdadeira revelação divina para a época. Foi reiterada na Itália por variados autores antes de migrar para cartelas, fachadas de edifícios, azulejos majólicas, medalhas, moedas e tapeçarias (PEDULLÀ, 2018). Poucos teóricos tiveram o cuidado de pesquisar de forma detalhada a prevalência e defesa da ideia de concórdia civil, avaliando-a no sentido de ser considerada um pensamento hegemônico, sendo bastante estimulada no auge da Igreja Católica e em tantas outras religiões. Gabriele Pedullà (2018) é um desses autores que trouxe essa contribuição, abordando o histórico desse discurso, que ainda prevalece fortemente na contemporaneidade. Para o autor,

A busca constante de imagens memoráveis e slogans, além disso, está diretamente relacionada com a primazia da educação no pensamento humanista. Para os teóricos políticos do século XV, a luta contra tumultos faz parte de um processo pedagógico mais amplo destinado a fortalecer a humanidade do homem (PEDULLÀ, 2018, p. 21, tradução nossa).

Assim, alguns séculos antes do XV, pode-se verificar a presença de canções, imagens, discursos políticos e outros produtos exaltando a concórdia entendida como o sinônimo da paz. Pedullà (2018) faz um levantamento da influência e do impressionante consenso desse ideal de paz, mostrando

---

<sup>28</sup> Tradução extraída de: REZENDE, Arthur. *Phrases e Curiosidades Latinas*. 4ª edição (editora não informada), Rio de Janeiro, 1952.

monumentos e desenhos relacionados à *concordia parvae*. Aqui será reproduzida uma das imagens utilizadas pelo teórico para demonstrar tamanho domínio que essa frase teve na antiguidade, sendo reutilizada inúmeras vezes e reproduzida tanto na literatura quanto em objetos arquitetônicos das mais variadas formas. Pedullà afirma que

Desde o final do século XIII, quando (em parte graças à difusão dos clássicos) a ideologia da harmonia cívica e do ‘bem comum’ prevaleceu de forma gradual, impondo um novo ‘estilo político’ que rejeitou a violência, os escritores italianos passaram a condenar as facções (2018, p. 15, tradução nossa).

A esse fato Pedullà atribui à frase de Salústio “*concordia parvae res crescunt, discordia maxumae dilabuntur*” como uma espécie de mantra, seguido pelos que viam na concórdia o lema da vida não somente política, mas podendo ser aplicada em diversas ocasiões, a depender do contexto.

A obra *bellum lugurthinum*, de Salústio - o ponto nodal dessa ideologia da harmonia - é entregue pelo tio de Jugurta, Micipsa no intuito de “persuadir seus herdeiros a governar de comum acordo” (PEDULLÀ, 2018, p. 15). A partir desse momento o pensamento político vigente se sustentaria, segundo a leitura de Pedullà, sendo disseminada ao longo dos séculos em enciclopédias francesas e italianas, tendo sido a pequena frase qualificada pelo humanista Francesco Patrizi de Siena (1413 - 1494) como uma espécie de “revelação divina”, “um oráculo”, assumindo o caráter de um aforismo. Assim, a observação de Micipsa logo ganhou vida própria e o lema de Salústio já estaria sendo citado por memória “e isso provavelmente seria a melhor evidência de seu sucesso” (PEDULLÀ, 2018, p. 16). Aqui será reproduzida uma das imagens utilizadas pelo teórico para demonstrar tamanho domínio que essa frase teve na antiguidade, sendo reutilizada inúmeras vezes e reproduzida tanto na literatura quanto em objetos arquitetônicos das mais variadas formas:

Figura 1: Lema de Micipsa impresso em uma medalha satírica celebrando a Paz de Utrecht (1713).



Fonte: Museu Britânico (Pedullà, 2018, p. 17).

Pode-se perceber o efeito de persuasão pela forma com a qual essa ideia se enraizou simbolizada na frase salustiana. A influência segue até os dias atuais, talvez não mais com tanta imponência, mas a exemplo dessa presença na contemporaneidade encontrou-se mais dois simbolismos físicos desse lema em uma moeda holandesa do século XIX e a fachada do prédio onde funciona o Museu de Arte Ateneum:

Figura 2 - Moeda holandesa cunhada em 1894 até 1899. Lema à direita (*concordia res*) e à esquerda (*parvae crescunt*).



Fonte: [https://colnect.com/br/coins/coin/92217-1\\_Ducat1890~1948\\_\\_4th\\_Queen\\_Wilhelmina-Holanda](https://colnect.com/br/coins/coin/92217-1_Ducat1890~1948__4th_Queen_Wilhelmina-Holanda). Acesso em: 12 dez. 2019.



Figura 3 – Museu de Arte Ateneum, Helsinque/Finlândia. O prédio é datado de 1887<sup>29</sup>.



Fonte: <https://www.europadestinos.com.br/o-que-fazer-em-helsinque/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

As influências seguem também no campo religioso. Uma das mais famosas canções cristãs<sup>30</sup> vem a ser conhecida por Oração pela Paz<sup>31</sup> ou de São Francisco: “Senhor, fazei-me instrumento de vossa *paz*. Onde houver ódio, que eu leve o amor. Onde houver ofensa, que eu leve o perdão. Onde houver *discórdia*, que eu leve a união”. Como pode ser notado na letra da oração e/ou canção, prevalece a ideia de *paz*, remetida ao objetivo maior de Deus e a noção de que o indivíduo sirva de instrumento para que esse lugar seja alcançado. Ainda vale observar que a palavra *ódio* é colocada em oposição ao *amor*, assim como a *discórdia* é colocada como oposição à *união*. A música é toda escrita em adjetivos pejorativos na primeira frase, passando para o que seria o seu oposto

<sup>29</sup> “o lema esculpido acima da entrada principal do edifício sobrevive como lembrete revelador da controversa história inicial de Ateneum: Concordia res parvae crescunt - por meio da unidade, pequenas coisas crescem”. (Extraído do site da instituição). Disponível em: <https://ateneum.fi/museum/ateneum-building/?lang=en> Acesso em: 12 dez 2019

<sup>30</sup> “Nas sagradas escrituras do Antigo Testamento, a paz (*shalom*) era a saudação comum e expressão de bons desejos. O estado de bem-estar perfeito, que a palavra designa, é identificado com a divindade, quando alguém possui paz, está em perfeita e segura comunhão com Yahweh. A paz não consiste em mera prosperidade e bem-estar; um componente essencial da paz é a justiça, e onde não há justiça não há paz verdadeira (Jer 6,14). Deve-se esperar a paz perfeita da salvação messiânica. O Messias é o príncipe da paz (Is 9, 5-6), e, em seu reino, haverá paz sem fim. No Novo Testamento, a paz é uma saudação usual e designa boa ordem e harmonia (1Cor 14,33), ao mesmo tempo é uma realização impossível ao mundo (Jo 14,27; 16,33). A paz vem da união com Jesus Cristo e excede todo pensamento humano; não pode ser efetivada pela inteligência humana (Fl 4,7). A paz é o fruto da inspiração do Espírito Santo (Rm 8,6), é comunhão com Deus (Ef 2,14). Ela é também um estado de tranquilidade interior e de relações harmoniosas com a comunidade cristã (Rm 14,17; 1Cor 7,7-15)” (STREFLING, 2010, p. 155).

<sup>31</sup> Fonte: A comunidade reza e canta. Diocese de Pelotas, 4ª edição do Jubileu, 2000 - (livro de orações, sem autoria, p. 196).

logo em seguida. A discórdia aqui estaria então associada à desunião, devendo portanto, ser evitada. Nesse sentido, o sentimento benéfico passado na canção é o de união, devendo esse ser estimulado por cada pessoa. Percebe-se que o discurso da paz é fortemente utilizado dentro da perspectiva religiosa. Segundo Skinner (1996) os teóricos escolásticos tendem a tratar o problema da discórdia civil “como o principal perigo para a liberdade das cidades-repúblicas” (p. 77), sendo unânime entre eles que “o valor supremo na vida política está representado pela obtenção da paz e concórdia, *pax et concordia*” (SKINNER, 1996, p. 77). Um exemplo desse discurso vem de Marsílio de Pádua (1280 – 1343), quem “acentua o papel central da paz já no título de sua grande obra” (SKINNER, 1996, p. 77). *O defensor da Paz*<sup>32</sup>, de Pádua, “nos oferece uma nova visão sobre a paz. Ele parte da concepção bíblica, da paz como dom sobrenatural” (STREFLING, 2010, p. 155). Para o filósofo paduano, paz é tranquilidade civil e para que esse objetivo seja alcançado, é necessário preparar a cidade, organizá-la de forma racional. O autor se inspira em Aristóteles, mas também embasa sua teoria nos versículos bíblicos<sup>33</sup> para abordar esse tema. Para Pádua,

Os frutos da paz ou tranqüilidade são os melhores. No entanto, os danos provenientes das disputas, o seu oposto, são irreparáveis. Por isso, devemos nos esforçar para alcançar a paz. Se não a possuímos, devemos procurá-la, e, uma vez obtida, precisamos nos empenhar ao máximo para conservá-la. Quanto às disputas, o seu oposto, devemos repeli-las com todas as nossas forças (*Defensor da Paz*, I, 1,1).

Percebe-se forte repulsa, bem como a convicção de que as disputas devem ser evitadas em Marsílio de Pádua, mostrando que “o ódio aos conflitos se estendia muito além das fronteiras florentinas” (BIGNOTTO, 1991, p. 85), como se nota nessa passagem: “é da *discórdia*, contrário da tranquilidade, que provêm, para toda sociedade civil ou reino, as piores consequências e inconvenientes” (*Defensor da Paz* apud STREFLING, 2010, p. 156, grifo nosso). E, aqui o autor lembra o reino da Itália como exemplo de convivência pacífica e

---

<sup>32</sup> Obra completada em 1324 (SKINNER, 1996).

<sup>33</sup> Outros versículos onde pode-se constatar a defesa permanente da paz: “Procurai a paz e graças a ela colhereis os melhores frutos” (Jó 22,21); “Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens por Ele amados” (Lc 2,14); “Jesus veio e se colocou entre seus discípulos e disse a paz esteja convosco” (Jo 20,19).

harmoniosa, sendo posteriormente afetada pelas disputas e discórdias civis que, segundo Pádua, foram as responsáveis pela sua ruína.

Dessa forma, seguia-se a crença de que o bom convívio era salutar para a manutenção da ordem e da paz e essa só seria possível na defesa de uma relação harmoniosa e de concórdia entre as instituições livres. Ideia hegemônica<sup>34</sup> que prevalece na contemporaneidade, embora mais debatida e diluída, porém ainda com apelo bastante forte, principalmente nos discursos religiosos da permanência de um ideal de paz a ser seguido pelas Nações. Ideal esse enviesado por discursos que visam garantir certos dogmas e preceitos a serem seguidos em nome de valores cristãos, sendo banidas as crenças que divergem da palavra que é pregada dentro dos espaços de fé.

Assim, diante dessa tradição humanista que se fortaleceu em várias áreas do conhecimento e da fé, e da forma como foi sendo alimentada na mente humana, pode-se questionar que interesses estariam por trás desse ideal de concórdia e paz? E, em que medida o discurso de paz não estaria intrinsecamente relacionado à ideia de silenciar e/ou coagir aqueles que pensam diferente e são de culturas diferentes? Em uma sociedade superficialmente igualitária, onde seria o lugar e a representatividade das vozes plurais? Qual o preço da concórdia e qual a utilidade dela em uma sociedade tumultuosa com interesses divergentes? Seria a concórdia uma falsa utopia ou uma real distopia? Em nome da paz se fizeram guerras, em nome da paz, povos foram dizimados para a expansão territorial e do poder.

Um dos consagrados autores clássicos da Antiguidade e que trouxe grandes contribuições no campo da teoria política, bem como da filosofia política, especialmente no que se refere a teoria das formas de governo, vem a ser o historiador grego Políbio (c. 200 a. C – 118 a.C). Radicado em Roma, o autor testemunhou um período nebuloso de grandes transformações sócio-políticas da Grécia e, principalmente, de Roma. Políbio inspirou o arcabouço teórico do pensamento maquiaveliano, em sua grandiosa obra *Histórias*<sup>35</sup> composta por quarenta livros, da qual somente os cinco primeiros restaram inteiros. No livro

---

<sup>34</sup> Chantal Mouffe, em sua obra *The democratic paradox* (2000), argumenta que a concórdia passa a existir como um “resultado temporário de uma hegemonia provisória” (apud CONNOLLY, 2010, p. 14).

<sup>35</sup> Edição utilizada: *História*. Tradução e notas de Mário da Gama Kury, UnB, 1985.

VI, Políbio faz uma explanação minuciosa acerca da constituição romana, desenvolvendo também sua própria teoria das formas de governo, semelhante à de seus antecessores<sup>36</sup>. Políbio identificou seis formas de governo, sendo três consideradas boas: monarquia, aristocracia e democracia e as outras três seriam respectivamente as corrompidas: tirania, oligarquia e oclocracia. Essas formas simples de governo formariam um ciclo que se daria nessa ordem de transformação, ou seja, “através da alternância de constituições boas e más” (BOBBIO, 1997, p. 67) sendo chamada de anaciclose, ou teoria dos ciclos, a qual o historiador apresenta da seguinte forma:

A primeira de todas essas espécies a aparecer foi a autocracia, cujo surgimento é espontâneo e natural; em seguida nasceu a monarquia, derivada da autocracia por evolução e pela correção de defeitos. Esta se transmuda em sua forma afim degenerada, quero dizer a tirania, e em seguida à dissolução de ambas é gerada a aristocracia. Esta degenera por sua própria natureza em oligarquia, e quando a maioria, inflamada pelo ressentimento, vingasse desse governo por causa das injustiças cometidas pelos detentores do poder, é gerada a democracia; finalmente, da violência e do desprezo à lei inerentes a esta resulta no devido tempo a oclocracia (POLÍBIO, *Histórias*, VI, 4).

Bobbio (1997) resume o que ocorre ao final do ciclo polibiano afirmando que o curso das constituições retorna ao ponto de partida, ou seja, da oclocracia retorna-se diretamente ao reino: da forma pior à melhor. Isso porque a visão que Políbio tem da História é cíclica, fatalista e natural sendo a primeira uma repetição de fatos que tornam sobre si próprios; na segunda em um sentido de que a passagem de uma forma de governo para a outra parece predeterminada, indispensável e irrefutável; e na terceira concepção a história parece estar prevista, pré-condicionada à natureza das coisas, ou seja, de estar subentendido que a natureza das formas de governo não deixará de passar pelo processo de transmutação.

Apesar de Políbio inicialmente seguir as tipologias de seus predecessores, sua tese principal é a da constituição mista e somente a partir de sua sistemática que a defesa do governo misto se consolidou elevando-se a

---

<sup>36</sup> Sobre a definição das formas de governo dos antecessores, ver: Platão, *A República*, Livro VIII; Aristóteles, *Política*, Livro III.

condição de teoria. Essa outra forma de governo vem a ser uma constituição que associe as três tipologias consideradas boas: monarquia, aristocracia e democracia. Para desenvolver sua teoria, Políbio se inspira em Licurgo, o legislador que “elaborou pela primeira vez uma constituição seguindo esse princípio: a dos espartanos” (*Histórias*, VI, 3). Isso porque todas as formas simples, mesmo as consideradas boas, sofrerão mudanças sucedendo-se “através da alternância de constituições boas e más” (BOBBIO, 1997, p. 69), resultando em pouca durabilidade. A teoria dos ciclos polibiana revela essa falta de estabilidade e isso coloca as constituições simples em um processo de vulnerabilidade constante. A solução encontrada por Políbio é apostar na combinação das três formas clássicas de governo, que juntas trarão o equilíbrio necessário para o êxito do Estado. Nesse sentido, o historiador considera a constituição romana um exemplo bem-sucedido de um governo misto, justamente por estruturar a república em três partes: Cônsules (monarquia), Senado (aristocracia) e os Tribunos da Plebe (democracia). Isso porque

O espírito de equidade e a noção de conveniência sob todos os aspectos demonstrados em todas as esferas governamentais no uso desses três elementos para estruturar a constituição e para sua aplicação subsequente eram tão grandes que, mesmo para um cidadão romano, seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico (POLÍBIO, *Histórias*, VI, 11).

Posto isso, evidenciamos que a eficiência desse sistema misto de governo, estaria no equilíbrio das três constituições, de modo que nenhuma sobressaísse em relação a outra e, mais do que isso, teremos a garantia da estabilidade, característica primordial para o fortalecimento da constituição. À vista disso, podemos afirmar que Políbio é considerado um dos grandes defensores da excelência do governo misto e, nessa linha de pensamento, Maquiavel se inspira<sup>37</sup> no historiador grego, por ser um grande admirador da constituição romana, seguirá seus passos repetindo a teoria das formas de

---

<sup>37</sup> Segundo a interpretação de Bobbio (1997, p. 89), o capítulo II dos *Discorsi* pode ser considerado uma paráfrase ou mesmo uma tradução do Livro VI da *História* de Políbio, o que não significa que não tenha sido original, mas que sim, existem semelhanças abordadas por Maquiavel como: a tipologia clássica das seis formas de governo, a teoria dos ciclos e a constituição mista a partir de Esparta e Roma.

governo. Apesar de existirem algumas diferenças<sup>38</sup> pontuais do florentino em relação ao seu mentor, um dos momentos em que é notória a presença de Políbio na teoria maquiaveliana, vem a ser no capítulo dois: “*de quantas espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana*”, onde o florentino disserta a respeito das formas de governo, na esteira da teoria clássica:

Para discorrer sobre as ordenações da cidade de Roma e os acontecimentos que a levaram à perfeição, direi *o que dizem alguns* que escreveram sobre as repúblicas, ou seja, que há nelas um dos três estados, chamados principado, optimates e popular; e que aqueles que ordenaram uma cidade devem voltar-se para um deles, segundo o que lhes pareça mais apropriado. *Outros* – mais sábios, segundo a opinião de muitos – são de opinião que existem *seis formas de governo*, das quais três são péssimas e três são boas em si mesmas, mas tão fáceis de corromper-se, que também elas vêm a ser perniciosas. Os bons são os três acima citados; os ruins são outros três que desses três decorrem; e cada um destes se assemelha àquele que lhe está próximo, e facilmente passam de um a outro: porque o principado facilmente se torna tirânico; os optimates com facilidade se tornam governo de poucos; o popular sem dificuldade se torna licencioso (*Discorsi*, I, 2, p. 14).

Como podemos observar, é nítida a repetição da teoria clássica da divisão dos governos que remonta a Aristóteles e Platão, mas que para Maquiavel, é concentrada em Políbio. Apesar dessa forte influência, Maquiavel se afasta do pensamento polibiano à medida em que chega a conclusões diferentes em relação à anaclose, ou à teoria dos ciclos. O florentino não crê na sucessão inevitável dos regimes, uma vez que, um governo que tenha passado pelas transformações previstas, dificilmente terá fôlego para repeti-las, posto que “quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar de pé” (*Discorsi*, I, 2, p. 17) e, nesse sentido, Maquiavel sustenta que uma república calejada das mudanças, uma vez enfraquecida, pode tornar-se alvo de um Estado próximo que possua mais estrutura e ordenação. Assim, notamos que inicialmente Maquiavel constrói seu argumento a partir do estudo dos clássicos, porém segue-os até certo ponto.

---

<sup>38</sup> Conforme constata Bobbio (1997) Maquiavel considera a tripartição clássica de Políbio, porém passa a substituí-las para principados e repúblicas; não tipifica as duas formas de governo em boas e más; acredita na sucessão das seis formas, porém discorda da repetição infinita da teoria dos ciclos e pontua ainda que as seis constituições podem ser danosas, não somente as apontadas como más.

Conforme aponta Menezes (2014), Maquiavel rompe com a idealização de uma república perfeita fomentada pelo paradigma de um Estado harmonioso, sem discórdias, contestando essa tese a partir do êxito da república romana, dando uma visão macro aos conflitos entre o povo e o senado, consolidando sua teoria do conflito<sup>39</sup> a partir dessa constatação.

Dentro dessa perspectiva relacionada a excelência do governo misto em conjunto com o elogio da constituição romana, dá continuidade Marco Túlio Cícero (106 – 43 a.C). Importante orador, político e filósofo romano, das suas principais obras, destacam-se *De Legibus* e *De Republica*<sup>40 41</sup> - essa escrita um século depois de Políbio. Atentar-se-á para esse momento da pesquisa à última obra citada, um livro pequeno em tamanho, mas denso e contundente em conteúdo, onde Cícero prevê na harmonia interna e no fomento ao consenso entre os pares um bom caminho para a constituição de uma república. Bobbio (1997) aponta que quando Cícero escreve *De Republica*, a concepção de governo misto como o melhor caminho e a defesa da constituição romana apontada como um exemplo de constituição mista já estão consolidadas e mutuamente reforçadas.

A obra *De Republica* divide-se em seis livros escritos em formato de diálogos, tendo por temática principal a reflexão sobre a melhor forma de governo, sobre a coisa pública (*res publica*). Dos vários protagonistas da obra, Cícero escolhe Cipião Emiliano Africano (185-129 a.C.) como principal interlocutor. Nos diálogos, Cícero defende a ideia de uma constituição mista, afirmando que as três formas de governo (monárquica, aristocrática e democrática) não seriam benéficas em seu estado puro, sendo o melhor caminho a confluência dessas em uma república. Assim, ele projeta “uma república ideal na qual as diferentes ‘ordens’ da sociedade vão encontrando seu espaço adequado e justo, encaixando-se umas às outras para formar um todo harmônico” (ARAÚJO, 2013, p. 7). Na voz de Cipião, revela Cícero que

Quando reina a *concordia*, nada existe mais forte, nada mais duradouro do que o regime democrático, em que cada um se

---

<sup>39</sup> Temática que será aprofundada nos próximos capítulos.

<sup>40</sup> Segundo Wood (1991) e Pereira (2002) a obra “só foi lida pelos autores modernos que viveram depois de 1820, quando sua parte fundamental foi descoberta na Biblioteca do Vaticano” (apud LOSSO, 2014, p. 17).

<sup>41</sup> Edição utilizada: *Da República* – tradução e notas Amador Cisneiros, São Paulo, Edipro, 2011.

sacrifica pelo bem geral e pela liberdade comum. Pois bem: a *concordia* é fácil e possível quando todos os cidadãos colimam um fim único; as *dissensões* nascem da diferença e da rivalidade de interesses; assim, o governo aristocrático nunca terá nada estável, e menos ainda a monarquia (*Da República*, 2011, I.32, grifos nossos).

Como pode-se notar, Cícero compartilha da crença do estímulo da concordia e na defesa da mesma para a manutenção do bom convívio em paz. Em relação a instabilidade das formas simples, Cícero defende a constituição mista como uma solucionadora. Em suas palavras:

Desses três sistemas primitivos [...] prefiro, no Estado, um poder eminente e real, que dê algo à influência dos grandes e algo também à vontade da multidão. É essa uma constituição que apresenta [...] um grande caráter de igualdade, necessário aos povos livres e, bem assim, condições de estabilidade e firmeza (*Da República*, I.45).

O orador compara a ordem política aos sons das liras e flautas, junto ao canto e a voz que, ao produzirem um conjunto harmônico se tornam agradáveis:

assim também um Estado, prudentemente composto da mescla e equilíbrio de todas as ordens, concorda com a reunião dos elementos distintos; e o que no canto é chamado pelos músicos de *harmonia* é, no Estado, a *concordia*, a *paz*, a *união*, vínculo sem o qual a República não permanece incólume, do mesmo modo que nenhum pacto pode existir sem a justiça (*Da República*, II.40, grifos nossos).

Cícero sugere então que essa harmonia seja a composição das diferentes ordens do Estado, em que o caminho está em “incorporar todas as partes da sociedade respeitando os ‘degraus e as ‘tonalidades’ específicas de cada uma: essa é a *concordia ordinum*, a principal realização de uma constituição mista” (ARAÚJO, 2013, p. 8).

## 1.2 COLUCCIO SALUTATI E LEONARDO BRUNI: OS ANTECESSORES

Se tem algo que se pode concordar veementemente é com Genaro Sasso (2014) ao afirmar que Maquiavel estaria plenamente consciente de uma antiga tradição de pensamento que identificava na condenação dos conflitos a



felicidade das repúblicas e que tal condenação seria a opinião da maioria, sendo passada dos antigos aos modernos (apud ZORZO, 2019, p. 285).

Coluccio Salutati (1331 – 1406), como a maioria dos mais renomados humanistas cívicos, ocupou o cargo de chanceler da república florentina. Por mais de trinta anos, até a sua morte, exerceu o cargo com excelente reputação, tendo sua palavra comparada à de um oráculo (GARIN, 1996). Salutati, tendo sido o primeiro dos humanistas a ocupar esse cargo, deixou muitos escritos de grande valia para a construção do que se convencionou chamar de humanistas cívicos do *Quattrocento*. São de cartas a tratados políticos que revelam os anseios iniciais desse período da renascença. No momento em que Salutati trabalhou como chanceler, Florença vivia um período turbulento de um povo que, após provar da tirania, passou a valorizar a liberdade e desenvolveu verdadeira ojeriza às palavras rei, reinado e tudo que remetesse à esse contexto do poder de um só. Suas cartas são imbuídas pela forte presença de alguns elementos de valor cívico, como o amor pela sua pátria e a defesa da liberdade.

A Florença de Salutati, do século XIV ao XV, passava pelo seu esplendor no mundo das artes, filosofia e literatura. Ao mesmo passo em que vivia intensamente os movimentos intelectuais, encontrava-se imersa em um conturbado contexto social, político e econômico, gerando graves crises que, mais tarde, colocariam a cidade em risco. Dentre os conflitos, destaca-se o embate entre Florença e o papado, a chamada Guerra dos Oito Santos<sup>42</sup>, ocorrida em 1375. Os florentinos, sendo um povo de valores cristãos, sentindo-se ameaçados pelas atitudes do papa Gregório XI, não aceitando os ataques à Roma - cidade inspiração dos valores de liberdade e união: declararam guerra ao papa. Salutati, compenetrado em sua missão de salvaguardar e manter viva a história e a memória de uma Roma livre e igualitária em sua “filha e herdeira” (GARIN, 1996, p. 27), Florença, dirige-se aos romanos em um de seus escritos recheados de civismo:

Se quisermos algum dia fazer reviver em nossos peitos o antigo vigor do sangue itálico, este é o momento de experimentá-lo, pois estamos movidos por uma causa justa. Qual é o italiano, qual é o romano que, prezando a virtude e o amor da liberdade, poderá suportar ver tantas cidades nobres, tantos castelos sofrerem a bárbara devastação dos franceses, enviados pelos

---

<sup>42</sup> Maquiavel relata essa guerra em suas *Istorie* (III.7).

dignitários da Igreja para saquearem toda a Itália, enriquecerem-se com os nossos bens, beberem o nosso sangue? [...] em nome da Igreja eles invadiram a Itália: homens sem fé, sem piedade, sem caridade, quando não se sentem suficientemente fortes, apostam nas nossas *discórdias*, e para oprimir-nos, as suscitam, endossam e alimentam [...]. Que farão, pois, os senhores, ilustres concidadãos, a quem, por causa da majestade do cargo atual e da glória do antigo nome, pertence zelar pela liberdade da Itália? Tolerarão os senhores que essa tirania tome pé? <sup>43</sup> <sup>44</sup>

No entanto, esse episódio não será o último conflituoso acontecimento que acomete os florentinos entre o período que corresponde aos séculos XIV e XV. Houve também a Revolta dos *Ciompi*<sup>45</sup>, da qual Salutati saiu incólume (GARIN, 1996). Mas o conflito que, segundo Garin (1996), vem a definir em 1389 o ideal político de Salutati foi o conflito com os Visconti. A intimidação externa contra Florença surge da política expansionista do Duque de Milão, Giangaleazzo Visconti, conduzindo a cidade a guerras e facções que novamente ameaçavam a sua sobrevivência, sentimento esse que, segundo Bignotto (2001), impulsionou Florença à independência e afirmação de uma identidade republicana. Salutati executa importante papel na defesa de Florença contra o duque de Milão que enviara no dia 19 de abril de 1390 o famoso ultimato: "A paz da Itália é o que procuramos sempre, com grande empenho"<sup>46</sup>. O chanceler responde convicto:

Essa palavra, a paz, que é a primeira da carta, é uma imprudente mentira: como prova disso está a invasão da nossa terra [...]. São estas as obras da *paz* [...]? Para defender a nossa liberdade, declaramos guerra ao tirano lombardo que quer ser ungido rei, e pegamos nas armas pela liberdade dos povos oprimidos por um jugo tão terrível. Confiamos na justiça eterna e inefável do Deus supremo, para que proteja a nossa cidade, olhe para a miséria dos lombardos e não queira antepor a ambição de um único mortal à imorredoura liberdade do povo e à salvação de tantas cidades (Salutati, 02 de maio de 1390, *grifo nosso*).

<sup>43</sup> As cartas de Salutati às quais essa pesquisa teve acesso, estão transcritas na obra de Eugênio Garin (1996).

<sup>44</sup> (AEF, Sig. Miss. I Chanc. Reg. 16,67 v.). Cartas da I Chancelaria do Arquivo de Estado de Florença; serão indicadas assim: AEF, Sig. (*Signori*), Miss. (*Missivas*) Chanc. (*Chancelaria*), Reg. (com o número do registro, seguido do número da folha) – (GARIN, 1996, p. 42).

<sup>45</sup> Será aprofundada no capítulo 3.

<sup>46</sup> A declaração de Giangaleazzo está transcrita na carta de Salutati. Ver nota 17, (GARIN, 1996, p.50, *grifo nosso*).

Esse conflito com o Duque de Milão, embora tenha cessado com sua morte, deixou marcas que fortaleceram os sentimentos cívicos entre o povo florentino. Tanto que Hans Baron (1966) considera ter sido esse um marco, um divisor de águas que definiria o surgimento do humanismo cívico como um movimento político-cultural, tendo seu berço reconhecido na cidade de Florença. Cabe aqui apontar outra importante contribuição de Salutati para reforçar a análise da prevalência do discurso de paz, estando atrelado a ele o elogio à Florença. Trata-se da *Invectiva in Antonium Luschum Vicentinum*<sup>47 48</sup> proferida contra Antônio Loschi (1368 – 1441), um vicentino opositor dos ideais republicanos. Na retórica de Salutati, prevalece a defesa da liberdade florentina contra possíveis manifestações tirânicas que ameaçavam a independência do povo. O idealismo de uma civilização aos moldes das antigas ruínas romanas inspira os escritos de Salutati, assim como de outros humanistas. Nas palavras do chanceler ao Loschi pode-se sentir o fervor patriota que emana de sua mente:

Quem poderia suportar com paciência, tratando-se ser algo de tanto interesse, que a pátria, a quem tudo devemos, seja difamada vergonhosamente por uma pessoa a quem nada importa. Gostaria de escutá-lo e compreender as razões das suas mentiras, entender as suas provas e seus argumentos. Se não estou enganado dar-lhes-ei o que merecem e farei com que não possam mais ofender com palavras aquela pátria que não puderam e que, com a graça de Deus, não poderão jamais sobejar, nem mesmo com a potência da qual te vanglorias (SALUTATI, *Invectiva*).

Com Salutati pode-se perceber essa herança do civismo apaixonado pela sua pátria, bem como da convocação que ele o faz aos cidadãos na *Invectiva*:

Sendo cada cidadão um membro de cada cidade e de seu povo e não um estrangeiro, assumo a causa de minha pátria, aquela que cada um tem a obrigação de defender, e peço àqueles que lerão estas minhas coisas que me olhem de forma benigna, enquanto discuto pela verdade, pela justiça e pela pátria (SALUTATI, *Invectiva*).

---

<sup>47</sup> O documento está disponível na obra de Newton Bignotto (2001), assim como a tradução para o português de outros textos desse período.

<sup>48</sup> A *Invectiva* é uma resposta de Salutati, escrita em 1403, referente à um panfleto escrito por Loschi em 1399, com o intuito de atacar a cidade de Florença, defendendo a política expansionista de Milão, cidade onde trabalhou por um tempo (BIGNOTTO, 2001).

Para dar seguimento e robustez ao argumento em defesa de uma Florença livre, Salutati resgata a história da origem da cidade, no intuito de demonstrar uma liberdade nata do povo florentino, devendo este zelar pela natureza que é própria dele. Nesse momento o chanceler provoca Loschi ao questionar: “O que significa de fato ser florentino, se não ser por natureza e por lei cidadão romano e, por conseguinte, livre e não escravo?” (*Invectiva*, p. 32) e segue nessa linha em defesa do fortalecimento da identidade de sua pátria, posta em xeque por Loschi. Apesar dos ideais republicanos aflorarem em Salutati, o chanceler não se afasta da fé cristã, tentando concilia-la com a defesa da liberdade contra quaisquer pretextos de governos tirânicos que pudessem apontar em sua pátria.

Percebe-se, assim, a prevalência do discurso em defesa da liberdade republicana, a retomada do orgulho de sua pátria, bem como de sua origem. Junta-se a esses valores cívicos a exaltação do desejo pela paz, atrelado ainda ao viés escolástico presente em muitos humanistas renascentistas. A paz pode ser reconhecida aqui como um discurso predominante em todas as negociações diplomáticas vigentes, mesmo que essa “intenção” viesse acompanhada, na maioria das vezes, por interesses de domínio e poder das cidades-estados vizinhas ou de estrangeiros. E essa glorificação feita por Salutati, é interpretada como positiva por Garin (1996) a afirmar que o chanceler “elabora a imagem de Florença como herdeira da antiga Roma republicana, baluarte da liberdade para todos os povos itálicos, mestra e incitadora da própria Roma moderna” (GARIN, 1996, p. 24) e que “Em nome da *liberdade*, ou seja, do único valor que torna a vida digna de ser vivida, Florença torna-se a pátria ideal de todos os homens” (GARIN, 1996, p. 24). O autor afirma ainda que teria sido decisivo para a continuidade do movimento humanista renascentista o fato de que “Florença tenha sido assim elaborada por Salutati [...] que ele tenha difundido essa idéia, repetidamente, em centenas de cartas enviadas a todos os lugares da Europa” (GARIN, 1996, p. 24). Essa imagem propagada pelo chanceler influenciou novos estudiosos e admiradores, dentre eles Leonardo Bruni e o próprio Loschi (GARIN, 1996, p. 25), contra quem Salutati escreveu sua *Invectiva*.

Leonardo Bruni d’Arezzo (1370 – 1444), aluno e admirador de Salutati, ocupou o cargo da chancelaria sendo substituto de Salutati nos anos de 1410 a 1411 e, depois de 1427 em diante, até o fim de sua vida. Bruni dá continuidade

ao pensamento elaborado por seu mestre e aprofunda-se na vertente da defesa de Florença em sua *Historiae Florentini Populi*<sup>49</sup> e em sua *Laudatio Florentinae urbis*<sup>50</sup>. Para o que interessa nesta pesquisa, o foco se deterá na *Laudatio*, posto não se ter a pretensão de analisar a grande obra (*Historiae*) de quase doze volumes do historiador, apesar de ser mobilizada a seguir.

A *Laudatio* foi escrita em 1404, dois anos depois da morte do duque de Milão Giangaleazzo Visconti, quem, apesar de sanar o fim do conflito já comentado anteriormente, que destruiria Florença, não cessou as expansões dos senhores de Milão, nem depois que os milaneses deixaram de ser um risco aos florentinos. Florença continuou a se envolver em várias disputas com Nápoles, Gênova, o papado e outras. Porém, Leonardo Bruni não se interessa em escrever sobre os conflitos civis, optando por ignorar sua existência. Questão essa evidenciada nas *Istorie* onde Maquiavel cita os historiadores, chamando-os de “nobilíssimos escritores” (*Proêmio*) que já haviam narrado a história de Florença, pontuando que foram muito “diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os príncipes e povos estrangeiros” (*Istorie, Proêmio*). Referindo-se às narrativas desses escritores sobre as discórdias civis e às inimizades internas, Maquiavel afirma que “eles calaram de todo uma parte e despreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum” (*Istorie, Proêmio*). Quanto a isso, Patrícia Aranovich (2007) recorda uma passagem de Leonardo Bruni em sua *Historiae*, onde ele “julga necessário justificar o tratamento de um tema da política interna florentina ao desviar-se do relato das guerras” (*Istorie, Introdução*, p. XII). Eis o trecho: “posto ter a história duas partes - assuntos externos e internos – não se deve considerar menos proveitoso o conhecimento da condução das questões internas em detrimento das guerras externas” (*Historiae*, IV, p. 349, tradução nossa). Nota-se aí que há então um reconhecimento do autor na ausência da abordagem em seus escritos, porém que isso não deveria ser considerado menos proveitoso – o que, conforme já exposto, é por Maquiavel refutado.

---

<sup>49</sup> (História do Povo Florentino). A edição aqui utilizada é a tradução para o inglês de James Hankins (2001). *History of the Florentine People* (v. 1, Livros I-IV).

<sup>50</sup> (Elogio de Florença). A edição utilizada nessa pesquisa é bilíngue latim-português de Fabrina Magalhães Pinto (2016).

O silêncio a respeito da não abordagem dos conflitos nas obras de Bruni, está fortemente atrelado à ideia própria de o autor cancelar as mesmas de seus escritos, dando continuidade à tradição humanista que enaltece a concórdia e condena as discórdias. Pedullà (2018) afirma que “assim como os gêneros literários se recusavam a reconhecer qualquer tensão no corpo cívico (oratória, cartas oficiais, elogios), existiam os que mencionavam a discórdia apenas como a negação por excelência da política” (p. 26).

Assim, segue-se na análise da *Laudatio* a busca por esse sentimento de união considerado essencial para a boa ordem da república, bem como do enaltecimento de Florença, característica desse gênero. Assim, nota-se que a obra já inicia de forma intensa e efusiva:

Quisera eu que pelo Deus imortal me tivesse sido dado ou poder prestar párea eloquência como é devido à cidade de Florença, da qual falarei, ou, pelo menos, alcançar no discurso o nível de minha dedicação e vontade para tal feito. Creio que qualquer dos casos seria suficiente para mostrar sua *magnificência e fulgor*. Isso, pois, a cidade mesma é de tal modo que *nenhuma de mais brilho e esplendor* em todo orbe terrestre pode ser encontrada. E a minha vontade, como eu mesmo posso facilmente compreender em me observando, nunca foi tão ardente quanto a outro assunto: tanto o é que de modo nenhum duvidarei, se me for dada uma ou outra graça, ser capaz de falar desta *cidade excelente e formosíssima com elegância e dignidade* (*Laudatio*, 1, p. 265, grifos nossos).

O elogio a Florença é evidente não só nos escritos de Bruni, como também nas obras do seu mestre Salutati, visto anteriormente. Demonstra-se assim ser esse um estilo de retórica<sup>51</sup> característico do humanismo do *Quattrocento*, onde nota-se a presença desse formato do elogio à cidade em toda sua obra, como pode-se notar nessa emblemática descrição:

Em nenhum outro lugar há tanta *ordem* nas coisas; em nenhum outro lugar, tanta *elegância*; em nenhum outro lugar, tanta *unidade*. Do mesmo modo que as *cordas* precisam estar em tal

---

<sup>51</sup> Não se pretende entrar detalhadamente nessa discussão acerca do gênero da obra, mas interessa citar que há dois tipos de interpretações em relação à *Laudatio*, segundo Fabrina Magalhães (2016), sendo a primeira a defesa de Hans Baron (1968) de que a obra de Bruni seria a fundadora do humanismo cívico e a segunda a que a veria apenas como um texto retórico, conforme Hankins (1995). Para Magalhães (2016) essa última visão seria simplista. Em suas palavras: “esta questão parece esvaziar-se de sentido quando lembramos que a *Laudatio* é um exemplo de oratória *epidíctica*, onde se pode louvar ou vilipendiar qualquer coisa, e inclusive omitir ou ressaltar dados históricos. É o gênero mais livre de oratória, em que as preocupações são imediatas, pois se vincula ao presente” (MAGALHÃES, 2016, p. 247).

proporção que quando forem feridas se faça de diversos sons uma só *harmonia*, não podendo ser nada mais prazeroso e suave aos ouvidos, assim também *esta prudentíssima cidade tem todas as suas partes de tal modo ordenadas que delas resulta uma República consistente*, cuja constituição deleita todos os espíritos e todos olhos. Nada nela está deslocado, nada inconveniente, nada absurdo, nada vago. Cada coisa tem o seu lugar que não é apenas o certo, mas também o mais bem pensado: funções especializadas, magistraturas especializadas, tribunais especializados, ordens especializadas (*Laudatio*, 2016, 76, p. 301, grifos nossos).

Bruni fala de ordem, elegância e união. Remete à passagem ciceroniana<sup>52</sup> ao comparar as cordas musicais em perfeita harmonia como devem ser as repúblicas. Nas palavras de Magalhães (2016) o historiador

destaca o caráter racional, harmonioso e orgânico da constituição florentina da mesma forma que fizera em relação às divisões e subdivisões dos bairros, das ruas, da disposição arquitetônica da cidade e de suas obras, considerando-a como uma cidade ideal, *urbs perfecta*” (p. 301, nota nº 106).

Já Skinner (1996) considera que Bruni “faz ressoar um otimismo até excessivo” (p.95) e que ele estaria omitindo quaisquer indicações de que antagonismos e facções sobrevivam ao afirmar que “tivemos [no caso os florentinos] êxito em equilibrar todas as secções de nossa cidade, de modo a produzir harmonia em todos os aspectos da República” (BRUNI apud SKINNER, 1996, p. 95). Esse entusiasmo de Bruni origina-se, nas palavras de Cícero Araújo (2013), de um “enorme consenso que a cidade vivia no momento em que a ameaça externa se mostrava especialmente aguda” (p. 60) e que deve-se, portanto, “desconfiar um pouco dessa retórica consensualista, que bem podia esconder a hegemonia desfrutada pelas classes mais abastadas desse período” (ARAÚJO, 2013, p. 60).

Podemos observar então que, a partir dos escritos de Coluccio Salutati e depois de Leonardo Bruni, prevalece em ambos a ideia de concórdia atrelada à paz, e, em paralelo, a defesa da liberdade republicana. Também se faz presente nas obras dos humanistas do *Quattrocento* os exagerados elogios à Florença, apresentando-a como uma cidade ideal, ocultando assim os inúmeros conflitos

---

<sup>52</sup> (*Da República*, II.XL).

nela existentes. Na sequência, faremos a análise de um contemporâneo e amigo de Maquiavel que também segue essa linha da boa ordenação e da ojeriza às dissensões.

### 1.3 FRANCESCO GUICCIARDINI: CONTEMPORÂNEO DE MAQUIAVEL

Francesco Guicciardini, um dos grandes pensadores do humanismo cívico, coetâneo de Maquiavel, nascido em Florença, no ano de 1483, de influente família aristocrata, seguiu trabalhando na defesa dos costumes conservadores em que fora criado. Apesar de sua relevância para a construção do pensamento político de Maquiavel, Guicciardini não ganhou a fama pós-morte. Maquiavel se diferencia de seu amigo ao divergir a respeito dos argumentos políticos de corte aristocrático sustentados por Guicciardini. O material contido nas cartas<sup>53</sup> trocadas por ambos vem a ser fundamental para a análise do que aqui se propõe. As cartas de Maquiavel foram em sua maioria resgatadas pelo seu neto Giuliano de' Ricci, a quem, “os estudiosos devem estimar” (ALVISI, 1883, p. VI, tradução nossa). A antologia é variada, composta de textos mais técnicos, como memorandos e relatórios ligados à diplomacia florentina, passando por problemas administrativos, em sua maioria do tempo em que Nicolau trabalhou como secretário da segunda chancelaria de Florença, chegando a cartas mais íntimas.

Não há melhor lugar onde Maquiavel possa se apresentar do que em suas correspondências, especialmente o conjunto de cartas trocadas com Francesco Guicciardini (NAJEMY, 2010). Assim também acredita Roberto Ridolfi (2003), dando destaque às cartas trocadas entre ambos como sendo as mais sinceras:

Guicciardini (...) sentiu o fascínio de sua inteligência [referindo-se à Maquiavel], tanto que no carteio com ele alguma coisa daquele seu calor parece ter se colado nele e as cartas que lhe escreveu estão entre as *melhores* e as *mais humanas* de sua epistolografia” (RIDOLFI, 2003, p. 217, grifo nosso).

---

<sup>53</sup> “Os biógrafos mais importantes de Maquiavel contribuíram significativamente para a recuperação e publicação das cartas, de Villari e Tommasini nos séculos XIX e XX, a Ridolfi nos últimos tempos” (NAJEMY, 1993, p. 3, *tradução nossa*). As obras referidas tratam-se das biografias: VILLARI, Pasquale. *Niccolò Machiaveli e i suoi tempi*. V I, II e III. Firenze: Le Monnier, 1877-1882; TOMMASINI, Oreste. *La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli*. Torino: Ermano Loescher, 1883; RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.



Há que se atentar aqui para os possíveis “feitiços” que os documentos arquivísticos podem causar, igualmente à ideia de uma “verdade”. Conforme argumenta Angela de Castro Gomes (2004), o *boom* do que podemos chamar assim de escritos biográficos teve em seu contexto um processo marcado “pelo surgimento, em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX (GOMES, 2004, p. 11)”. Nesse sentido, a autora complementa que existe a ideia de “ilusão biográfica”, ou seja, a “ingenuidade de se supor a existência de ‘um eu’ coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo ‘efeito de verdade’ que ela é capaz de produzir” (GOMES, 2004, p. 15). Pondera, enfim, que a ideia de uma sinceridade como sendo uma essência do sujeito que escreve, deve ser considerada na análise desses documentos – as escritas de si – para que a pessoa que investiga não incorra num possível “feitiço das fontes” que a levaria a acreditar em alguma possível “verdade como sinceridade” daquilo que de fato aconteceu<sup>54</sup>.

Posta as ponderações metodológicas no que se refere ao cuidado e distanciamento que se deve ter na análise das cartas, adentrar-se-á então no conteúdo específico de algumas que se julga pertinentes para a análise que aqui se propõe: as divergências políticas que se põe nos escritos. Ridolfi (2003) já caracteriza - no início de seu capítulo em que aborda a viagem de Maquiavel à Capri – a personalidade diversa de Guicciardini se comparada com o nosso secretário florentino. Atenta-se certamente após os detalhes metodológicos postos acima que, Ridolfi é um biógrafo apaixonado por Maquiavel. Ele abre o prefácio da sétima edição declarando seu amor pelo florentino. É evidente que isso em nada invalida sua rica e rigorosa pesquisa da vida e obra de Nicolau, porém deve-se manter o cuidado de não se deixar levar pelo olhar entusiasta do biógrafo.

Posto isso, assim descreve Ridolfi sobre os distanciamentos de personalidade que envolvem os dois amigos: “Aristocrático, gelidamente egoísta,

---

<sup>54</sup> Nessa linha, também atenta-se - no sentido metodológico – a discussão que “ Jacques Le Goff (1990) em sua célebre obra *História e Memória*, fez sobre o documento-monumento afirmando não existir um “documento-verdade” (p. 548). Outros autores que trouxeram contribuições metodológicas na análise das cartas: Pierre Bourdieu. *L’illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1986; Michael Pollak. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

sério, de bons costumes o primeiro [Guicciardini]; popular, calorosamente apaixonado e generoso, leve, de costumes liberais o segundo [Maquiavel]” (RIDOLFI, 2003, p. 216). Em seguida, Ridolfi afirma que Guicciardini, apesar de ter entendido bem as ideias de Maquiavel em suas cartas, “não o seguiu” (RIDOLFI, 2003, p. 217).

Apesar de serem grandes amigos, imbuídos de um forte sentimento de amizade, Maquiavel e Guicciardini, ao experienciarem juntos as mudanças do cenário político que se desenvolvera em Florença, seus ideais teóricos encontravam-se em perspectivas totalmente opostas. As divergências levaram Guicciardini a escrever a obra: *Conziderazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli*<sup>55 56</sup>, demonstrando, mesmo que nas entrelinhas, uma grande admiração pela construção teórica do pensamento de seu amigo, ainda que discordasse do seu discurso. Deve-se supor ter sido esta uma forma de validar o pensamento de Maquiavel, pois ao escrever um livro de comentários sobre a obra *Discorsi*, dando atenção especial aos dezesseis primeiros capítulos (capítulos centrais sobre a teoria da liberdade republicana) ele já está colocando o amigo num patamar no mínimo relevante para o pensamento político e debate vigente e atuante na época.

Mas as divergências entre os autores são consideráveis. Tanto Guicciardini quanto Maquiavel concordam que o melhor caminho a ser seguido para o bom desenvolvimento da república vem a ser o governo misto. Porém, aquele discorda da visão deste no que se refere ao papel desempenhado pelo povo como ativo na *pólis* e fundamental para o bom funcionamento da república. Guicciardini desconhece e não leva em consideração o povo como sujeito político. Ao contrário, em suas *Considerazioni*, ele compara a multidão às ondas do mar, que, conforme o vento, vão para um lado e para o outro, “sem regras, sem nenhuma firmeza”<sup>57</sup>. Resume a multidão afirmando: “não se pode negar que um povo em si mesmo não seja uma arca de ignorância e confusão”<sup>58</sup>; que “os

---

<sup>55</sup> Edição utilizada em italiano: *Opere*. Firenze: Tipografi Editore, 1857.

<sup>56</sup> Optamos por inserir os trechos no original, em notas de rodapé, apenas das obras clássicas que não possuem tradução para o português. Nesse caso, as *Conziderazioni* de Guicciardini e algumas cartas de Maquiavel.

<sup>57</sup> “sanza alcuna regola, senza alcuna fermezza” (GUICCIARDINI, *Considerazioni*, I - LVIII, p. 56, tradução nossa).

<sup>58</sup> “Non si può negare che uno popolo per sè medesimo non sia una arca di ignoranza e di confusione” (GUICCIARDINI, *Considerazioni*, I - LVIII, p. 56, tradução nossa).

governos populares duram pouco e são propensos a infinitos tumultos e desordens, ocasionando o surgimento de tiranias ou a própria ruína da cidade”<sup>59</sup>. E complementa seu raciocínio reafirmando “aquela opinião antigüíssima e comum de todos os escritores”<sup>60</sup> de que “na multidão não existe nem prudência nem constância”<sup>61</sup>.

As fundamentações que levam Guicciardini a desconfiar do papel do povo têm raízes na sua essência aristocrática e ele defende isso em toda a sua obra, indo de encontro ao que Maquiavel alega em sua teoria, principalmente nos *Discorsi*, momento em que o pensador põe em destaque a figura do povo, em especial no seguinte trecho: “minha conclusão, portanto, contraria a opinião comum, de que os povos, quando são príncipes, são variáveis, mutáveis e ingratos, e afirmo que neles esses pecados não são diferentes dos que se vêem nos príncipes particulares” (*Discorsi*, I, 58, p. 169), uma vez que, “um povo que comande e seja bem-ordenado será estável, prudente e grato” (*Discorsi*, I, 58, p. 169). Já “um príncipe desregrado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo” (*Discorsi*, I, 58, p. 169). Maquiavel justifica que o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe por considerar que aquele possui mais *virtù*, prevendo seu mal e bem. Podendo o povo errar nas suas escolhas, erram também os príncipes nas suas paixões “que são muito maiores que as dos povos” (*Discorsi*, I, 58, p. 170). Maquiavel conclui, então, que “as crueldades da multidão são contra aqueles que ela teme que se apoderem do bem comum; as do príncipe são contra aqueles que ele teme que se apoderem de seu bem próprio” (*Discorsi*, I, 58, p. 172) e que a opinião contrária aos povos surge da facilidade com que se pode dele falar mal sem o temer, “ao passo que dos príncipes sempre se fala com mil medos e escrúpulos” (*Discorsi*, I, 58, p. 172).

Como pode-se observar, o papel do povo em Maquiavel é o oposto do que é para Guicciardini. Para aquele, a ideia de um povo ativo prevalece, enquanto que para este o sujeito povo não vai além de uma mera passividade,

---

<sup>59</sup> “governi meramente popolari sono stati in ogni luogo poco durabili, ed oltre a infiniti tumulti e disordini, di che mentre hanno durato sono stati pieni, hanno partorito o tirannide o ultima ruina della loro città” (GUICCIARDINI, *Considerazioni*, I - LVIII, p. 56, tradução nossa).

<sup>60</sup> “quella opinione antichissima e comune di tutti gli scrittori” (GUICCIARDINI, *Considerazioni*, I - LVIII, p. 56, tradução nossa).

<sup>61</sup> “nella moltitudine non sia nè prudenza nè constanza” (GUICCIARDINI, *Considerazioni*, I - LVIII, p. 56, tradução nossa).

sendo considerado pertinente que o povo não se envolva nas questões públicas, posto ser um agente imprudente, inconstante e confuso.

É notório e será apreciado de forma mais contundente no segundo capítulo desta pesquisa que Maquiavel faz um elogio dos conflitos. Sua tese, evidente no capítulo IV dos *Discorsi*, afirma que “a desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana” (p. 21), e que “quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma” (*Discorsi*, IV, p. 21). De acordo com Skinner, essa tese acabou por causar verdadeiro “horror aos contemporâneos de Maquiavel” (SKINNER, 1996, p. 202), “destinada a criar um escândalo” nas palavras de John Keats, na introdução à obra de Pedullà (2018, p. 1). No que se refere a tese de Maquiavel, evidenciada no capítulo IV, dos *Discorsi*, Guicciardini responde com o seguinte argumento:

Não foi, portanto, a desunião entre a plebe e o senado que fez de Roma livre e potente, porque o melhor seria se não tivesse existido a causa das desuniões; nem foram úteis estas sedições, mas nem tão prejudiciais quanto em outras cidades; melhor do que pensar um modo de não precisar da plebe, foram os patrícios cederem à vontade da mesma. Mas louvar a desunião é como elogiar a doença de um enfermo, devido à qualidade do remédio que lhe foi aplicada”<sup>62</sup>.

Guicciardini defende assim que o conflito poderia ser evitado, uma vez que, na visão dele, não foi a desunião entre plebe e senado que libertou Roma. Além de catalogar os conflitos em uma categoria de repúdio, Guicciardini compara o elogio à doença.

Apesar das diferenças, Guicciardini e Maquiavel são bons exemplos a serem seguidos de forma atemporal, no que se refere a discordâncias epistemológicas referentes às formas de analisar os fenômenos da política, bem como pensar diferentes caminhos que podem solucionar os problemas pertinentes a *res publica*. Mesmo tendo sido escrita há quase quatro séculos

---

<sup>62</sup> “ Non fu adunque la disunion tra la plebe e il senato che facessi Roma libera e potente, perchè meglio sarebbe stato se non vi fussino state le cagioni dela disunione; nè furono utili queste sedizioni, ma bene manco dannose che non sono state in molte altre città; e molto utile ala grandezza sua che e patrizii più presto cedessino alla volontà della plebe, che entrassino in pensare modo di non avere bisogno dela plebe; ma laudare le disunioni è come laudare in uno infermo la infermità, per la bontà del remédio che gli è stato applicato” (GUICCIARDINI, *Considerazioni*, I - IV, p. 13, tradução nossa).

depois do tempo de nossos autores, a famosa expressão da biógrafa de Voltaire, Evelyn Beatrice Hall, ilustra a relação amigável e respeitosa de ambos pensadores florentinos: “Eu desaprovo o que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo” (TALLENTYRE, 1906, p. 199).

As divergências postas à mesa entre os dois, já se mostrava evidenciada na carta datada de 17 de maio de 1521 que, segundo NAJEMY (2010), parece ter sido a primeira enviada de um para o outro. Nela, Maquiavel relata abertamente à Guicciardini, seu descontentamento com o cenário político, já se posicionando como sendo contrário as ideias da maioria dos florentinos:

é verdade que estou em desacordo, como em muitas outras coisas, as opiniões daqueles cidadãos: eles desejam um pregador que lhes ensine o caminho do Paraíso, e eu gostaria de encontrar um que ensinasse o caminho para a casa do Diabo [...] porque creio que esta seria a verdadeira forma de encontrar o Paraíso: aprender o caminho do Inferno para fugir dele.<sup>63</sup>

Maquiavel já apura nessas linhas o sentido real do conflito que, nas impressões de Gabriele Pedullà (2018) acerca da carta, demonstra estar o conflito sempre presente, sendo preciso “aprender a conviver com ele, e de forma esperançosa, discipliná-lo, como os antigos Romanos fizeram” (p. 02, tradução nossa). Observa-se que, um dos pontos altos das discussões entre os dois amigos florentinos foi a temática do conflito, mais precisamente a questão da desunião romana, debate que ocupou grande parte da produção política e literária dos renascentistas. Ao mesmo passo que humanistas avançavam em outras áreas, buscavam nos antigos, principalmente de Roma, para resgatar o apogeu de uma nação que por mais de quatrocentos anos manteve-se em regime republicano.

Em suma, a pesquisa acerca da literatura existente no período humanista, bem como anterior a ele, constatou que o estudo dos conflitos e seu papel na sociedade foi por muito tempo negligenciado dentro do espaço teórico político de renomados pensadores como Políbio, Cícero, Marsílio de Pádua, Salutati, Bruni e contemporâneos de Maquiavel. O florentino acaba por construir um

---

<sup>63</sup> “Vero è che io sono contrario, come in molte altre cose, all’ opinione di quelli cittadini: egli vorrieno un predicatore che insegnasse loro la via del Paradiso, et io vorrei trovarne uno che insegnassi loro la via di andare a casa il diavolo (...) perché io credo che questo sarebbe il vero modo ad andare in Paradiso: imparare la via dello Inferno per fuggirla.” (Carta de Maquiavel a Guicciardini, Carpi, 17 de maio de 1521. Tradução nossa).

caminho diverso do que se tinha em voga, buscando dar um lugar central aos conflitos sociais e políticos, desconstruindo a imagem pejorativa dos mesmos a partir de suas duas grandes obras, os *Discorsi* e as *Istorie*. Nelas, os conflitos possuem um lugar central na construção do arcabouço teórico do pensador. Isso porque Maquiavel viu neles o motor pulsante que movia a república romana. Essa desconstrução não foi nem um pouco acolhida pelos seus contemporâneos como Guicciardini, quem defende a harmonia e o consenso como formas puras e não violentas de se fazer política.

O que Maquiavel faz e será evidenciado nos próximos capítulos é mergulhar em todo esse conhecimento advindo do humanismo cívico, juntamente com ao conhecimento dos antigos, e descortinar esse discurso apaziguador, revelando a real face dos príncipes, de Florença e também de Roma. Este capítulo visitou os autores da antiguidade e da renascença para mostrar a mudança significativa que Maquiavel imprime na compreensão dos conflitos, ao afirmar que seriam eles “a causa primeira da liberdade de Roma” (*Discorsi*, 2007, I.4, p. 21), separando-os de todo esse universo de uma virtude cardinal assentada na crença da paz e da concórdia, à qual todos - sem exceções - dos antigos aos modernos, entendiam ser o verdadeiro caminho para a resolução dos conflitos. No fim, o caminho consistia na própria negação da existência dos conflitos, ocultando-os dos escritos como uma espécie de censura ou sendo mencionados da forma mais repulsiva possível.

Maquiavel, diferindo dessa compreensão apaziguadora dos humanistas, aceita os defeitos de uma cidade, bem como sua complexa multiplicidade de ações, de desejos ambíguos, de conflitos internos, de corrupção. O florentino entende que a construção de uma república forte aos moldes de Roma, é um processo com muitas variáveis e que ocultar as dissensões seria como apagar as feridas da história e da memória que compõe aquele povo.

As palavras de Pedullà (2018, p. 26) finalizam bem o que se verificou com essa herança da tradição. Embora importante para a construção teórica de Maquiavel, tal tradição era bastante limitada ao não abraçar a causa dos conflitos:

os humanistas não conseguiram ir além de uma condenação genérica das paixões egoístas e, em vez disso, passaram a interpretar conflitos civis exclusivamente em termos éticos. Certamente isso era insuficiente. Mas é somente contra este

pano de fundo que o trabalho de Maquiavel pode ser apreciado em toda a sua originalidade inquietante (tradução nossa).

Ver-se-á no próximo capítulo como se dará em Maquiavel a construção desse processo de aceitação dos conflitos civis ocorridos em Roma e a interpretação que faz o florentino romper com toda a chamada tradição humanista cívica, que negligenciou os conflitos de todo o percurso da História.





## 2. TEORIA DO CONFLITO CIVIL NOS *DISCORSI* DE MAQUIAVEL

É em 1469, ano da morte de Piero de' Medici, sucessor de Cosimo, que Lourenço, o Magnífico, recebe o poder de assumir Florença. Nesse mesmo ano nascia, no dia 03 de maio, na mesma cidade, Niccolò Machiavelli<sup>64</sup>. Filho de Bartolomea de' Nelli, quem, segundo Roberto Ridolfi (2003), teria inspirado o lado poeta de Maquiavel, e Bernardo di Niccolò di Buoninsegna, advogado, que tinha obsessão pela leitura, em especial pelos clássicos, dentre eles Tito Lívio. Apesar de família modesta, e com recursos econômicos limitados, o casal, que teve ao todo quatro filhos, não deixou de investir nos estudos de Niccolò que, aos sete anos, já começara a estudar o *Donatello*, ou seja, os primeiros elementos do latim, e aos doze anos já escrevera composições nessa língua. Nosso autor beneficiou-se de um contexto familiar de incentivo aos estudos e, principalmente, do contato com grandes obras clássicas lidas em traduções latinas dos manuscritos que circulavam. Obras de Platão, Aristóteles, Tito Lívio, Tucídides, Políbio foram cruciais na formação de Maquiavel. Essa bagagem das fontes clássicas lhe será fundamental para o desenvolvimento de um ofício o qual nem ele projetava ser: o de escritor; ofício que lhe colocou no patamar dos grandes clássicos da modernidade.

Entretanto, a vida de escritor, poeta, dramaturgo, historiador e tantos outros ofícios semelhantes, aparecerá em um segundo momento. Maquiavel até então demonstra interesse no mundo da política e se candidata ao cargo público da secretaria da Segunda Chancelaria da república florentina, para a qual foi escolhido pelo Conselho dos Oitenta, no dia 28 de maio de 1498, assumindo o cargo em 19 de junho, aos 29 anos de idade. A partir daí têm-se uma gama de registros da vida do florentino, de intensas atividades relacionadas ao cargo, mas de poucos escritos<sup>65</sup> (antes de 1498 não existem muitas informações de sua biografia). A partir de 1494, com a expulsão dos Medici de Florença, a cidade passa a viver um período de reordenamento republicano, com crescimento de

---

<sup>64</sup> Para a biografia de Maquiavel nos embasamos nos trabalhos de Roberto Ridolfi (2003) e Sebastian de Grazia (1993).

<sup>65</sup> Além dos documentos oficiais redigidos pelo secretário florentino, desse período ele compôs apenas dois poemas políticos: a *Primeira Decenal* (1504) e a *Segunda Decenal* (1514).

Girolamo Savonarola, monge dominicano, que desafiava a tirania dos Medici e conquistara parte do apoio popular, tendo deixado significativa contribuição para a república florentina: a reativação do Conselho Grande, uma espécie de parlamento popular onde ocorriam as votações sobre as questões públicas. Savonarola logo teve seu fim trágico. Acusado de heresia, é enforcado e queimado em praça pública em 23 de maio de 1498. Em 1502 Piero Soderini é eleito Gonfaloneiro vitalício da República florentina.

É nesse contexto de reorganização da república que Maquiavel assume seu cargo de secretário a Segunda Chancelaria e também secretário dos Dez da Liberdade e da Paz, tendo como atribuições gerais do primeiro tratar dos assuntos internos e extraordinários, como guerras e outras questões, embora não se tenha uma precisão das funções que são exercidas no gabinete da administração. Já o segundo cargo estava relacionado as viagens externas.

É notável que a Itália do século XV passava por grandes turbulências no campo identitário, político e econômico. A península dividia-se em cinco grandes Estados de dimensões territoriais e regimes políticos diferentes: “o Reino de Nápoles, nas mãos dos aragoneses; os Estados Pontifícios; o Estado florentino, há decênios sob o controle da família Medici; o Ducado de Milão e a República de Veneza” (LARIVAILLE, 1988, p. 9). Além desses cinco Estados, existiam outros menores como a república de Genova, o Ducado de Savoia e o Reino da Sicília. A península assim fragmentada foi o contexto vivenciado por Maquiavel durante sua vida. Especificamente, a república de Florença, que, em 1494 contava com aproximadamente 90.000 habitantes, revelava um aumento significativo da desigualdade social. Nas palavras de Larivaille: “nobreza e alta burguesia acabam por formar uma única classe dominante, separada do resto da população por um abismo econômico, político e cultural” (1988, p. 193), cenário diferente do que relatavam outros historiadores do período renascentista, que, conforme já visto anteriormente, exaltavam uma *urbe* idealizada e o renascimento italiano como um período de grandes transformações na Europa como um todo. Maquiavel, consciente dessas disparidades que tomavam Florença, não as omite em suas obras, ao contrário, as divisões sociais e facções que resultam dessas diferenças sociais e econômicas são o ponto nodal de sua teoria do conflito civil, que irá desenvolver nos *Discorsi* e, mais tarde, nas *Istorie*.

Maquiavel permanece no cargo de chanceler por 14 anos, perdendo-o em 1512, quando Piero Soderini abandona o seu posto de Gonfaloneiro vitalício para evitar a invasão das tropas espanholas que ameaçavam Florença. Os Medici retornam ao poder destituindo o regime republicano em 16 de setembro do mesmo ano. O florentino é dispensado em novembro, sendo proibido de entrar no *Palazzo Vecchio* (local onde exercia sua função). Em fevereiro de 1513 é acusado de participar de uma conspiração contra os Medici, sendo preso e torturado<sup>66</sup>, saindo da prisão quase um mês depois. Refugia-se em sua pequena propriedade de *Sant' Andrea in Percussina*<sup>67</sup>, na *villa* conhecida como *L'Albergaccio*, onde mergulha no ofício da escrita. Em seu exílio, Maquiavel escreve uma carta<sup>68</sup> ao embaixador florentino Francesco Vettori, que, segundo Ridolfi (2003), é a mais famosa de toda a literatura italiana, em que comenta de sua rotina e revela a escrita de sua primeira grande obra: *O Príncipe*. Ainda desejoso de obter seu cargo de volta, o florentino dedica a obra à Lourenço de Medici<sup>69</sup>, que a recebe com desprezo<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> “A forma da tortura é o *strappado* ou, mais familiarmente, a corda. Os pulsos são amarrados às costas e presos a uma corda pendurada de uma roldana. Puxa-se a outra extremidade da corda para baixo, e a pessoa é erguida até o teto com os braços puxados para trás, o corpo virando quase na horizontal, sustentado pelos ombros e pelos braços torcidos. Então solta-se a corda e a pessoa desce num arranco quase até o chão, sendo que essa parada brusca praticamente desloca os braços das articulações. Então se repete o processo, numa média aproximada de quatro vezes para as finalidades do interrogatório” (DE GRAZIA, 1993, p. 44).

<sup>67</sup> “Pequeno burgo situado na antiga estrada do correio romano, a treze quilômetros de Florença e a três de São Cassiano (RIDOLFI, 2003, p. 169).

<sup>68</sup> “Quando a noite vem, volto para casa e entro em meu escritório e, na entrada, tiro a roupa cotidiana cheia de lama e sujeira e ponho roupas simples e adequadas; e, vestido convenientemente, entro em antigas cortes de antigos homens, onde, recebido amavelmente, me nutro do alimento que é *solum* meu e para o qual nasci; onde não me envergonho de falar com eles, de perguntar a respeito das razões de suas ações, e eles, por bondade, me respondem; não sinto, por quatro horas, tédio algum, esqueço toda preocupação, não temo a pobreza, não fico acabrunhado com a morte: transporto-me inteiramente para eles. E como diz Dante que não se faz ciência sem reter o que se entendeu, anotei o que pela conversação deles retive ser essencial e compus *De Principatibus* [...] (RIDOLFI, 2003, p. 176, tradução do autor). No original: “Venuta la sera, mi ritorno in casa, et entro nel mio scrittoio; et in su l'uscio mi spoglio quella veste cotidiana, piena di fango et di loto, et mi metto panni reali et curiali; et rivestito condecientemente entro nelle antique corti degli antiqui huomini, dove, da loro ricevuto amorevolmente, mi pasco di quel cibo, che *solum* è mio, et che io nacqui per lui; dove io non mi vergogno parlare com loro, et domandarli della ragione delle loro actioni; et quelli per loro humanità mi rispondono; et non sento per 4 hore di tempo alcuna noia, sdimenticho ogni affanno, non temo la povertà, non mi sbigottiscie la morte: tucto mi transferisco in loro. E perché Dante dice che non fa scienza sanza lo ritenere lo havere inteso, io ho notato quello di che per la loro conversatione ho fatto capitale, et composto uno opúsculo *De principatibus*” (Carta de Maquiavel a Francesco Vettori. Florença, 10 de dezembro de 1513).

<sup>69</sup> Se trata de Lorenzo II (1492 – 1519), filho de Piero e neto de Lourenço, O Magnífico.

<sup>70</sup> “Lourenço de Médici, Duque de Urbino, recebeu *O Príncipe* em manuscrito; não lhe dispensou atenção alguma e, naturalmente, não cuidou de recompensar o autor [...]. Aliás, deve-se dizer

Ainda no mesmo ano, 1513, Maquiavel teria iniciado os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, porém não há um consenso entre os biógrafos da veracidade dessa datação<sup>71</sup>. Mas a obra é retomada e finalizada entre 1515 e 1517. Tratar-se-á, a seguir, dos elementos que Maquiavel irá mobilizar nos *Discorsi*, considerando o livro I como o pequeno Tratado das Repúblicas<sup>72</sup>, atentando para as categorias do povo e dos grandes e para o significado nessa polêmica desunião que “tornou livre e poderosa a república romana” (*Discorsi*, I, 4, p.21). Uma desunião causadora de grandeza e liberdade, mas também de corrupção e ruína. Simultaneamente, intenciona-se verificar os elementos que ajudam a tecer a teoria do conflito civil e suas repercussões no que Maquiavel denomina liberdade republicana.

## 2.1 CONFLITO POSITIVO EM ROMA E A LIBERDADE REPUBLICANA

É crescente o número de debates e estudos relacionados a temática do conflito em Maquiavel. Principalmente nos últimos anos, a temática tem recebido especial atenção de renomados teóricos da Ciência Política, que tem impulsionado os debates nessa área. Não obstante esses avanços há muitas lacunas. Nas palavras de Cícero Araújo (2013), “o elogio maquiaveliano das dissensões internas romanas e sua condenação do facciosismo em Florença é

---

que, entre os numerosos contemporâneos, em cujas mãos circulou a obra manuscrita, foi medíocre o interesse: sumário de máximas banais” (CHEVALLIER, 1990, p. 44).

<sup>71</sup> Para essa discussão ver: Silva (2010b); Ridolfi (2003, pp. 386-387, nota nº 10, do cap. XIV).

<sup>72</sup> No que se refere ao debate acerca da datação dos *Discorsi*, José Antônio Martins (2007) destaca que o “ponto nevrálgico da polêmica” (p. 15) são sobre os primeiros dezoito capítulos do Livro I dos *Discorsi*, considerado um tratado republicano segundo apontam os estudos de Felix Gilbert (1953) mencionados por Martins (2007). Gilbert considera que os capítulos iniciais do Livro I “formariam um bloco à parte, separado da sua análise do texto da História de Roma de Tito Lívio [...] esses capítulos abordariam a natureza das instituições republicanas de um modo geral, sendo, por isso, considerado um “pequeno tratado sobre as repúblicas” (Martins, 2007, p. 16). Há divergências a respeito dessa tese, porém levamos em consideração a síntese que Martins (2007) elaborou com base nas hipóteses apresentadas na pesquisa de Felix Gilbert publicada em 1953, quais sejam:

- a) Que os *Discursos* têm em sua estrutura um grupo de dezoito capítulos que tratam da exposição dos fundamentos das repúblicas, aquilo que Larivaille chamará de o “Pequeno tratado sobre as repúblicas”;
- b) Que esses capítulos formam um núcleo conceitualmente coeso;
- c) Que foram escritos antes da composição do restante da obra, comprovando o fato de que os *Discursos* tiveram dois momentos de elaboração, embora não se saiba ao certo se exatamente em 1513 para o primeiro momento (certamente anterior à composição do *Príncipe*). O restante da obra foi provavelmente escrito entre 1515 e 1517;
- d) E, enfim, que a despeito desses dois momentos de redação, os *Discursos* não perdem sua unidade (MARTINS, 2007, p. 29)

um assunto ainda mal resolvido na literatura sobre Maquiavel” (p. 117). Posto isso, a pesquisa vem tentar contribuir em alguma medida para os debates contemporâneos sobre Maquiavel, especialmente acerca da necessidade de explorar mais uma das, se não a maior contribuição do pensador para a teoria política: sua teoria conflitual que, segundo Sébastien Roman (2011), se encontra no centro do pensamento maquiaveliano.

Ao trabalhar a teoria conflitual em Maquiavel, é mister considerar a existência de pelo menos três leituras possíveis: a primeira iniciada na década de 1970 nas discussões do liberalismo e do republicanismo com Pocock, Pettit e Skinner<sup>73</sup>. Na sequência, a vertente dos neomarxistas<sup>74</sup>, que tem por principal representante Antônio Gramsci seguido de outros autores como Louis Althusser, Miguel Abensour, Antônio Negri e Simoni Weil. E, segundo Roman (2011), o terceiro fluxo, influenciado por Claude Lefort, dá uma maior ênfase ao conflito, porém sem a abordagem neomarxista. Os trabalhos de Marie Gaille Nikodimov, Thierry Ménissier, Gérald Sfez, Michel Senellart e Jean – Claude Zancarini se alinham nessa perspectiva. Ainda nessa linha, acrescentam-se os trabalhos de Gabriele Pèdulla, Filippo del Lucchese, Ricardo Silva, Helton Adverse e José

---

<sup>73</sup> Em relação à corrente neorrepublicana (que tem em uma de suas temáticas centrais a liberdade como não dominação) Evandro Leonardi (2015) aponta que, segundo Gaille-Nikodimov (2007), “a corrente interpretativa que reivindica atualmente o republicanismo – essencialmente J. G. A. Pocock e, com nuances, Q. Skinner – lhe atribui apenas uma atenção limitada. Não é a questão enquanto tal em *The Machiavellian Moment*. Isto é tanto mais surpreendente porque um dos elementos da fragilidade das repúblicas próprio ao *momento maquiaveliano* concebido por Pocock é a discórdia civil que degenera em conflito violento e armado; no comentário que consagrou a Maquiavel, Q. Skinner atribui apenas um espaço mínimo ao tema do conflito civil, essencialmente para acentuar o papel das leis face às manifestações dos desacordos entre grandes e povo e o caráter escandaloso, aos olhos dos contemporâneos de Maquiavel, de sua apreciação positiva do conflito civil. Do lado dos autores liberais, o desinteresse é ainda mais gritante [...]” (p. 20, nota 9).

<sup>74</sup> Acabamos por nos afastarmos da perspectiva marxista e neomarxista da compreensão do conflito civil em Maquiavel, porque entendemos que essa linha interpretativa valoriza mais o aspecto econômico, analisando os conflitos pela “fecundidade da luta de classes” como não deixa de denominar Lefort (1972, p. 476) e pela posse dos meios de produção. Isso não quer dizer que Maquiavel não trate desse campo, porém opta por focar na análise dos conflitos entre grandes e povo pelo viés do aspecto político. Apesar de evitarmos o uso do termo luta de classes em Maquiavel, por avaliarmos que estaríamos incorrendo em um anacronismo (não temido por Lefort), nos alinhamos ao intérprete quando o mesmo defende que não há simetria entre os dois desejos antagônicos que compõe o corpo político, sendo a sua existência determinada “apenas nesta relação essencial, no choque dos dois ‘apetites’, por princípio igualmente ‘insaciáveis’” (LEFORT, 1972, p.382). Para aprofundar a discussão relacionada a essa vertente, remetemos para Bergès, Michel. *Machiavel, un penseur masqué?* (2000); Abensour, Miguel. *La Démocratie contre l’Etat, Marx et le moment machiavélien* (1997) e a célebre obra de Claude Lefort, *Le Travail de L’Oeuvre: Machiavel* (1972).

Luis Ames. Este trabalho, embora se identifique mais com a terceira vertente, também dialoga com uma possível quarta leitura que vem sendo feita nos trabalhos de John McCormick que propõe uma ideia radical de democracia maquiaveliana.

Posto isso, adentrar-se-á na obra dos *Discorsi* com enfoque em alguns capítulos nucleares que serão analisados por deterem as bases elementares do que vem a compor uma teoria do conflito civil em Maquiavel, com o empenho de compreender o percurso feito pelo pensador, que vai da exaltação dos conflitos benéficos e sua positividade para alavancar a república romana à possível renúncia dos conflitos em repúblicas corrompidas. Nos *Discorsi*, observa-se a preferência de Maquiavel por Roma, em detrimento de outras repúblicas como Veneza, Esparta e Atenas. A escolha do florentino se dá pelos variados mecanismos de participação popular, caracterizando a romana como uma república popular mista, o contrário dessas outras cidades que não incluíam todos cidadãos nas decisões das coisas públicas.

Nesse sentido, Maquiavel busca a grandeza e a liberdade republicana e encontra essas categorias em Roma. Em Atenas, por exemplo, não havia senado, o que para Maquiavel seria essencial para a existência da constituição mista, posto que com a criação dos tribunos da plebe, tornou-se mais favorável o estado da república justamente por ter permanecido mista “constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado” (*Discorsi*, I, 2, p. 19). Nesse sentido, o governo misto vem a ser a preferência de Maquiavel, pois para ele existe um controle mútuo das instituições por parte dos cidadãos, onde um poder vem a ser a própria limitação de onde o outro pode chegar.

Dessa forma, Roma seria um ponto de equilíbrio, sendo baseada na participação do povo (princípio democrático) e numa durabilidade saudável para a permanência da república, diferente da instabilidade<sup>75</sup> de Atenas, vista como

---

<sup>75</sup> Sobre a constituição da *pólis* grega e por que motivo ela é considerada mais instável que o regime republicano de Roma, Ferreira (2006) aponta que a trilogia constitucional composta pela Assembleia do povo, Conselho e Magistrados “pode apresentar variações mais ou menos substanciais de uma para outra *pólis*, em extensão territorial, em número de habitantes, em instituições constitucionais e governamentais, em grau de duração e estabilidade, em costumes e modo de vida. No entanto, uma evolução mais ou menos violenta, a cada passo em luta com os condicionalismos de cada *pólis*, gera profundas transformações e origina sociedades diversas, com constituições e modos de vida diferentes, criando instituições novas ou alterando mais ou menos substancialmente as existentes” (FERREIRA, 2006, p. 10).

uma característica negativa para o bom funcionamento do regime republicano. Maquiavel considera salutar a transição das repúblicas pois que “ são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação (*Discorsi*, III, 1, p. 305).

Sendo o desafio aqui proposto analisar os motivos que levam Maquiavel a exaltar Roma, especificamente sua tese inovadora de elogiar os conflitos na cidade, questiona-se em que momentos se verificam esses processos de nuances que ora enaltecem os conflitos civis - tendo como consequência a liberdade republicana que será explorada a seguir -, porém ora parece estigmatizá-los pelos males que ocorrem em contextos facciosos e passíveis de corrupção, como veremos mais adiante.

Dado que a perspectiva que direciona essa pesquisa é pautada no estudo dos conflitos, considera-se pertinente pontuar o conceito de conflito positivo<sup>76</sup>, ou seja, todo aquele que vier em benefício do bem comum, priorizando a vida sociopolítica na *res publica* para que esteja em equilíbrio com os interesses dos dois desejos opostos entre os grandes que desejam dominar e povo que deseja não ser dominado. E é na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* que esse conflito irá aparecer, se desenvolver, ser exaltado e, talvez, colocado em xeque nos acontecimentos relacionados à Lei Agrária (*Discorsi*, I, 37). Sistemáticamente, tem-se que a obra dos *Discorsi* efetivamente é escrita com base na *Ab urbe condita libri* (História de Roma)<sup>77</sup> composta pelo historiador romano Tito Lívio<sup>78</sup>, que dos cento e quarenta e dois livros, restaram trinta e cinco para a posteridade. Maquiavel acaba focando nos *Discorsi* a ascensão da cidade com a exaltação do exemplo romano e suas repercussões na teoria

---

<sup>76</sup> Já mencionado na Introdução (pp. 22-23).

<sup>77</sup> Narra os feitos romanos desde sua origem até o governo de Otávio Augusto (9 a.C). Os copistas fizeram uma divisão da obra em grupos de dez livros, bem como uma sinopse de cada um. Eles deram para essa reunião dos livros em conjunto de dez, o nome de décadas. Os dez primeiros livros – os poucos que se conservaram – narram os feitos desde as origens de Roma até o ano de 295 a.C, época que compreende o governo monárquico e republicano. Os *Discursos* de Maquiavel são elaborados sobre esses dez primeiros livros (MARTINS, 2007, p. 13).

<sup>78</sup> Tito Lívio viveu há mais de dois mil anos, e deixou poucas informações que revelem a sua pessoa, a sua vida [...]; “O historiador sem história” e “a figura mais nebulosa entre os grandes clássicos” são alguns dos epítetos criados pelos comentaristas ao apresentarem Tito Lívio, um homem que deixou poucas informações sobre si próprio [...]; a sua data de nascimento é situada entre os anos 58, 59 e 64 a.C., e o seu falecimento é datado em 12, 13, 17 ou 18 d.C. O que se sabe com certeza é que o grande historiador romano nasceu em Pádua – Patavium (MITRAUD, 2007, pp. 31-32).

conflitual, ao mesmo passo em que trata da derrota dos rivais e da instauração da liberdade, junto a centralidade do tema, Maquiavel também trata da importância dos exércitos para a manutenção de uma república forte e em expansão.

A obra assim divide-se em três livros: o *livro primeiro*, o maior deles, sendo considerado o tratado das repúblicas, possui sessenta capítulos versando acerca da constituição de um estado livre e do funcionamento interno das repúblicas, onde Maquiavel coloca em evidência as cidades que nasceram longe da servidão e que se governaram por seu próprio arbítrio, “seja como repúblicas, seja como principados” (*Discorsi*, I, 2, p.12). Assim o florentino “se concentrará nas que começaram em liberdade” (SKINNER, 2010, p. 73). Maquiavel elege abordar as cidades que tiveram leis e ordens diferentes. Percebe-se que as leis são importantes no pensamento republicano de Maquiavel, pois ele logo afirma que “pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las” (*Discorsi*, I, 2, p.13). E é considerada infeliz a cidade que precisou reordenar-se por si mesma, sem ter encontrado um ordenador. Já no *livro segundo*, composto de trinta e três capítulos, é considerado o tratado dos exércitos, Maquiavel trabalha questões relacionadas a como manter um poder militar efetivo perpassando por temas técnicos relacionados a artilharia, infantaria, cavalaria, milícias auxiliares, próprias e fortalezas. Por fim, temos o *livro terceiro*, com quarenta e nove capítulos, onde Maquiavel retoma muitas questões anteriormente tratadas, que versam sobre o que as repúblicas devem fazer para se manterem livres com o passar do tempo, de forma a manter uma liderança, bem como a dinâmica entre os outros Estados.

Como pode-se notar a obra é bastante densa se comparada ao pequeno livro *O Príncipe*. Assim, interessa-nos para esse momento da pesquisa acompanhar as nuances da teoria do conflito ou teoria dos humores em Maquiavel - desenvolvida no livro primeiro dos *Discorsi* em dois capítulos vitais: o quarto, onde, segundo Silva (2010b) o florentino desenvolve a tese do conflito como causa da liberdade, e o quinto capítulo, onde Maquiavel desenvolve a tese da guarda dessa liberdade. A respeito da primeira tese, o pensador assim afirma: “Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa



fortuna e a *virtù* militar não tivessem suprido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república” (*Discursos*, I, 4, p.21). Vê-se aqui o momento da aceitação dos tumultos. O autor afirma também que “quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma” (*Discursos*, I, 4, p.21), uma vez que “não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida” (*Discursos*, I, 4, p.21), pois pelo tanto tempo que perdurou, foram poucos os exílios e mortes”. Aqui Maquiavel chama atenção aos pares que condenam os conflitos, e demonstra em um tom desafiador que foram benéficos para a cidade. Ele então desenvolve a tese de que

os bons exemplos nascem da educação; a boa educação, das boas *leis*; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública (*Discursos*, I, 4, p.21).

Assim, evidencia-se que a centralidade da tese conflitual em Maquiavel está concentrada na ideia de diagnosticar os tumultos e, a partir da aceitação dos mesmos e da sua inevitabilidade, buscar entendê-los em seu processo de desenvolvimento na cidade. Verificando quais foram as consequências para os povos, ainda observa a existência de dois humores ou desejos que compõe a cidade romana e que esses desejos são opostos: “em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (*Discursos*, I, 4, p.21) e essa desunião vem dos dois apetites: o do povo não quer ser dominado e o dos grandes que desejam dominar. Em vista disso, para que essas dissensões sejam benéficas, faz-se necessária a canalização delas por meio das leis, instrumento esse que irá ser o grande reformador da cidade romana. Eis a grande condicional para a coexistência da liberdade e dos conflitos: a busca pelo equilíbrio da satisfação desses desejos díspares nos dois grupos divergentes. A partir da perspectiva maquiaveliana, analisaremos como se dá a relação desses dois apetites contrários, transitórios, intransponíveis e inelimináveis que fazem surgir os conflitos e deles a manutenção da liberdade.

Para verificar em que medida se dá a segurança desses conflitos que devem ser salutares para o bom desenvolvimento da república, é importante evidenciar o conceito de liberdade<sup>79</sup> em Maquiavel - que das três concepções, aproxima-se mais da ideia de não domínio. A fim de demonstrar e assegurar o viver livre como uma consequência positiva da relação dual das duas forças políticas que convivem na cidade romana, Maquiavel questiona no quinto capítulo do livro primeiro: “onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?” (*Discorsi*, I,4, p. 23). Com essa questão ele desenvolve sua segunda tese: a de quem faz melhor o papel de guardião da liberdade, ao que Maquiavel responde: “se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la” (*Discorsi*, I,4, p. 24). Sua justificativa relaciona-se diretamente ao desejo de domínio *versus* não domínio: “se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não se dominados e, [...] maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes” (*Discorsi*, I,4, p. 24). Assim, “sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem” (*Discorsi*, I,4, p. 24).

Em relação ao desejo do povo ser de menor risco por não desejar apoderar-se da liberdade, não há um consenso entre os intérpretes de Maquiavel sobre a origem desses desejos. Cabe aqui fazer essa abordagem dado que no próximo capítulo será trabalhada a questão da possibilidade de uma mutabilidade desses desejos passível de ser verificada ou não na *História de Florença*.

Voltando aos *Discorsi*, o que pode ser dito em relação a esses desejos opostos do povo e dos grandes, além da vontade dominar e não ser dominado? Nesse caso, a resposta encontra-se em alguns momentos de suas obras como no capítulo XVII do *Príncipe*, onde Maquiavel, ao arrolar sobre se é melhor ser temido ou amado (isso pensando na figura de um governante) ele afirma que os homens são “íngratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos,

---

<sup>79</sup> Ver Introdução (pp. 25-27).

são ávidos por ganhos e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, os bens, a vida e os filhos” (*Príncipe*, XVII, p. 82), ou seja, que deve um príncipe atentar-se aos homens (e aqui o pensador não especifica quem seriam esses homens, pressupõe-se serem o sujeito povo) para que esses não se voltem contra a ele, pois são ingratos e ambiciosos de ganho. Isso parece ir de encontro ao papel que Maquiavel designa ao agente povo nos *Discorsi* – o de protetor da liberdade. Afirma ainda, no capítulo XXV da mesma obra, que os homens desejam “glórias e riquezas” e em tantos outros lugares das obras de Maquiavel existem essas afirmações do ser humano degradante, ambicioso, manipulador, etc. A esses trechos muitos intérpretes se atêm quando querem buscar justificar e entender a teoria conflitual de Maquiavel pelo único viés da “natureza humana”. Considera-se com ressalvas o argumento da natureza humana em relação aos desejos, uma vez que ele por si só parece invalidar outras categorias mobilizadas na teoria maquiaveliana como a *virtú* e a fortuna, sem falar na teoria humoral que vem a ser o cerne dos *Discorsi*. Importa ressaltar que a instigante questão do argumento da natureza humana - longe de ser consensual entre os renomados intérpretes de Maquiavel – será retomada mais adiante.

Retomando *O Príncipe*, a questão dos desejos deve ser considerada com ressalvas na análise, uma vez que o foco da obra está atrelado na própria figura de um príncipe. Apesar de já existir a relação com a figura povo, Maquiavel não desenvolve a teoria conflitual, ou seja, a relação conceitual entre os desejos opostos de grandes e povo<sup>80</sup>, embora o dissenso civil entre essas duas forças esteja presente nas suas principais obras. Percebe-se também a presença do reforço de sua segunda tese da guarda da liberdade elaborada nos *Discorsi*: “Não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais *honestos* que os dos grandes visto que estes querem oprimir, enquanto aqueles querem não ser oprimidos (*O Príncipe*, IX, p. 46, grifo nosso). Se os objetivos do povo são mais honestos que o dos grandes então pode-se deduzir daí a resposta para a escolha de Maquiavel em

---

<sup>80</sup> A relação dos desejos opostos aparece no *Príncipe*, IX: “Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites opostos, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença” (p. 45).

depositar a guarda da liberdade naquele que terá menos desejo de usurpá-la. Dessa forma, é notável que Maquiavel possui uma constância em seu discurso na defesa de que a tutela da liberdade deve ser dada ao povo, por desejar não ser dominado e por ter desejos mais honestos que a ambição dos grandes.

Como já dito anteriormente, em relação às possíveis mutações desses desejos, está longe de haver um consenso entre os intérpretes de Maquiavel. Na corrente que defende uma homogeneidade dos desejos, Gérald Sfez (1999) é um dos principais representantes, ao defender a existência de um desejo primitivo, anterior aos desejos ambientados na república romana. Na ideia de uma simetria dos desejos, Sfez acredita que os indivíduos aspirariam os mesmos fins. Isso nesse “primeiro momento”, pois o autor considera a existência de um “segundo momento” dos desejos opostos que se dariam dentro do campo político, onde nesse caso ele afirma que:

há dois desejos de natureza diferente ou heterogênea, que não definem mais um conflito possível em torno de um único e mesmo objetivo e que não descrevem a configuração das relações de poder na simetria, mas aquela de relações de poder na dissimetria; [...]. Não há medida comum entre estes desejos, porque não se trata da mesma ação de desejar. Entre estes dois desejos não há negociação conveniente e definitiva, pois se trata sempre de uma relação sem relação. Estes dois desejos estão em desacordo. O desacordo diz respeito, a princípio, à resistência do desejo do povo ao desejo dos Grandes (de dominar o povo), mas, igualmente, ao fato do conflito: *desacordo absoluto que não pode ser nem resolvido nem eliminado, porque cada um dos dois desejos persegue um objetivo diferente* (SFEZ, 1999, p. 183, grifos do autor).

Sfez pressupõe a existência de um “antes” e um “depois” dentro da confrontação dos desejos, ou seja, que em um momento primitivo se encontram homogêneos e desejosos dos mesmos fins (aqui o entendimento é que todos os seres humanos desejem – honrarias, riquezas e poder) e, num segundo momento se “converteriam” em heterogêneos no dualismo dominar (grandes) *versus* não ser dominado (povo). Ainda nessa linha, Ames (2014) concorda e reforça a existência dessa homogeneidade - que não seria eliminada com a presença da heterogeneidade que caracteriza o conflito sociopolítico pois “todos os homens, insiste Maquiavel em muitos lugares de sua obra, são habitados pelas mesmas paixões e ambições” (p. 269), resgatando o argumento sobre a

simetria dos apetites<sup>81</sup>, universalizando os desejos das ambições mencionadas em vários momentos nas três principais obras maquiavelianas. Del Lucchese (2009) também segue essa linha, aceitando a simetria dos desejos e apontando que esse desejo homogêneo seria o motivador inicial que alteraria o curso dos conflitos. Em suas palavras: “a transição da luta de ‘honras’ para a de ‘pertencimento’ é, portanto, a causa primeira da degeneração do fenômeno do conflito” (p. 79, tradução nossa). Esse argumento que mobiliza uma série de trechos onde Maquiavel desenha a figura humana da forma mais deplorável possível, é aqui retomado por ser de fato a justificativa mais utilizada dentro da vertente que considera a categoria da natureza dos desejos como a principal explicação para as grandes lacunas que vem sendo trabalhadas no interior da teoria dos humores. Aqui pode-se citar infinitamente outros variados momentos em que Maquiavel descreve os homens como seres perversos e ambiciosos: além da famosa passagem do capítulo XVII do *Príncipe*<sup>82</sup>, nos *Discorsi* é igualmente famoso esse trecho: “a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui” (I, 37). Assim, tentando elaborar os argumentos postos por Sfez, Ames e Del Lucchese tem-se resumidamente que se o desejo do povo se igualar ao dos grandes (de ambição, honrarias e poder), isso significaria o fim dos desejos antagônicos, das divergências, dos dissensos saudáveis à liberdade, derivando disso um governo anárquico ou tirânico, hipótese essa que não é considerada nessa pesquisa.

Em *História de Florença*, obra que será trabalhada no terceiro capítulo, o contexto analisado por Maquiavel é uma república em ruínas, contexto esse tomado como base para o desenvolvimento da argumentação que defende as transformações da teoria conflitual de Maquiavel e dentre tais transformações a aceitação da homogeneidade dos desejos. Ainda nesta ocasião, contesta-se

---

<sup>81</sup> Na mesma linha encontra-se também o trabalho de Lairton Winter (2011): “A equiparação do desejo do povo ao desejo dos grandes é, pois, a causa da corrupção e da ruína da liberdade em Florença [...] o desejo do povo não pode conduzir o corpo político à liberdade porque ele deseja o mesmo que os grandes: tomar o poder para comandar e oprimir [...]. É o fim da diferença dos desejos. O povo, ao pretender ficar sozinho no poder, produz a identificação de seu humor ao dos grandes. Restando apenas um dos dois humores, ele se impõe sobre todo o corpo político. É o fim da liberdade (WINTER, 2011, p. 67).

<sup>82</sup> Outros trechos no *Príncipe*: III, VI, IX, XVI e XVIII.

essas interpretações que consideram e analisam a obra maquiaveliana unicamente pelas vias da natureza humana - que já condiciona a figura humana como degenerada (e acrescenta-se aqui uma infinidade de características maldosas) - ao mesmo passo em que nos questionamos qual a resolução dada pelos teóricos que defendem essa via acerca da preocupação de Maquiavel com uma república virtuosa como a romana? Ainda, caminha-se na mesma linha de Amanda Maher (2017), quem questiona em sua pesquisa: “Se os homens são naturalmente corruptos - seja como resultado de seu egoísmo inerente ou deficiência cognitiva - a questão então é: como ‘eles podem ser persuadidos a agir virtuosamente?’” (MAHER, 2017, p. 31, tradução nossa). E, citando Skinner (1990; 2000), a autora complementa como poderia “a generalidade dos homens ter a qualidade de *virtú* implantada e mantida neles ‘para que seus feitos possam incidir na defesa da liberdade republicana?’” (apud MAHER, 2017, p. 31).

Em consonância com os questionamentos de Maher, seguimos: Se Maquiavel considera que em sua essência os homens são “ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho [...]” (*Príncipe*, XVII, p. 82) como ele resolve a natureza desses desejos que seriam um só<sup>83</sup> e, de repente, aparecem em campos opostos na teoria do conflito civil desenvolvida nos *Discorsi* e que tem por premissa fundamental: 1) a desunião entre a plebe e o senado como a causa da liberdade republicana e 2) a guarda dessa liberdade sob a supervisão do povo? Longe de finalizar esse paradoxo, é necessário pontuar que o fato de questionarmos o argumento da natureza humana como um possível “xeque-mate” dentro da resolução da teoria conflitual em Maquiavel, não significa que o mesmo é descartado. Apenas não é considerado o melhor caminho que acolheria a complexa, reformadora para uns e revolucionária<sup>84</sup> para outros - teoria conflitual maquiaveliana. O argumento da natureza humana parece ser um tanto reducionista e determinista do ponto de vista da inovação e

---

<sup>83</sup> É importante frisar que a presente pesquisa não defende essa perspectiva impulsionada por Sfez (1999) e seguida por Ames (2014). O que se faz aqui é elaborar a questão pressupondo a existência de desejos homogêneos e sendo esses iguais, como pensar as outras categorias como *virtú*, fortuna, corrupção e mesmo religião dentro de uma teoria da natureza que parece engessar os desejos? Se a natureza humana é condicional que determina as ações políticas na *pólis*, então estariam o povo e os grandes condenados ao mal da corrupção posto ser essa mais uma das características inerentes ao ser humano?

<sup>84</sup> Antonio Negri, Miguel Vatter e Filippo Del Lucchese - Intérpretes anti-institucionalistas consideram Maquiavel “um filósofo, não um agente político e mestre da retórica; é um teórico do Estado moderno, não um herdeiro dos ideais das cidades antigas; é insurgente e revolucionário, não um cauteloso reformador institucional” (SILVA, 2018, p. 2).

de rompimento que Maquiavel traz comparado a seus antecessores e contemporâneos. O pensador nos parece ir além disso, e apesar de, acatar o viés de uma natureza das coisas, não se limita a ela.

Na sequência do argumento de Ames (2014) o autor afirma que em relação aos desejos homogêneos, no momento em que desaparecem “a heterogeneidade se instala quando os homens passam a situar-se em posições opostas sob uma determinada ordem política: uns na posição de comando e outros na de comandados” (p. 270). Outrossim, a posição de “comandados” refere-se ao desejo do povo de não ser dominado, o que denota uma diferença significativa na posição política por ele ocupada. Nesse dualismo o povo não é “comandado”, mas livre e por isso desejoso de não ser dominado. Esse desejo é o que possibilita a vida ativa dele enquanto sujeito que participa da arena política e que luta pelo reconhecimento dos seus direitos e pela participação nas decisões da cidade através dos mecanismos para exercer esse papel, que no caso de Roma foram os tribunos da plebe. Por esse viés relatado por Ames também problematiza-se em que momento esses possíveis desejos uníssonos desapareceriam se em Maquiavel não é mencionado um “antes”? Que antes seria esse que surgiria um depois para instalar-se os desejos opostos? Se estão pressupondo um “estado de natureza” como abordarão os contratualistas, Leonardi (2015) alerta que Maquiavel não faz alusão a nada semelhante a isso. Ainda, que a identificação de um desejo com o outro

tem lugar a partir do momento em que uma das partes renuncia ao seu humor, ao seu modo próprio de desejar, não porque pretende estabelecer a hegemonia de seu objetivo (como no primeiro movimento), e sim porque quer se colocar no lugar do humor do outro, ser *como* o outro (AMES, 2009, p. 186, grifo do autor).

A difícil aceitação desse posicionamento se dá pelo fato de que os teóricos defensores dessa homogeneidade não conseguem ir além do argumento da natureza dos desejos para explicar o que seria esse desejo primitivo e como se daria esse momento posterior onde eles se tornariam heterogêneos – e ainda, a possibilidade de voltarem a ser homogêneos, ou seja, voltar a desejar o mesmo que os grandes. Se essa opção existe, como quer Sfez (1999), então não haveria sentido em sua divisão de desejos homogêneos que se transformam em

heterogêneos na atividade política da cidade. Como se daria esse processo de ora desejar poder, ora desejar liberdade e não domínio? As forças políticas entrariam em um *looping* eterno, em um processo sistêmico de repetição de ações sem o entendimento de suas posições dentro delas. De fato, questiona-se como se daria essa “saída” de um humor único (de honras, riquezas e poder) para outro de não ser dominado, e Ames (2014) responde com o seguinte argumento:

Basta, porém, as instituições se revelarem incapazes de regular esse confronto – o povo suprimindo a capacidade de dominação dos grandes ou estes aniquilando o desejo de liberdade do povo – para que a homogeneidade do desejo humano se instaure. Quando isso acontece, todos, indistintamente, passam a dar vazão à universalidade das paixões e ambições humanas: riqueza, poder, honrarias. O conflito deixará de ser político e nutridor da liberdade republicana para se tornar simplesmente humano e fonte de formas anárquicas ou tirânicas (AMES, 2014, p. 270).

A esse ponto de vista, Gaille-Nikodimov (2004a) possui interpretação diversa da apresentada por Sfez e Ames. Para a autora, “ódio, medo, ambição, inveja: [...] se para Maquiavel, o ódio parece ser uma paixão compartilhada, o medo parece ser a paixão do povo, ambição e inveja a dos grandes” (p.25, tradução nossa). Nesse sentido, a paixão defensiva do povo, bem como a sua repulsa pela opressão o levaria ao excesso de ódio, e a aspiração destrutiva para excluir os poderosos das magistraturas, levando o povo a querer “ficar sozinho no governo”<sup>85</sup>. Porém, segundo Sérgio Cardoso (2015), Gaille-Nikodimov (2004a) considera que mesmo nesse cenário de excesso do povo, o desejo dele

não se iguala à dos grandes, não se converte em aspiração por bens e poder, de modo a homogeneizar a cidade no polo dos interesses; o povo permanece definido por sua aversão aos poderosos, agora, porém, movido pelo excesso de um ódio destrutivo que inviabiliza o equilíbrio e os “acordos” – sempre frágeis e provisórios (p. 233).

Percebe-se que em Gaille-Nikodimov não há essa possibilidade de equiparação dos desejos pois o sentimento de ódio que o povo carrega o faz cometer os excessos, motivados pela ambição dos grandes. Cabe aqui fazer

---

<sup>85</sup> (*Istorie*, III, 1, p. 158).



esse adiantamento da discussão relacionada a essa equiparação dos desejos, pois relacionam-se também com os *Discorsi*. Mas ainda voltaremos à essa perspectiva no terceiro capítulo. Gaille-Nikodimov também questiona a existência dessa “gênese do conflito” apontada por Sfez e conclui que:

A descrição desses desejos contrários e as paixões associadas a eles *não levam a uma teoria da gênese do conflito*, não mais do que uma explicação das causas de sua perpetuação. Maquiavel certamente evoca, nos *Discursos* I,2, o surgimento de categorias sociais [...] <sup>86</sup>. No entanto, não podemos identificar essas categorias no povo e nos grandes definidos pelos seus desejos nos *Discursos*, I, 4, *a fortiori* porque Maquiavel faz essa classificação dos governos no capítulo I,2. Além disso, ele não se interessa pelas razões da perpetuação dos desejos dos grandes e do povo [...]. Sua obra nos situa sobretudo num tempo da história onde o processo de diferenciação entre o povo e os grandes *já ocorreu*, onde seus humores *já estão constituídos*. O conflito civil, na sua obra, *não tem origem nem causa atribuível: ele sempre esteve ali, desde o princípio* (GAILLE-NIKODIMOV, 2004a, p. 25, grifos nossos).

Assim, pode-se reafirmar, em conjunto com Gaille-Nikodimov, que a tese de que existiria um humor inicialmente homogêneo e que posteriormente se transmutaria em heterogêneo, não é possível em Maquiavel. Os conflitos que surgem desses humores sempre existiram e o que interessa para Maquiavel é a constituição deles dentro da cidade.

Na mesma vertente de Sfez e Ames, porém trabalhando com o enfoque na hipótese de uma possível transformação dos desejos e dos conflitos na obra *História de Florença*, sugerindo uma mutabilidade posterior aos *Discorsi*, contudo sem aprofundar a ideia do desejo primitivo, alinham-se em alguns pontos as pesquisas de Adverse (2007), Ames (2009; 2014) e Del Lucchese (2001; 2009) <sup>87</sup>.

Até aqui o que pode ser inferido com diligência e já alertado por Leonardi (2015) é que Maquiavel não menciona um estado de natureza como farão os contratualistas, restando para os intérpretes que vêem essa possibilidade de um

---

<sup>86</sup> “E daí surgiram logo em seguida os princípios das ruínas, das conspirações e conjurações contra os príncipes; não cometidas estas por quem fosse tímido ou fraco, mas por aqueles que, por generosidade, grandeza de ânimo, riqueza e nobreza, sobressaíam aos outros e não podiam suportar a vida desonesta daquele príncipe” (*Discorsi*, I, 2, p. 15).

<sup>87</sup> A cogitação dessa hipótese de algumas transformações da teoria conflitual de Maquiavel da escrita dos *Discorsi* para as *Istorie* será contemplada no terceiro capítulo.

desejo anterior ao confronto sociopolítico, um projeto baseado em deduções, o que seria bastante arriscado considerar.

Voltando aos desejos opostos que movem o núcleo da teoria conflitual nos *Discorsi*, são várias as passagens onde Maquiavel fortalece a sua tese desenvolvida no capítulo cinco, como observa-se no seguinte trecho em que Maquiavel aconselha um príncipe que, ao querer conquistar um povo deve examinar: “o que o povo deseja: verá então que ele sempre deseja duas coisas: uma é vingar-se dos que lhe acarretam a servidão, e outra é recobrar a liberdade” (*Discorsi*, I, 16, p. 67). Quanto ao segundo desejo, imprime que o príncipe precisa verificar quais os motivos que os homens têm para desejar a liberdade “e descobrirá que uma pequena parte deles deseja ser livre para comandar, mas todos os outros, que são infinitos, desejam a liberdade para viverem com segurança” (*Discorsi*, I, 16, p. 67). Condensamos assim, três motivadores que direcionam Maquiavel na eleição do povo como sujeito da engrenagem sociopolítica para ser o guardião da liberdade: 1) não deseja ser dominado; 2) é mais honesto em seu fim e 3) deseja viver livre e em segurança. Para desenvolver esse papel o povo precisa conquistar junto aos grandes seu espaço de participação política, votando leis que possam beneficiar o bem comum, além da vigília constante e ininterrupta.

Nesse sentido, essa pesquisa defende que os desejos são em sua natureza: heterogêneos, assimétricos, imutáveis, intransponíveis, instáveis, inevitáveis e inelimináveis. Não há em Maquiavel algum indício de que esse dissenso irá cessar em algum momento, ou que irá existir um “depois” entre essas duas forças que compõe a arena política de uma república. O objetivo maior é manter essas forças em seu desequilíbrio saudável e provisório, com a permanente vigia por parte do povo, canalizados pela construção das leis, sendo essas o resultado de uma mediação provisória dos conflitos. Não existe menção da resolução dos dissensos fora da *urbe*. Aliás, não existe um “fora”. O viver livre acontece dentro da cidade e os conflitos não podem ser pensados fora dela, isso seria a própria natureza deles.

Nessa mesma linha, defende-se a heterogeneidade dos desejos, pois não há um momento onde o povo deseja o mesmo que os grandes conforme sugerem Adverse e Ames. Contrária a essa perspectiva alinha-se Nikodimov, como já mencionado. Essa comentadora afirma que o desejo do povo não se

transforma em ambição ao “ficar sozinho no governo” (*Istorie*, III, 1, p. 158) e sim em ódio, ocasionando tumultos violentos destruidores da boa república. Assim, não há em Maquiavel uma “previsão” de um desejo popular anárquico, como sugere Ames (2009; 2014). O desejo do povo é pelo não domínio e não por um “não governo”. Ainda, é um desejo que, quando não atendido pelos grandes, culmina em tumultos, porém não há indicação de que o povo queira eliminar as ordenações e as leis, tanto que na Revolta dos *Ciompi* – que veremos a seguir - há um desejo de eleger outro representante, reafirmando que o problema do desejo não atendido é o descontentamento com o bem comum e o enriquecimento dos nobres. A motivação popular de tomar às ruas nunca foi a ambição pelo poder e sim o medo e conseqüentemente o atijamento do ódio ao acordo não cumprido por parte daqueles que governam. O desejo que corrompe a república não é o popular e sim o dos nobres, que possuem em sua essência o ímpeto de desejar mais poder e riquezas. É pela ambição dos grandes que se chega ao grande mal das repúblicas: a corrupção.

## 2.2 LEI AGRÁRIA: O FIM DA REPÚBLICA?

Maquiavel aponta que a desunião entre a plebe e o senado foi a causa da liberdade na república romana. Essa desunião é devido aos humores diferentes entre grandes (que desejam dominar) e povo (que deseja não ser dominado) (*Príncipe*, IX; *Discorsi*, I, 4 e 5; *Istorie*, III, 1) resultando desse confronto de apetites as leis – que irão canalizar os desejos divergentes, os quais não se pretendem igualar um ao outro, tampouco se subtraírem ao desejo do outro, posto que a natureza de sua relação é mais hidráulica<sup>88</sup> que mecânica<sup>89</sup>; é conflituosa e parcialmente saciável, sendo corrosivas as tentativas de equiparação pois acarretariam a nulidade dos humores. Nesse momento, Maquiavel tece sua teoria conflitual, ressignificando o papel dos conflitos sociais, colocando-os em um patamar de responsáveis pela engrenagem que dá sustentação ao bom funcionamento de uma república.

Desses conflitos, nem todos são benéficos à cidade ou Nação. Maquiavel desenvolve - como exposto anteriormente - sua tese em defesa dos embates

---

<sup>88</sup> No sentido de pressão e posterior fluidez (princípio de Pascal).

<sup>89</sup> No sentido de estático e previsível.

nos primeiros capítulos dos *Discorsi*. Todavia há um tipo do qual Maquiavel não faz apologia: o conflito civil. Se o teórico exalta os conflitos como salutares para a república, por quais motivos ele não defenderia os confrontos civis ou tumultos? O fato de o florentino ir contra as correntes interpretativas de sua época que repudiavam as discórdias, o fez perceber a necessidade de separar quais deles seriam benéficos e quais deveriam ser evitados. Esse momento ocorre precisamente na escrita do capítulo 37 do livro primeiro dos *Discorsi* acerca da Lei Agrária e seus desdobramentos em Roma. Vale lembrar que Maquiavel é um defensor de sua pátria e apesar de enaltecer as guerras como um conflito de proteção e poder perante forças externas, ele tende a evitar as internas, as quais só causam desordem, desestabilizando os apetites e arruinando a república.

O debate da Lei Agrária é mais conhecido na história com os irmãos Tibério e Caio Graco, porém Maquiavel traz alguns elementos anteriores a eles. Já no título do trigésimo sétimo capítulo, o florentino demonstra sua desaprovação a respeito dos tumultos gerados em Roma por conta dessa lei:

Porque, sempre que os homens não precisam combater por *necessidade*, combatem por *ambição*; e esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a posição atingida, o homem a abandona. A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui (*Discorsi*, I, 37, p. 113 – grifo nosso).

Na leitura inicial do capítulo 37, Maquiavel demonstra defender um lado da Lei Agrária: o dos nobres, condenando a plebe que “não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos tribunos, desejo ao qual foi forçada por necessidade” (*Discorsi*, I, 37) e, no momento em que o povo é movido por ambição, querendo “dividir cargos e patrimônio com a nobreza” (*Discorsi*, I, 37), o seu desejo natural de não ser dominado corrompe-se de tal forma ocasionando o que Maquiavel denomina de doença<sup>90</sup>, a qual gera o conflito da Lei Agrária, culminando na destruição da república. Há controvérsias

---

<sup>90</sup> “Da questo nacque il *morbo* che partorì la contenzione della legge agrária, che infine fu causa della distruzione della Republica” (*Discorsi*, I, 37).

entre os intérpretes<sup>91</sup> de Maquiavel acerca dessa mudança ou inversão de humores, quando o povo em dado momento desejaria o mesmo que os grandes, chegando assim na pernicioso equiparação dos desejos. A pesquisa levanta a possibilidade de esse momento ser ocasionado por dois pontos nodais destacados nas obras maquiavelianas: a reforma agrária, pois Maquiavel demonstra certa inconstância ao apresentá-la, por um lado, como a causadora da destruição da república e, por outro, como um expediente necessário à plebe para frear as ambições dos grandes e a Revolta dos *Ciampi*, suscitando interpretações direcionadas a ideia de povo no poder.

---

<sup>91</sup> Os teóricos que defendem quaisquer transformações do pensamento maquiaveliano a partir da escrita das *Istorie* e que mobilizaremos ao longo do texto são: Filippo Del Lucchese (2001; 2009) - aponta que houveram transformações nas *Istorie* a partir da interpretação de uma crise como sendo a centralidade do enredo. Lucchese considera que quando a luta passa a ser motivada por pertencimento, ocorre a primeira causa da degeneração do conflito. O fator crise é o que se modifica nas *Istorie*. Enquanto nos *Discorsi*, a crise se dá pela Lei Agrária, nas *Istorie* a crise é o que move Florença; e o segundo autor: José Luiz Ames (2009; 2014) que considera possível a inversão dos desejos por parte do povo que, passando a desejar o domínio, seria o agente causador da corrupção florentina. Outros teóricos com semelhantes perspectivas - os quais a pesquisa não se debruçará profundamente, porém consideramos válido mencioná-los - são: Humfrey Butters (2010), faz uma análise a respeito da influência que a família Medici teve nas obras de Maquiavel, defendendo que houveram mudanças significativas no pensamento do florentino acerca dos governos republicanos, aproximando-o da visão de Guicciardini. Para esse autor, a possibilidade de Maquiavel obter favores dos Medici, foi um fator influente em seus escritos. Já Mark Jurdjevic (2014), em sua obra intitulada *A great and wretched city: Promise and Failure in Machiavelli's Florentine Political Thought*, traz uma abordagem na defesa de que os escritos políticos maquiavelianos da década de 1520, "abraçam uma agenda republicana mais engajada, mais ativista do que seus escritos anteriores. Maquiavel implantou um republicanismo realista, especificamente sugerido pela *História de Florença*, em uma tentativa de evitar a crescente maré autocrática que ameaçava engolir a cidade" (JURDJEVIC, 2014, p. 2, tradução nossa). Outro autor que também traz contribuições pertinentes para a análise das obras maquiavelianas, apesar de discordarmos das mesmas, é Miguel Vatter (2000, 2011). Vatter considera que os eventos da guerra civil se dão pela ambição do povo que se torna corrupto porque o desejo de posse superou o da liberdade (aceitando assim a inversão dos desejos). Para esse teórico, o conflito da Lei Agrária é uma luta por propriedade e não por liberdade, acreditando ser esse um confronto de desejos homogêneos. Outra recente contribuição para a perspectiva que considera modificações do pensamento de Maquiavel a partir da escrita das *Istorie*, vem a ser o trabalho de Mauricio Suchowlansky (2015). O autor defende a tese de que Maquiavel, ao escrever as *Istorie*, se afasta das suas concepções anteriores de liberdade, sendo atraído por um modelo mais veneziano, com estruturas institucionais voltadas para a estabilidade. Nas *Istorie*, Suchowlansky aponta para a construção de um modelo republicano diferente do que Maquiavel apresenta nos *Discorsi*. Essa transformação indica a rejeição de Maquiavel dos pressupostos do republicanismo, marcando uma transição na sua própria análise de poder e autoridade. O autor demonstra que nas *Istorie* e em outros escritos pós - 1520, Maquiavel se aproxima do estilo veneziano e afasta-se do modelo romano de discórdia civil e da tutela popular da guarda da liberdade. Em sua percepção, as preferências relacionadas a ideia anterior de uma "forma coletiva de autogoverno", sofrem alterações integrais com Maquiavel se aproximando da forma veneziana de republicanismo, defendida por seus contemporâneos e antecessores - interpretação à qual esperamos elucidar mais adiante que não nos alinhamos. Já os que são contrários à essa releitura de apontar transformações nas obras de Maquiavel são: Marie Gallie-Nikodimov (2004a, 2004b), John McCormick (2016, 2017, 2019), Gisela Bock (1990), Ricardo Silva (2013) e Newton Bignotto (1991).

Maquiavel, ao analisar os conflitos gerados pela Lei Agrária, identifica três possibilidades que podem ter dado errado na elaboração e execução da lei:

ou ela não foi bem-feita desde o princípio, de modo que não precisasse ser revista todos os dias, ou demorou tanto a ser feita que já causasse tumulto tentar sanar males passados ou, se foi bem-feita de início, o uso depois a corrompeu (*Discorsi*, I, 37, p. 113).

Independentemente do que ocorreu, “nunca se falou de tal lei em Roma sem que houvesse confusão na cidade” (*Discorsi*, I, 37, p. 113). As leis agrárias (hoje reforma agrária) visavam uma melhor distribuição do *ager publicus* (terras públicas). São sete<sup>92</sup> as mais conhecidas, sendo que a primeira *lex agraria* foi promulgada em 486 a.C pelo cônsul Espúrio Cássio e previa doações aos plebeus de terras conquistadas na guerra. Dentre tais leis, Maquiavel refere-se - no capítulo 37 dos *Discorsi* - à lei Sestia<sup>93</sup> (367 a. C), que limitava em 500 jeiras de terra a posse das terras públicas, que poderiam ser ocupadas ou cultivadas por particulares. Maquiavel via este dispositivo como o principal fator de descontentamento dos grandes, ao que se somava outra parte da lei referente aos “campos conquistados aos inimigos” (*Discorsi*, I, 37, p. 114) os quais “deveriam ser divididos entre o povo romano” (*Discorsi*, I, 37, p. 114). Maquiavel afirma que a nobreza seria ofendida das duas formas apontadas na lei, pois

quem possuísse mais bens estava transgredindo a lei (o que atingia a maioria dos nobres) e precisava privar-se deles; e porque, repartindo-se os bens dos inimigos entre a plebe, fechava-se aos nobres o caminho do enriquecimento” (*Discorsi*, I, 37, p. 114).

A nobreza, acuada, tomou algumas medidas para conter as exigências populares que “com paciência e astúcia a temporizavam” (*Discorsi*, I, 37, p.114). Dentre tais medidas está a de colonizar as terras que seriam distribuídas, como a cidade de Âncio, para a qual foi enviada uma colônia de romanos. Porém a plebe desejava mais as terras de Roma que de outra cidade e “foram assim as

<sup>92</sup> São elas: leis Cássia (486 a.C.), Licínia (376 a.C.), Flamínia (232 a.C.), Semprênia (133 a.C.), Servília (63 a.C.), Flávia (60 a.C.) e Júlia (59 a.C.).

<sup>93</sup> *Lex Licinia Sextia de modo agrorum* – plebiscito proposto pelos tribunos Caio Licínio Stolo e Lucio Séxtio Lateranus, votado em 367 a.C. (Tito Lívio, VI, 35).

dissensões dessa lei provocando conflitos durante algum tempo” (*Discorsi*, I, 37, p.114) até parecerem ter cessado. Eis que a lei até então “adormecida” (*Discorsi*, I, 37, p. 115) é reativada com os irmãos Graco e, com eles inflamou-se o ódio entre a plebe e o senado, de tal maneira “que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo e costume civil” (*Discorsi*, I, 37, p, 115).

Tibério Graco (163 – 133 a.C) pertencente a uma importante família de Roma foi eleito tribuno da plebe e tornou-se porta-voz da reforma agrária ao reapplicar a antiga lei, sendo por ele reformulada<sup>94</sup>. Os nobres, sentindo-se ameaçados por perder suas propriedades, bem como autoridade política, assassinaram Tibério e cerca de 300 de seus aliados em uma tumultuosa sessão no recinto do próprio Senado. A causa ainda foi retomada por Caio Graco (153 – 121 a. C), eleito tribuno da plebe dez anos após a morte de seu irmão Tibério. Caio resgata o plano de redistribuição de terras, despertando o ódio recorrente da classe senatorial. Com isso, é desencadeada uma guerra civil que culminou em perseguição e morte de Caio Graco e seus seguidores. A morte dos irmãos Graco é um marco significativo para se pensar a nova modalidade de fazer política em Roma: a política da violência, do ódio entre facções e da ambição pelos bens materiais e pelo poder político. Uma forma oligárquica de governar, insustentável e excludente de uma grande república que, se antes tinha como característica fundamental a liberdade de seu povo e a igualdade política, passou a ser uma república decadente, feita por minorias e para garantir suas riquezas e poder, mediante um povo explorado pela guerra e marginalizado na vida política.

Examinando os estertores da república romana, Maquiavel afirma que a plebe “depositou tanta confiança em Mário que o fez cônsul quatro vezes [...] de tal modo que pôde fazer-se cônsul por si mesmo mais três vezes” (*Discorsi*, I, 37, p. 115), restando ao senado apoiar o sanguinário Sila, levando essas disputas a uma prolongada guerra civil que deu vitória à nobreza. Esses humores “foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu” (*Discorsi*, I, 37, p. 115), com o primeiro triunvirato eleito pelo Senado em 60 a.C - sendo César representante

---

<sup>94</sup> A referida lei limitava aos cidadãos que usassem até 312 acres de terras pertencentes ao Estado. O excedente deveria ser doado ao Estado a fim de redistribuir aos que não tinham terra (PERRY, 1999).

do partido de Mário e o Pompeu do partido de Sila. Ao final do conflito, César saiu vitorioso dando início ao império romano, “de tal modo que nunca mais a cidade foi livre” (*Discorsi*, I, 37, p. 115). Algumas interpretações defendem a ideia de que essa tomada do poder por um tirano ocorre com a justificativa de que é necessário, em nome da *res publica*, reestabelecer a ordem – um Estado de Exceção)<sup>95</sup>.

Assim, os eventos que ocasionaram o declínio da república romana foram causados principalmente por debilidades internas, na medida em que Roma aumentava seu território servindo-se da mão-de-obra dos plebeus que lutavam na guerra e voltavam empobrecidos. Uma Roma que antes valorizava a participação política de seu povo foi ambicionando mais riquezas e acumulando-as ao ponto de consolidar uma desigualdade entre patrícios e plebeus nunca vista nessa república. Maquiavel, que no início do capítulo trinta e sete do Livro primeiro dos *Discorsi*, aparenta defender a nobreza, corroborando as ideias de Cícero e Tito Lívio, que retratam a plebe “como tumultuosa e desmedida, enquanto o senado simboliza a lei e a ordem” (OSTRENSKY, 2019, p. 65), parece abdicar de sua teoria conflitual dos humores antagônicos, ao afirmar, na visão de um de seus intérpretes demonstrando que “a transição da luta de ‘honras’ para a de ‘pertencimento’ é, portanto, a causa primeira da degeneração do fenômeno do conflito” (DEL LUCCHESI, 2009, p.79, tradução nossa).

No entanto, ao longo do capítulo sobre a Lei Agrária ele modifica sua narrativa para assumir o ponto de vista da plebe, preocupando-se em justificar a quem o lê que embora o resultado da Lei Agrária pareça desafiar sua tese de que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião entre plebe e senado (*Discorsi*, I, 4), ele não só *não renuncia* a sua tese (*Discorsi*, I, 37) como pontua o lado positivo desse tumulto em virtude de ser

tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer *oposição* por várias vias e de vários modos numa cidade, logo a levará à ruína. De modo que, embora o conflito da lei agrária tenha demorado trezentos anos para acarretar a servidão de Roma, isso teria ocorrido muito mais cedo caso a plebe, seja com essa lei, seja com outros desejos seus, não tivesse refreado a *ambição* dos nobres (*Discorsi*, I, 37, p. 116, grifos nossos).

---

<sup>95</sup> “o Senado enquanto detentor da *auctoritas* podia assinalar um Estado de Exceção através de um *senatus consultum ultimum*” (SANCHEZ, 2010, p. 133).



Assim, nota-se que o posicionamento de Maquiavel tende a criticar em parte o episódio da Lei Agrária por um lado, louvando a intenção dos irmãos Graco e por outro, condenando sua imprudência em tentar eliminar a desordem “criando uma lei voltada demais para o passado” (*Discorsi*, I, 37, p. 116), o que para o florentino não é aconselhável. A chave do problema está na reação da nobreza diante do descontentamento do povo que, podendo buscar alternativas para conter os tumultos, propondo soluções mais igualitárias e inclusivas, insurgiu-se com medidas autoritárias e excludentes (como o caso, já mencionado, de povoar a cidade de Âncio).

Por saber que “os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio” (*Príncipe*, XVII), é mister que o povo esteja atento aos desejos ambiciosos dos grandes. Uma vez que é o povo o sujeito detentor da guarda da liberdade (*Discorsi*, I, 4, 5), deve vigiar e protegê-la a fim de que não seja corrompida. Foi isso o que fizeram na Lei Agrária, episódio que retrata uma das muitas possíveis formas de oposição e resistência à ambição dos nobres. Maquiavel não passa ao largo das medidas extraordinárias de contenção dos humores das elites dominantes, pois quando os desejos não podem ser saciados ou contidos por meios ordinários, ou seja, por meio das instituições, as ordens em conflito costumam apelar a modos extraordinários como “a violência e as armas” (*Discorsi*, I, 18, p. 75), caminhos esses “que levam toda a república à ruína” (*Discorsi*, I, 7, p. 33).

Roma perdeu seus valores republicanos na medida em que foi se distanciando da resolução dos conflitos por meio das leis e instituições criadas para mediar as demandas populares, como os tribunos da plebe (*Discorsi*, I, 2-4). Isso porque o Senado transformou o dissenso de ideias em violência política e fez disso uma prática tal que “a clava e a adaga tornaram-se armas comuns na política romana” (PERRY, 1999, p. 100). A nobreza era agora movida não mais pela necessidade e sim pela ambição do ter, indo de encontro à ideia por Maquiavel defendida de que “as repúblicas bem-ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos” (*Discursos*, I, 37; III, 25). A pobreza aqui é análoga à ideia de igualdade entre os cidadãos; uma defesa ao não acúmulo de riquezas por parte da nobreza, em prol da coisa pública, sendo esta unicamente a que deve enriquecer. Com o tumulto em torno da Lei Agrária, as discórdias

civis entre nobres e plebeus foram acirradas e o que de início parecia ser uma construção narrativa em torno da defesa do Senado, foi na realidade uma constatação contrária, em favor da plebe. Conforme Ostrensky (2019, p. 77), são os nobres

os permanentemente descontentes com o que já possuem e que não podem senão ambicionar mais; são eles o grupo social e político mais capaz de provocar a ruptura do arranjo de poder que garante a civilização em face da barbárie. É a insolência dos nobres, portanto, que as leis devem corrigir.

Por isso nada há que torne mais estável e firme uma república do que ordená-la de tal modo que a alteração dos humores que a agitam encontre via de desafogo ordenada pelas leis, resultantes do conflito entre povo e grandes. Maquiavel não abre mão de defender a natureza geralmente benéfica desse conflito, nem mesmo no caso da Lei Agrária, que foi o tumulto interno mais turbulento da república romana. O lugar dos tumultos civis até então parecia nebuloso na análise do capítulo trinta e sete do primeiro livro dos *Discorsi*. A interpretação de que Maquiavel estaria corroborando o pensamento hegemônico, que via a multidão como um sujeito instável e inconstante (*Discorsi*, I, 58), não foi sustentada pelo florentino ao finalizar o capítulo, onde atribui à plebe um caráter reivindicatório, de negação e resistência da situação política desigual na qual se encontrava. O remédio para solucionar o conflito via instituições foi desrespeitado e o modo violento de governar, ativado.

Por fim, na análise do conflito civil entre o povo e os grandes, temática central dentro da obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, observamos que a existência do desejo ser inicialmente homogêneo não é verificada em Maquiavel por dois motivos: o primeiro vem a ser a ausência de uma narrativa que remonte ao primitivo, a algo anterior ao conflito civil. Maquiavel não menciona essa gênese do conflito como observa a comentadora Gaille-Nikodimov (2004a). Ainda, não há argumentações convincentes de que os desejos entre o povo e os grandes, possam ser intercambiáveis, mutáveis e transponíveis. O que ocorre dentro de um contexto de tumultos é a exaltação de um grande apetite ou paixão florescido pelo povo ao observar que os grandes não estão sendo coerentes no cumprimento de suas atribuições dentro da cidade. Nessas paixões encontram-se o *medo* e o *ódio*, que resultam nos

conflitos violentos corrosivos ao bom andamento da república. Em oposição a esses apetites está a *ambição* dos grandes, a qual o povo se vê constantemente desafiado.

Percebemos, por fim, que a Lei Agrária foi o estopim para trazer à tona as desigualdades sociais cometidas no final da república. Nota-se que a intransigência do senado em negociar as demandas populares foi a grande causadora das guerras civis que poderiam ter sido evitadas se o senado não passasse a confundir os bens públicos com o privado e a governar para uma elite oligárquica que, cega pelo poder político consagrado pela expansão territorial, pela ganância e pelo ódio à plebe, conseguiu aniquilar o “bem” mais precioso de Roma: a liberdade republicana.



### 3. TEORIA DO CONFLITO CIVIL NAS *ISTORIE FIORENTINE*: O CONFLITO NEGATIVO EM FLORENÇA

*Espero, e o esperar aumenta o tormento;  
Choro, e o choro nutre o coração prostrado;  
Rio e o riso meu não repercute dentro;  
Queimo e a minha chama não vem para fora;  
Temo o que vejo e o que sinto;  
Qualquer coisa me traz nova dor;  
Então, esperando, choro, rio e queimo,  
E medo tenho do que ouço e vejo.  
Niccolò Machiavelli, Strambotti<sup>96</sup>*

#### 3.1 *ISTORIE FIORENTINE*: SIMETRIA DOS HUMORES?

Entre 1517 e 1518, Maquiavel, ainda impelido de retornar às lidas da política, segue produzindo, além dos *Discorsi*, escritos menores<sup>97</sup> como a clássica peça teatral *A Mandrágora*, escrita em 1518. Trata-se de uma comédia onde Maquiavel narra as artimanhas da sociedade florentina, utilizando-se da ironia para denunciar os hábitos corruptos e viciosos de seu tempo. Em 04 de maio de 1519 morre o último herdeiro da família, Lorenzo II de Medici. Por conta disso, Maquiavel retorna aos poucos à vida pública, com a incumbência feita por Júlio de Medici, de escrever sobre uma nova ordenação constitucional de Florença, resultando o *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris*

---

<sup>96</sup> No original: “Io spero, e lo sperar cresce l'tormento: io piango, e il pianger ciba il lasso core: io rido, e el rider mio non passa drento: io ardo, e l'arsion non par di fore: io temo ciò che io veggo e ciò che io sento; ogni cosa mi dà nuovo dolore; così sperando, piango, rido e ardo, e paura ho di ciò che io odo e guardo” (*Strambotti*, I, p. 875). Não se sabe a data da composição dessa oitava, apenas presume-se que tenha sido escrita entre 1494 a 1498. Cf. MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere storiche, politiche e letterarie*. A cura di Alessandro Capata, Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998.

<sup>97</sup> São desse período os escritos: *Belfagor Arcidiavolo* e *Discorso o dialogo intorno ala nostra lingua*.

*Laurentii Medices*<sup>98</sup>, posteriormente apresentada ao Papa Leão X, o Juliano de Medici. Nesse período Maquiavel escreve também *A arte da guerra*, finalizada em 1520. Em julho do mesmo ano Maquiavel é enviado à Lucca e escreve a *Vita di Castruccio Castracani*. O florentino recebe outra missão em 08 novembro de 1520: é eleito pelos oficiais do Studio florentino (universidade) a escrever sobre a história da cidade.

A obra *História de Florença*<sup>99</sup> foi concluída em 1525. É de cunho historiográfico, apesar de não seguir uma cronologia dos fatos, divide-se em 8 livros, onde o autor tem por foco narrar desde a fundação da cidade até o período da morte de Lorenzo, o Magnífico, em 1492, sendo a maior parte da narrativa concentrada no século XV, dos livros 4 a 8. Trata-se de sua obra mais madura, diferenciando-se das demais por não ter sido uma escolha de Maquiavel escrevê-la, o que para Patrícia Aranovich (2007)<sup>100</sup> evidenciaria uma ruptura com a tradição florentina, posto que nesse período republicano as histórias das cidades eram escritas de forma independente e com orgulho cívico.

Maquiavel é conhecido pela originalidade de seus textos, pela audácia como interpreta e mostra os acontecimentos e pela coragem de escrever sobre a *verdade efetiva das coisas*. Portanto, não surpreende que o autor tenha se recusado a escrever sua *História de Florença* de uma forma romanceada, idolatrando a pátria, como fizeram outros historiadores como Leonardo Bruni em sua obra *Laudatio Florentinae Urbis* e Poggio Bracciolini, sendo que o cenário com o qual se deparava era o de uma república corrompida pelas facções. A preocupação de Maquiavel não estava focada em elogiar a cidade (o que muitos haviam feito – daí sua crítica aos historiadores da época), mas em lamentar a perda do estado republicano e da liberdade, sendo as *Istorie Fiorentine* “a narrativa do declínio, da ruína e da corrupção” (ARANOVICH, Introdução, 2007, p. XIX). A peculiaridade do florentino está justamente em uma escrita direta e objetiva, no sentido de provocar, instigar e fazer o leitor de seu tempo refletir

---

<sup>98</sup> Discurso sobre as formas de governo de Florença depois da morte do jovem Lorenzo de Medici (2008), tradução de Joel Bonin (Unioeste).

<sup>99</sup> Título original: *Istorie Fiorentine* (Histórias Florentinas). A ideia de *histórias* como narrativa dos fatos não se manteve nas traduções por conta do entendimento diferente que a historiografia propõe, não se limitando a uma narrativa, mas em uma análise dos fatos em si.

<sup>100</sup> ARANOVICH, Patrícia. Introdução. In: MAQUIAVEL, Nicolau. História de Florença, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

sobre as coisas como elas são e não como deveriam ser, característica ímpar da escrita de Maquiavel.

Dessa forma, nota-se já no *Proêmio* essa preocupação de Maquiavel em demonstrar um afastamento desses tradicionais historiadores de Florença, por eles terem tratado de forma insuficiente as desavenças na cidade, sendo os predecessores humanistas “muitíssimo diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos estrangeiros” (*Istorie*, Proêmio). Ainda, sobre as discórdias civis, inimizades internas e seus efeitos “eles calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum (*Istorie*, Proêmio).

Maquiavel acredita que são justamente as dissensões universais de Florença que devem ser postas no centro da reflexão. Em Roma (*Discorsi*) o conflito é ou positivo ou negativo. Em Florença ele se desdobra em várias formas, não se reduzindo ao esquema dual, uma vez que

primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas, e de tais divisões tiveram origem tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias, como nunca ocorreu em nenhuma cidade de que se tenha memória (*Istorie*, Proêmio).

Assim, observa-se que já no início da obra há uma divisão de categorias para explicar Florença, diferente das utilizadas para o caso de Roma. Nesse sentido, uma das reflexões que impulsionam esta etapa da pesquisa é verificar não se os conflitos são os mesmos, porque evidentemente são outros, uma vez que o cenário analisado nas duas obras se modifica. Porém, tentar-se-á responder em que medida (e se) há alguma “inversão” do julgamento de Maquiavel acerca do significado do conflito civil quando ele está analisando Florença, tendo em vista um contexto histórico, sociopolítico e econômico de grandes instabilidades seguidas de corrupções e aumento da desigualdade social que levava os descontentes aos tumultos, prejudiciais à república.

Maquiavel faz essas distinções entre Roma, o exemplo que ele considera de uma república perfeita, e Florença, o exemplo da corrupção e ruína do corpo

político, como uma análise comparativa isso “se for lícito comparar coisas pequenas a coisas grandes” (*Istorie*, III, 1, p. 157). Em *História de Florença* ele se utiliza bastante desse critério, como forma de sustentar sua tese de que os conflitos em Roma foram saudáveis para a república ao passo que em Florença ocorreu o inverso:

em Roma, a igualdade entre os cidadãos levou a grandíssima desigualdade, enquanto em Florença, da desigualdade, chegou-se a uma admirável igualdade [...] porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres. E, como o desejo do povo romano era mais razoável, as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis [...] assim, depois de algumas desavenças, concordavam em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus cargos. Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto [...] e as leis depois criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencedor (*Istorie*, III, 1, p. 158).

Percebe-se nessas palavras a angústia de Maquiavel em tentar responder a sua própria conclusão do porquê as leis criadas em Florença não resultaram nos mesmos benefícios que em Roma? Ou melhor: “Como uma república morre? Ou seja, quais acontecimentos que prejudicariam, ameaçariam e terminariam com o exercício da ‘vida livre’ ?” (Pedullà, 2018, p. 84). Questões como essas duas últimas nunca deixaram de fazer parte do pensamento de Maquiavel. Suas principais obras estão de fato impulsionadas e guiadas por essas indagações que o levaram aos mais diversos caminhos na tentativa de respondê-las. Nos *Discorsi*, como já visto, a solução extraída da experiência romana vem da desunião entre plebe e senado, que tornou a república livre e poderosa (I, 4). Já nas *Istorie*, o florentino narra de forma detalhada as ações humanas que levaram a república de Florença à ruína – sempre pondo em dúvida se ali de fato houve uma república – e essa lista é farta de facções, conjurações e tumultos, ingredientes perfeitos para o cenário corruptível que se apresenta. Não vemos a necessidade de retomar o contexto histórico da Florença de Maquiavel de forma geral, posto já feito anteriormente, ao mesmo tempo é válido lembrar que estamos falando de uma Florença tomada de divisões, que culminaram em diversas mortes e exílios nunca vistos em nenhum outro lugar (*Istorie*, Proêmio), o que parece ser uma afirmação demasiada em Maquiavel, pois John Najemy (2006) nos recorda que, dentro dessa perspectiva, Florença não era a única:



outras repúblicas italianas de Pádua e Bolonha a Siena, Perugia e até mesmo Roma experimentaram semelhantes divisões e conflitos.

Colocada essa perspectiva das divisões, o próximo passo será adentrar nelas, fazendo um mapeamento desse cenário turbulento e, após, verificar as diferentes nuances que Maquiavel observa nos conflitos florentinos e romanos.

### 3.2 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE FLORENÇA: AS DIVISÕES SOCIAIS

Se, discorrendo sobre Roma, Maquiavel apresenta nos *Discorsi* uma divisão social resumida nos grandes (os que desejam o poder) e no povo (o que deseja o não domínio), em Florença o cenário não se resume ao dualismo romano. Pelo contrário, há uma série de subdivisões e terminologias<sup>101</sup> anunciadas por Maquiavel no início das *Istorie*<sup>102</sup>, já mencionadas ao longo da pesquisa, que tentar-se-á aqui mapear, de forma mais detalhada, a fim de proporcionar um melhor entendimento do papel que cada grupo representa na engrenagem da corrompida república florentina.

Vimos no capítulo dois um contexto mais geral da Itália de Maquiavel. Nosso foco agora se deterá sobre o contexto de Florença que não era nada favorável ao desenvolvimento do clima de dissenso discursivo saudável como foi em Roma. A cidade, que já era dividida entre Guelfos (seguidores da Igreja) e Gibelinos (os que seguiam os imperadores), com a morte de Frederico II (rei de Nápoles), “dividiu-se ainda mais” (*Istorie*, II, 4, p. 82) entre inúmeras famílias. Assim, os que em Florença eram chamados de homens medianos<sup>103</sup> tinham mais crédito entre o povo, e por perceberem que era mais vantajoso unir a cidade do que mantê-la dividida, trabalharam para apaziguar as relações entre guelfos e gibelinos. A cidade foi então dividida em seis partes, onde doze cidadãos foram

---

<sup>101</sup> Paul Larivaille (1988, pp. 195-196) já ilustra bem essas divisões florentinas: “A terminologia da época sublinha, aliás claramente, a insignificância dessas massas trabalhadoras indistintamente reunidas sob o nome de “plebe”, por oposição ao termo “povo”, reservado apenas aos cidadãos que possuem todos os direitos; um termo que, em sua acepção mais ampla, parece englobar todos os habitantes da cidade, inscritos nas corporações - inclusive, portanto, os ricos mercadores, banqueiros ou empresários, teoricamente obrigados a figurar nos registros das corporações ditas maiores - , mas que, na prática, só diz respeito a essa categoria relativamente modesta de contribuintes que, entre as 220 ou 230 famílias dos grandes e a plebe, formam a pequena burguesia de negociantes e a parte atuante das corporações artesãs.

<sup>102</sup> *Istorie*, Proêmio.

<sup>103</sup> Pertencem à subdivisão do povo, que será desenvolvida nas próximas páginas. Ver também *Istorie*, II, 42.

eleitos, dois para cada sexto; chamando-se Anciãos, devendo ser substituídos a cada ano. Também providenciaram dois juízes estrangeiros para conter inimizades, um seria chamado de capitão do povo e o outro, podestade, para julgar as causas civis e criminais entre os cidadãos. Assim, “com essas ordenações militares e civis os florentinos fundavam sua liberdade” (*Istorie*, II, 6, p. 85).

Florença tornou-se então a cidade mais importante da Toscana, vivendo por dez anos sob essa forma de organização e teria crescido mais não fosse tomada por novas e constantes divisões. Os guelfos eram mais poderosos que os gibelinos, pois o povo odiava estes “em razão de sua conduta arrogante quando governaram no tempo de Frederico” (*Istorie*, II, 6, p. 85) e preferia o primeiro por acreditar que ficar do lado do partido da Igreja o traria mais segurança para conservar a liberdade, já que sob o domínio de um imperador poderiam perdê-la. Os gibelinos, percebendo que estavam perdendo poderes, esperaram o momento certo para agir e uniram-se com Manfredo, o filho de Frederico, que estava dominando o reino de Nápoles. A trama é descoberta, o povo fica indignado e com a ajuda dos guelfos, os gibelinos foram forçados a abandonar Florença. Em seguida, com a ajuda de Manfredo e Farinata degli Uberti, os gibelinos conseguem derrotar os guelfos, que fogem para Lucca.

Assim, após a vitória, Manfredo envia os gibelinos à Florença junto com o requisitado militar, conde Giordano, que já chega “impondo obediência a toda a cidade e extinguindo as magistraturas e qualquer outra ordenação na qual se visse alguma forma de liberdade” (*Istorie*, II, 7, p. 86). O povo, que já odiava os gibelinos, depois desse episódio, passou a odiá-los ainda mais. Maquiavel conclui que desses episódios “lhes adveio a ruína” (*Istorie*, II, 7, p. 86). Os gibelinos reúnem-se em Empoli e advertem que “para manter a força do partido gibelino na Toscana, era necessário destruir Florença, que, por ter um povo guelfo, era a única cidade capaz de fazer os partidos da Igreja recuperarem as forças” (*Istorie*, II, 7, p. 86). Farinata degli Uberti, muito estimado por Manfredo, se opõe a essa “sentença tão cruel, proferida contra tão nobre cidade” (*Istorie*, II, 7, p. 86), defendendo a cidade, e foi a autoridade “que pôs fim àquele arrazoado, e todos passaram a pensar em outros modos de manter o estado” (*Istorie*, II, 7, p. 87).

Com os guelfos retornando de Lucca, as divisões seguiram na cidade. Os gibelinos, com receio de perder o posto, “acreditaram que o povo se lhes tornaria amigo e partidário se eles lhe devolvessem parte daquelas honras e daquela autoridade que lhe haviam arrebatado; elegeram então trinta e seis cidadãos do povo” (*Istorie*, II, 8, p. 88), o que, para Maquiavel, seria um erro, posto que se essas reformas fossem administradas antes da necessidade se apresentar, seriam proveitosas, mas, administradas depois, levariam à ruína mais rapidamente. Com o objetivo de apaziguar os ânimos entre guelfos e gibelinos, Florença foi então dividida em duas Artes (corporações de ofício): as Maiores<sup>104</sup> e as Menores<sup>105</sup>, sendo que acima de cada Arte um magistrado era estabelecido. “No início, tais Artes eram doze, sete maiores e cinco menores; depois, as menores cresceram, chegando a catorze, até que o número total delas chegasse, tal como no presente, a vinte e um” (*Istorie*, II, 8, p. 88/89). Eis que Conde Guido determina a imposição de uma talha aos cidadãos, para manter seus soldados, porém encontrou grande resistência e, com receio de usar a força para obter o que queria, uniu-se aos chefes dos gibelinos “e todos deliberaram subtrair ao povo, pela força, aquilo que lhe haviam concedido por pouca prudência” (*Istorie*, II, 9, p. 89). Os trinta e seis cidadãos uniram-se e causaram um tumulto.

Percebe-se que nos dois momentos relatados acima, Maquiavel destaca as motivações para tais acontecimentos ocasionarem revoltas populares – que, por sua vez, possuem um denominador comum: a origem em alguma demanda popular não atendida ou em algum plano que - no caso em questão - os gibelinos estariam organizando para retirar os benefícios populares e aumentar o próprio poder. Segundo Ricardo Silva (2013), ao analisar o papel da plebe nos desdobramentos da Lei Agrária pela perspectiva econômica, o motivo pelo qual o povo se rebela, possui uma causa legítima: a desigualdade material, motivada pela ambição exacerbada dos grandes. Nesse sentido, Silva indica que “as políticas dos irmãos Graco, sobretudo a Lei Agrária, nada mais foram do que tentativas ineficazes de corrigir essa crescente desigualdade material” (SILVA,

---

<sup>104</sup> Juízes e notários, mercadores, banqueiros, produtores de lã; produtores de seda, médicos e droguistas, coureiros e peleteiros (*Istorie*, II, 8, nota n° 11).

<sup>105</sup> Cabriteiros, sapateiros, ferreiros e forjadores, curtidores, canteiros e marceneiros, vinhateiros, padeiros, azeiteiros, linheiros, serralheiros (fabricantes de fechaduras), couraceiros, arreeiros, lenhadores e albergueiros (*Istorie*, II, 8, nota n° 11).

2013, p. 59), sendo a mesma Lei, apresentada “sem ambiguidade” na tentativa de ser um caminho para “conter a força causadora do fim da liberdade em Roma: a ambição dos nobres” (SILVA, 2013, p.60). Corrobora-se a leitura de Gaille-Nikodimov (2004a) ao ponderar que, em relação ao antagonismo dos humores, Maquiavel não os define a partir do modo de distribuição de riqueza “mas quando a considera, se interessa por *seus efeitos*, ou seja, pelo espírito de igualdade ou desigualdade resultante do modo de distribuição de riqueza na cidade” (p. 106, grifo nosso). Ainda, a autora enfatiza que “qualquer distribuição desigual das riquezas (a de bens móveis e do comércio, em oposição às da propriedade da terra) *não é contra a liberdade*” (GAILLE-NIKODIMOV, 2004a, p. 106, grifo nosso) – indo na mesma direção que Silva ao afirmar que: “as ações da plebe movidas pela ambição e pelo desejo de aquisição material não são necessariamente incompatíveis com a liberdade como não dominação” (2013, p. 62).

Assim, considera-se válida a leitura da teoria conflitual pelo viés econômico como bem analisa Silva (2013) e Marie-Gaille (2004a), porém a pesquisa entende que essa perspectiva pode ser incorporada às interpretações com enfoque político e social, principalmente ao adentrar nos desdobramentos do conflito nas *Istorie*, especialmente na análise da Revolta dos *Ciampi* que será vista a seguir. Nessa linha, a pesquisa também encontra respaldo em Sérgio Cardoso (2018), para quem a reivindicação econômica está presente em Maquiavel, porém sua narrativa traz o foco da revolta e das suas aspirações “para um plano eminentemente *político*: é o *ódio aos grandes* (filtrado na indignação contra a prepotência dos guelfos e no medo) e a *reivindicação da cidadania* de que estão excluídos” (p. 140, grifos nossos).

Já foi observado anteriormente a existência de alguns intérpretes de Maquiavel que vêem no povo um desejo de ambição quando este setor social protagoniza os tumultos na cidade, igualando-se ao desejo de dominar dos grandes. Cabe aqui ressaltar a interpretação de Miguel Vatter (2000) criticada por Silva (2013), a respeito desse desejo ambicioso pelo poder e por bens materiais sugerindo uma leitura enviesada para a homogeneidade<sup>106</sup> dos desejos:

---

<sup>106</sup> No capítulo anterior foi visto que está longe de ser um consenso essa questão dos desejos heterogêneos se equipararem, numa suposição de que o povo rebela-se porque possui o desejo

A lógica da ambição pode explicar os eventos da guerra civil somente porque o povo tornou-se corrupto na medida em que o desejo por posses sobrepujou sua liberdade, isto é, *porque o povo “enobreceu-se”*. Nesse sentido, o conflito entre nobres e plebeus em torno da Lei Agrária é uma luta por propriedade, oposta à luta por liberdade. Esse tipo de conflito tem o potencial de se degenerar em guerra civil porque se trata de uma guerra entre *desejos homogêneos* e “nobres” por dominação (apud SILVA, 2013, p. 197, grifos nossos).

Confere-se que essa visão é problemática do ponto de vista essencial da importância que os conflitos possuem na teoria maquiaveliana, resgatando com Marie-Gallie Nikodimov (2004a) o que as paixões populares representam na teoria conflitual, na qual o desejo do povo se constrói no sentimento do medo, gerador do ódio, combustível perfeito para a eclosão das revoltas populares, cheias de temor ao domínio, sentindo se aproximar a perda da liberdade, do viver livre. Além disso, como lembra Silva (2013), dentro do panorama econômico, a visão de Vatter estaria equivocada, uma vez que, ao homogeneizar os desejos, está sendo suposto que a plebe romana – estando já mais empobrecida e dominada pelos grandes - “poderia alcançar a não dominação conformando-se ao empobrecimento material que caracterizava sua condição na Roma agitada pelos Gracos” (SILVA, 2013, pp. 61-62).

Destarte, nas situações onde o *sujeito povo* consegue reverter a situação ao seu favor e à favor da *res publica* (o que não chegou a ocorrer com a Lei Agrária), ele retorna à sua função enquanto *sujeito político* participante da engrenagem que move uma república e é a base de sua preservação: a de “guardião da liberdade” (*Discorsi*, I,5). Sendo o povo o sujeito responsável por tal salvaguarda, somente o povo pode recuperá-la. Por conseguinte, através da união popular, reivindicam-se os direitos que foram surrupiados do povo e novos acordos são propostos, como pode-se ver neste trecho:

Com a vitória do povo, a conselho dos que desejavam o bem da república, tomou-se a decisão de unir de novo a cidade e chamar de volta todos os cidadãos que estivessem fora, fossem eles gibelinos ou guelfos. Os guelfos, portanto, voltaram seis anos depois de terem sido expulsos, e os gibelinos foram perdoados pela injúria recente e acolhidos em sua pátria. Nem por isso eram menos odiados pelo povo e pelos guelfos, pois estes não

---

de posses e poder, como os grandes. A temática acompanha essa pesquisa no todo, uma vez que essa desconfiança de modificações do significado do conflito civil em Maquiavel está presente a partir das *Istorie*, mas tendo os *Discorsi* como a base de seu método interpretativo.

conseguiram esquecer o exílio, e aquele se lembrava demais da tirania no tempo em que viveu sob o governo deles (*Istorie*, II, 9, p. 90).

Como constata-se, o desejo continua sendo o de preservação da liberdade, por meio das instituições e leis, e toda vez que essas encontram-se ameaçadas, a rebelião volta a acontecer de forma sistêmica. John Mc Cormick corrobora essa visão. Contrário à ideia de uma possível transformação do desejo do povo, o teórico presta atenção nos detalhes das *Istorie*, afirmando que os estudiosos da outra possível interpretação teórica “quase invariavelmente exibem pouca sensibilidade ao contraste entre as palavras e ações na obra de Maquiavel” (MCCORMICK, 2019, p.371).

Assim, atentando-se aos detalhes dos fatos, após a “vitória do povo” (*Istorie*, II, 9, p. 90) esses reordenaram a cidade novamente – tentando incluir a todos – guelfos e gibelinos, elegendo doze governantes que deveriam ficar na magistratura dois meses, recebendo o título de Bons Homens e não mais Anciãos. Somavam-se a eles um conselho de oitenta cidadãos, chamado de *Credenza* e, abaixo destes, “havia cento e oitenta populares [*popolani*] trinta por sexto, que com a *Credenza* e os doze Bons Homens, se chamavam Conselho Geral (*Istorie*, II, 10, p. 91). Seguindo a perspectiva de McCormick sobre observar os detalhes, percebe-se que Maquiavel faz da *História de Florença*, uma obra de causas e consequências, uma obra de efeitos devastadores. Os populares pegavam em armas e incendiavam casas (meios extraordinários) quando buscavam conquistar direitos inexistentes, como por exemplo no caso da Revolta dos *Ciampi* – que veremos a seguir – onde a plebe buscava a representação nas guildas para os trabalhadores mais pobres. Percebemos a existência de uma causa nessas rebeliões populares: a luta por conquista de direitos, bem como a luta contra a corrupção, tendo por consequências as respostas mais violentas por parte do povo. Eles agem por meio do medo, da pressão e ameaça: “o medo de um poderoso fazia o fraco crescer; e, depois que crescia, este passava a ser temido, e, por o temerem, procuravam rebaixá-lo” (*Istorie*, II, 10, p. 92).

As disputas e divisões sociais não pararam e, no ano de 1282, as corporações das Artes, por possuírem grande reputação, ordenaram um novo

regimento. Nesse momento, criam um novo cargo público: os chamados priores, composto por três cidadãos em substituição dos catorze governadores. Os priores ficariam dois meses no governo, podendo ser dos populares ou dos grandes “desde que fossem mercadores ou fizessem parte das corporações [Arti]” (*Istorie*, II, 11, p. 93). De três passaram a oito, quando a cidade foi dividida em quatro partes. A magistratura dos priores “foi a razão da ruína dos nobres, pois o povo os excluiu por vários acontecimentos até que, sem nenhum temor, os derrubou” (*Istorie*, II, 11, p. 94). Por mais um período “os florentinos viveram tranquilos em sua cidade” (*Istorie*, II, 11, p. 94) com a extinção dos partidos gibelinos e guelfos:

ficando acesos apenas os humores que naturalmente costumam existir em todas as cidades entre os poderosos e o povo; porque, visto que o povo quer viver de acordo com as leis, e os poderosos querem comandá-las, não é possível que se ajustem. Esse humor, que ficou encoberto enquanto os gibelinos infundiam medo, mostrou-se com toda a sua força tão logo estes foram dominados (*Istorie*, II, 12, pp. 94-95, grifos nossos).

Permite-se pausar a narrativa das divisões sociais em Florença para destacar um parêntese importante no trecho grifado acima: a presença dos *Discorsi*<sup>107</sup> e também do *Príncipe*<sup>108</sup>, nas *Istorie* de Maquiavel. Conforme as palavras do pensador, a teoria dos humores é *naturalmente* presente em todas as cidades, logo, em Florença ela também existe, sendo essa uma forte indicação, dentre outras já mencionadas, de que a perspectiva de mudança calcada na defesa de uma homogeneidade dos humores não encontra embasamento em Maquiavel. O fato de o florentino diagnosticar que existem diversos tipos de subdivisões sociais entre o povo e os grandes na sua cidade e que tais divisões não proporcionaram os mesmos resultados que na república romana, não significa que ele tenha abandonado sua tese central. Ela segue presente nas *Istorie*, porém com outras nuances que não se encontram nos *Discorsi* justamente por ser outro objeto de análise, com suas particularidades.

Voltando ao contexto florentino que oscila entre períodos de tranquilidade e turbulência, para se defenderem dos nobres, os chefes das corporações das Artes nomearam um gonfaloneiro de justiça, chamado homem do povo. O

---

<sup>107</sup> (Livro I, capítulos 4, 5 e 6).

<sup>108</sup> (Capítulo IX “Do principado civil”).

primeiro a ser escolhido foi Ubaldo Ruffoli. As Artes instituíram com facilidade essa ordenação “em razão das graves inimizades que vigoravam entre os nobres [...]. Desse modo, não demorou muito para que Florença voltasse às mesmas desordens, e o povo continuou recebendo dos Grandes as mesmas injúrias” (*Istorie*, II, 12, pp. 95-96, grifo nosso). Após algumas disputas os nobres ficaram descontentes por terem sido privados de participar da Senhoria por Giano della Bella, amante da liberdade e responsável por essa privação, mas que posteriormente abandonara o povo exilando-se de forma voluntária. Nobres e povo prestes a pegar em armas novamente, são tomados por um sentimento de pacificação e conscientização proposto por alguns populares e também pela nobreza. Vendo o tanto que poderiam perder, lembravam a nobreza que

a razão da perda das honras e da criação das leis contra eles tinha sido a sua própria soberba e o seu mau governo; e que tomar as armas e querer de volta, por meio da força, aquilo que lhes fora arrebatado em razão de sua desunião e de sua má conduta outra coisa não era senão querer a ruína da pátria e o agravamento da situação (*Istorie*, II, 14, p. 98).

Ao povo foi aconselhado que “nas guerras, era a nobreza que honrava a cidade, não sendo, portanto, justo persegui-la com tanto ódio” (*Istorie*, II, 14, p. 98). E assim, mais uma vez, “nunca o estado de nossa cidade foi melhor e mais feliz do que naqueles tempos, visto que seus homens estavam cheios de riquezas e reputação” (*Istorie*, II, 15, p. 100). Situação que logo se inverte e como em um *looping* eterno, retornam as mesmas divisões agora entre duas famílias poderosas: Cerchi e Donati que tiveram seus antigos ódios reacendidos pelo humor da cidade de Pistóia, que tinha a família Cancellieri como uma das principais. Dessa família surgiram outras duas divisões chamadas branca e negra, as quais transformaram-se em partidos que novamente dividiram a cidade, tendo os Cerchi como chefes do partido branco e pelo partido negro, a família Donati. E esse humor contaminou a cidade, além de dividir todo o interior; “[...] os capitães (do povo) e todos os que pertenciam aos guelfos e amavam a república temiam muito que essa nova divisão acabasse por ressuscitar os partidos gibelinos, para a ruína da cidade” (*Istorie*, II, 17, p. 103). O conflito armado se acirra quando surge em Florença Carlos de Valois, irmão do rei da França, enviado à Florença pelo papa, foi bem recebido pelo partido dos brancos, que lhe deram autoridade para dispor da cidade ao seu bel prazer. Ao



que Carlos “armou todos os seus amigos e partidários, o que provocou no povo tanto *receio de perder a liberdade* que todos empunharam armas” (*Istorie*, II, 19, p. 105, grifo nosso). No fim, o desejo do povo - movido pelo medo e ódio que nutre pelos grandes - parece ser sempre relativo à *perda da liberdade* para uma *vida de servidão*.

Florença respira por mais um tempo após a partida de Carlos, o que só fez só acentuar os humores na cidade. Porém, como a tranquilidade dos florentinos não dura muito tempo, alguém de nome *messer* Corso “estava inquieto, por achar que não ocupava na cidade a posição que acreditava merecer” (*Istorie*, II, 21, p. 108). Este *messer* agiu de muita má fé na *urbe*, espalhando boatos de que a república popular estaria utilizando o dinheiro público para fins privados, gerando muitas desconfianças entre os cidadãos. Assim, Florença encontrava-se perturbada “ não apenas por um humor, mas por muitos, visto que havia inimizades entre o povo e os poderosos, entre os gibelinos e os guelfos, entre os brancos e os negros” (*Istorie*, II, 21, pp. 109-110) até 1308 quando da morte de *messer* Corso, momento que Maquiavel elege como sendo o fator que encerraria os tumultos na cidade (temporariamente, claro).

Após alguns períodos oscilantes entre tranquilidade e tumulto, em 1340, nascem novas razões para alterações na cidade. E é com um novo personagem, de uma nova cena política (que muda rapidamente em Florença) que surgem mais tumultos. Gualtieri, o duque de Atenas, é o próximo protagonista do enredo político da cidade. Torna-se príncipe de Florença com o apoio não só dos grandes, mas também de parte do povo ludibriado pelo seu discurso feito em praça pública no dia 08 de setembro de 1342, quando, ao lado do *messer* Giovanni della Tosa e outros cidadãos, subiu à *ringhiera* (tribuna) e leu para os presentes as convenções firmadas entre ele e a Senhoria “e, quando, em meio à leitura, se chegou à parte em que se dizia que a Senhoria lhe era dada por um ano, o povo gritou: ‘A VIDA TODA’” (*Istorie*, II, 35, p. 138). Um dos senhores, Francesco Rustichelli “levantou-se para falar e debelar o tumulto, mas suas palavras foram interrompidas por gritos” (*Istorie*, II, 35, p. 138). Ao passo que, “com o consentimento do povo, foi eleito [o duque] senhor não por um ano, mas para sempre; e foi ele tomado e carregado pela multidão, que gritava seu nome pela praça” (*Istorie*, II, 35, p. 139). Findo o discurso, os Senhores “assombrados

e humilhados, voltaram para suas casas” (*Istorie*, II, 35, p. 139) e o duque é então levado ao Palácio por Rinieri di Giotto, o responsável pela guarda do local, que costuma ficar fechado na ausência dos senhores, mas que, nas palavras de Maquiavel, teria sido corrompido pelo duque e o levado para dentro. Enquanto sua família saqueava o Palácio,

o gonfalão do povo era rasgado, e à frente do Palácio eram postas as suas insígnias. Diante de tudo isso era desmedida a dor dos homens bons, e grande o prazer daqueles que, por *ignorância* ou *maldade*, davam seu consentimento (*Istorie*, II, 35, p. 139).

Maquiavel fica sem entender<sup>109</sup> se o apoio do povo ao duque se deu por ignorância de realmente não saberem do que se tratava aquele principado ou por maldade dos que ali estavam, não somente apoiando como incentivando uma espécie de governo perpétuo, entregando a senhoria ao duque para *a vida toda*. É nesse momento<sup>110</sup> que parte dos cidadãos, indignados, descontentes com a posse do duque, “vendo a majestade de seu estado arruinada, as ordenações degradadas, as leis anuladas, a vida honesta corrompida, o decoro civil extinto” (*Istorie*, II, 36, p. 141) decide agir:

Foi quando muitos cidadãos, de todas as condições, decidiram perder a vida ou recuperar a liberdade, e, de três lados, três tipos de cidadãos tramaram três conjurações, os Grandes, os populares e os artesãos; além das causas gerais [*universal*], os Grandes estavam descontentes por não terem recuperado o estado; os populares, por o terem perdido; os artesãos, por não o terem ganhado (*Istorie*, II, 36, p. 142).

---

<sup>109</sup> Na verdade, Maquiavel, apesar de se demonstrar surpreso com aquele apoio popular cego ao duque, assinala que o povo pode se enganar em suas preferências, mas que apesar disso o florentino ainda confia na capacidade dos populares em considerar que esse “escolhe melhor que os príncipes” (*Discorsi*, III, 34, p. 423). Isso porque “o povo, *nas suas escolhas*, dá ouvidos àquilo que se diz publicamente de alguém, à sua fama – quando por suas obras notórias não o conhece de outro modo -, ou por conjectura, ou por opinião que sobre ele se tenha” (*Discorsi*, III, 34, p. 423). Assim, “dessas três coisas que dão boa reputação a alguém, nenhuma dá melhor reputação que esta última. [...] Digo que não tem mau fundamento o povo que comece a conferir cargos a algum cidadão com base naquelas três razões [...] depois, porém, quando os vários exemplos de bons comportamentos o tornam mais conhecido, são melhores ainda os seus fundamentos, porque em tal caso *quase nunca haverá engano*. [...] Nisso, tanto no que se refere a falsas ideias quanto à corrupção, *o povo sempre cometerá erros menores que os príncipes*. E como pode ser que os povos *se enganem* no que se refere à fama, à opinião e às obras [...] considerando-as maiores do que em verdade são, qualquer cidadão deve ter o direito de, nas assembleias, tornar públicos os defeitos de tal homem, para que o povo possa julgar melhor, por não lhe faltar conhecimento” (*Discorsi*, III, 34, pp. 424-426, grifos nossos).

<sup>110</sup> E aqui chegamos a uma divisão do corpo político de Florença que conseguimos demonstrar melhor como se procedeu.

Assim, as divisões sociais se multiplicaram e se acentuaram dentro desses três grandes grupos formado pelos grandes, pelo povo e pelos artesãos. Eis que chega o dia 26 de julho de 1343, e as três conjurações unem-se provocando um tumulto no Mercato Vecchio:

De acordo com o combinado, tomaram-se as armas; e o povo todo armou-se ao ouvir o grito de liberdade, entrincheirando-se todos em suas ruas, sob insígnias que ostentavam as armas do povo, feitas secretamente pelos conjurados. Todos os chefes de família, nobres ou populares, acorreram, jurando que se defenderiam e matariam o duque, exceto alguns dos Buondelmonti e dos Cavalcanti e mais as quatro famílias do povo que haviam contribuído para pô-lo no poder: estes, a lado dos magarefes<sup>111</sup> e de outra gente da ínfima plebe, correram armados à Praça para defender o duque (*Istorie*, II, 37, p. 144).

Em meio a esse “raivoso furor” (*Istorie*, II, 37, p. 147) armado e sangrento, o duque é enfim destituído do poder em 06 de agosto. Para Maquiavel, esse duque “era ganancioso e cruel, difícil no ouvir, soberbo no responder: queria a *servidão*, não a benevolência dos homens; por isso, queria mais ser temido que amado” (*Istorie*, II, 37, p. 147, grifo nosso). Assim, “resolvidas as coisas de fora, os florentinos voltaram-se para as de dentro” (*Istorie*, II, 39, p. 148), porém sem a união dos grupos, que só foi possível devido a uma causa em comum: a deposição do duque. Retomam-se as disputas internas entre os grandes e os populares.<sup>112</sup> Observa-se que “o povo reordenou o estado [...] estabeleceu-se que os poderosos, teriam dois Senhores, os medianos, três, e o baixo, três; o gonfaloneiro deveria ser ora de uma, ora de outra espécie” (*Istorie*, II, 42, p. 154). Ainda, restabeleceram todas as ordenações da justiça contra os Grandes; e, na intenção de enfraquecê-los “misturaram muitos deles à multidão popular” (*Istorie*, II, 42, pp. 154-155). Maquiavel frisa que “a ruína dos nobres foi tão grande e afligiu de tal modo seu partido que nunca mais ousaram empunhar armas contra o povo” (*Istorie*, II, 42, p. 155). E que depois de toda essa ruína que acometeu Florença, que fez grandes se unirem ao povo, a cidade “ficou quieta até 1353” (*Istorie*, II, 42, p. 155).

<sup>111</sup> Abatedor de gado, compõe as artes menores.

<sup>112</sup> Aqui se subdividiram em três espécies: “o poderoso, o mediano e o baixo [*potente, mediocre, basso*] (*Istorie*, II, 42, p. 154) onde esse último se desmembrou em *Popolo minuto* e *plebe miúda*.

### 3.3 A REVOLTA DOS *CIOMPI*: DEGENERAÇÃO DO CONFLITO CIVIL?

Ao tumulto dos *Ciampi*<sup>113</sup> é inegável que Maquiavel dedica umas boas páginas<sup>114</sup> de suas *Istorie Fiorentine*. Bem diferente do que fizeram seus contemporâneos historiadores, (ou melhor não o fizeram, ocultaram os conflitos) como já visto e destacado pelo próprio Maquiavel:

Creio que assim fizeram por acharem que aquelas ações eram tão pouco importantes que as consideraram indignas de entrar para a memória das letras, ou então porque temiam ofender os descendentes daqueles que, naquelas narrativas, se houvesse de caluniar (*Istorie*, Proêmio).

O momento exato, evidenciado por McCormick (2019), em que alguns comentadores defendem modificações na teoria conflitual de Maquiavel, vem a ser na Revolta dos *Ciampi*, iniciada no Livro terceiro, indo do capítulo doze ao vinte e um mais precisamente. Das interpretações discutidas até aqui, das quais

---

<sup>113</sup> A respeito da origem do nome *Ciampi*, encontramos em Zancarini (2004, p. 9/10) um excelente estudo que consideramos válido mencionar em sua integridade: “os eventos de junho a agosto de 1378 são relatados em uma série de crônicas e relatos contemporâneos, publicados por Gino Scaramella, nas *Cronache e memorie sul Tumulto dei Ciampi*, v. XVIII, n. 3,3 das *Rerum italicarum scriptores*, Città di Castello, 1917-1934; este volume inclui, entre outros, a crônica de Alamanno Acciaiuoli (já publicada no século XVIII por Ludovico A. Muratori que havia sido atribuído a Gino Capponi), as adições anônimas a essa crônica, uma favorável aos *Ciampi* dita *dello Squittinatore*, outra de Piero delle Riformagioni e outras histórias anônimas. Outra crônica contemporânea dos fatos é a de Marchionne di Coppo Stefani, editado por Niccolò Rodolico no volume XXX, 1 das *Rerum italicarum scriptores*, Città di Castello, 1903. Para uma bibliografia dos trabalhos modernos sobre o *Tumulto*, bem como uma análise detalhada dos eventos, atores e trabalhos, indicamos o livro de Alessandro Stella, *La Révolte des Ciampi* [Paris, EHESS, 1993]. Sobre o significado do termo *Ciampi*, Robert Paris apresentou uma hipótese muito atraente, resgatando a explicação dada, à época dos acontecimentos, por Marchionne di Coppo Stefani; esse último, relatando que foi um nome dado para as pessoas das classes mais baixas por soldados franceses do Duque de Atenas, considerava que era uma deformação do francês <compère>. Notando, como a maior parte dos comentadores modernos, que é impossível foneticamente que *compar* produza *ciampo*, Robert Paris emitiu, em um artigo da *Revue Médiévales*, a hipótese convincente que se trata de uma denominação originada do francês: segundo ele, os soldados franceses se direcionavam aos *minuti* os chamando de <champi>, ou seja, <nascidos nos campos>, <bastardos>. É, em todo caso, uma denominação muito depreciativa. Quando eles se dão um nome, os *Ciampi* são chamados <o povo de Deus>. Maquiavel, ao contrário de outros historiadores florentinos do século XVI, como Cerretani e Guicciardini, nunca usa o termo *Ciampi* que foi usado por Marchionne di Coppo Stefani ou Alamanno Acciaiuoli (e a maioria dos outros cronistas contemporâneos). Ele usa as categorias tradicionais florentinas, que podem ser encontradas na tradução vulgar de Bruni de Donato Acciaiuoli: *plebe*, *uomini plebei*, *infima plebe*, *popolo minuto*, *moltitudine*. Em geral, não encontramos em sua pena, para descrever os plebeus, os termos abusivos que abundam sob a pena de historiadores do século XV (*bestial popolazzo*, *gente dissoluta e de ogni mala condizione ...*)”.

<sup>114</sup> Segundo Aranovich (2007) “é possível seguir a narrativa [dos oito livros] tendo como fio condutor o alargamento gradual das divisões até o Tumulto dos *Ciampi* (a plebe), no terceiro livro, e seu progressivo estreitamento até as conjurações, no oitavo livro” (*Istorie*, Introdução, p. XXVII).

discordamos em grande medida, mostraremos de forma resumida em três possíveis caracterizações:

Tabela 1: Comparação entre as correntes interpretativas<sup>115</sup>

Sentença	Explicação	Citações recorrentes	Intérpretes
Mudança do desejo: Povo deseja dominar	Natureza humana e homogeneidade dos desejos a partir dos conflitos civis nas <i>Istorie</i> .	“se pode dizer o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados [...] ( <i>Príncipe</i> , XVII) “ele quer ficar sozinho no governo” ( <i>Istorie</i> , III, 1, p. 158).	Sfez, Ames, Del Lucchese
Povo passivo	Não é considerado um sujeito político. É manipulável e facilmente saciável.	“povo deseja não ser comandado” ( <i>Príncipe</i> , IX); “nestes [povo] somente o desejo de não ser dominado” ( <i>Discorsi</i> , I, 5, grifo nosso).	Strauss, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez, Skinner.
Povo quer viver livre (esse livre é interpretado sem as instituições, uma espécie de anarquia)	Por não se deixar dominar pelos grandes e pela guarda da liberdade.	“povo deseja não ser comandado” ( <i>Príncipe</i> , IX); “povo deseja não ser dominado” ( <i>Discorsi</i> , I, 5) “ele quer ficar sozinho no governo” ( <i>Istorie</i> , III, 1, p. 158).	Vatter

Fonte: Elaboração da autora

Observa-se que o mesmo trecho é citado em duas vertentes bem divergentes entre si, sejam elas: povo passivo e povo livre de quaisquer governos. Além de outras tantas passagens das obras de Maquiavel, nos interessamos em demonstrar como uma delas - e aqui ousamos afirmar – é a mais importante, estando presente em suas três principais obras. Esta

<sup>115</sup> Essa tabela foi elaborada a partir de uma síntese das principais vertentes interpretativas do pensamento político de Maquiavel, relacionadas a ideia do lugar que o povo ocupa em sua teoria, bem como o lugar dos conflitos nesse contexto.

passagem pode ser a causa de diferentes interpretações de renomados(as) pesquisadores(as): “o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo” (*Príncipe*, IX, p. 45)<sup>116</sup>. A partir desse trecho, Maquiavel ressignifica suas obras, desenvolvendo a teoria dos humores mais profundamente no Livro primeiro<sup>117</sup> dos *Discorsi*. Atentamos para o fato de que no outro trecho (“povo quer ficar sozinho no governo”) não significa que ele a) tenha modificado seu desejo antes de não comandar para um de comando e b) tampouco ele deseja romper com as vias institucionais<sup>118</sup>. Assim, podemos inferir que o povo deseja não ser *comandado* ou não ser *dominado*, o que é bem diferente de não ser *governado*, denominação essa não utilizada por Maquiavel como sinônima das anteriores, justamente por haverem diferenças semânticas entre si.

É possível sustentar que se o povo quisesse realmente esse domínio - como defende a primeira corrente interpretativa - ele não faria, por exemplo, novas eleições, nem tentaria reordenar Florença com os Bons Homens. Para demonstrar melhor nossa perspectiva de análise dos conflitos civis nas *Istorie Fiorentine*, adentraremos de forma mais detalhada na Revolta dos *Ciampi*. A revolta, instaurada em 1378<sup>119</sup>, teve por motivação principal o descontentamento dos cardadores de lã em relação às precárias condições de trabalho. Não tendo suas demandas ouvidas, esses trabalhadores atearam fogo nas casas dos senhores e se rebelaram contra os poderosos. Aqui têm-se uma equivalência em relação ao fator motivacional que levou os irmãos Graco à reativar a Lei Agrária: a desigualdade, ou seja, a pobreza crescente da plebe em relação ao acúmulo de riquezas da nobreza. Os *Ciampi* possuíam um programa de petições que reivindicava, dentre outras questões, “a concessão aos operários assalariados

---

<sup>116</sup> Op. Cit. *Discorsi*, I, 5.

<sup>117</sup> Capítulos 2 à 5.

<sup>118</sup> Cf. Silva (2018) faz uma crítica sobre essa interpretação dos anti-institucionalistas, detendo-se a analisar a concepção de três deles: Antonio Negri, Miguel Vatter e Filippo Del Lucchese.

<sup>119</sup> Alguns anos antes da revolta: “a partir de 1345, os trabalhadores da lã, os mais atingidos, reclamam o direito de se organizar numa associação corporativa que possa defendê-los. Seu líder é logo detido e condenado à morte, e o movimento se extingue após uma greve importante mas inconsequente. Em 1370, uma nova greve, pelos mesmos motivos, fracassa igualmente. Depois, em 1378, após um duro conflito entre Florença e o papado, que havia provocado uma queda brutal da produção e dos salários, irrompe a grande revolta dos *Ciampi*, logo seguidos pelos trabalhadores e artesãos mais miseráveis. Uma revolta proletária ‘*avant la lettre*’, mas não uma revolução, porque os *ciampi*, novamente visam menos a destruir a hierarquia e apossar-se do poder do que a impor o reconhecimento dos direitos corporativos e políticos que lhes foram recusados até então” (LARIVAILLE, 1988, pp. 201-202).

de um quarto de todos os postos no governo, com amplos poderes” (*Istorie*, III, 12, nota da edição). Em comparação às petições, os irmãos Graco, por meio da Lei Agrária, reivindicavam a redistribuição das terras apropriadas pela nobreza, à plebe.

O caráter da demanda feita pelos Graco é duvidoso no sentido de não se saber ao certo até que ponto eles estariam de fato ao lado do povo ou estariam usando-o a fim de fortalecerem-se na política. Maquiavel não se aprofunda nessa questão, limitando-se a classificá-los como imprudentes na ação, além de não seguirem o ideal de uma república bem-ordenada: de mantê-la rica e em igualdade seus cidadãos (*Discorsi*, I, 37; III, 25), tendo em vista que o contrário a isso é agir por ambição e não por necessidade, ocasionando guerras internas que fogem ao convívio da ordem civil.

Atenta-se, no episódio da revolta, para o discurso de um *ciompo* anônimo que diz o seguinte:

Se tivéssemos de decidir agora se deveríamos pegar as armas, queimar e roubar as casas dos cidadãos, despojar as igrejas, eu seria um daqueles que acharia que é preciso pensar bem, e aprovaria, talvez a decisão de preferir a pobreza tranquila ao ganho perigoso; mas, como já empunhamos armas e muitos males foram feitos, parece-me melhor discutir como não depor as armas e como nos garantir dos males cometidos (*Istorie*, III, 13, p. 184).

O referido discurso é usado como justificativa central na modificação da teoria conflitual do florentino, pois que grande parte desses estudiosos acredita que Maquiavel, “afasta-se dramaticamente de suas escritas anteriores, ao imputar à plebe a indecência e a imoralidade expressadas pelo *ciompi* sem nome, uma indecência e imoralidade que ele anteriormente atribuiu às elites” (MCCORMICK, 2019, p. 374).

Esse fato é considerado um divisor de águas para teóricos que apontam uma suposta virada conservadora de Maquiavel. Mas aqui cabe a pergunta: pode-se mesmo verificar a existência de uma equiparação dos desejos do povo e dos grandes pelo fato de os *Ciompi* rebelarem-se pelo descumprimento de suas demandas não atendidas? Para McCormick, esta seria uma interpretação equivocada, uma vez que, avaliando o discurso em sua íntegra, observa-se que o próprio *ciompo* anônimo, embora encoraje o povo a pegar em armas e

incendiar casas, preocupa-se com a redenção dos feitos, sugerindo que as deliberações tenham duas finalidades:

uma é não sermos castigados pelas coisas que fizemos nos últimos dias; a outra é viver com mais liberdade e mais satisfação do que no passado [...] para sermos perdoados dos erros antigos, precisamos cometer erros novos, duplicando os males, e multiplicando os incêndios e os roubos, e procurando ter nisso muitos companheiros, porque, quando muitos erram, ninguém é castigado (*Istorie*, III, 13, p. 184).

Ora, se o povo desejasse de fato o domínio, por que ele estaria preocupado com o perdão de suas ações perante os nobres? Por que esse povo estaria preocupado com a liberdade? Afinal, desejo de domínio, que até então seria natural da nobreza, não dialoga com o desejo de manter a liberdade. Ames (2014) é um dos intérpretes que faz coro a perspectiva analítica da homogeneidade dos desejos, aceitando a possibilidade de povo desejar o poder. Este autor atribui ao povo a responsabilidade pela ruína da república florentina. Ele afirma que essa admirável igualdade conduzida pelos conflitos não produziu o efeito esperado em Florença porque “faltou no ‘sujeito histórico’ (ou seja, ao povo) a *virtù*” (AMES, 2014, p. 242). O argumento de Ames (2014) para essa questão é que a “maldade” de Florença estaria no conflito negativo (por ser violento e extremo), ao contrário dos conflitos positivos que ocorreram em Roma. Para o autor, o lado positivo do caráter negativo desse conflito em Florença foi a extinção da nobreza, sendo a potência dessa transmitida ao povo. Porém, conclui Ames, que a decadência de Florença se dá a partir do momento em que o povo também perde nessa cidade (em relação ao domínio), porque esse não possui a *virtù* dos príncipes, portanto “o povo ‘herda’ a potência da nobreza ao ficar só após a extinção daquela, mas não herda sua *virtù*. O motivo disso é simples: a *virtù* não tem como ser herdada, precisa ser aprendida” (AMES, 2014, p. 242). Ficamos na dúvida em relação a essa constatação verificada por Ames. Como é possível - dentro do sistema teórico presente nas principais obras de Maquiavel – considerar que o povo deseje o mesmo que os grandes, mas não possuir a mesma *virtù* para sustentar esse desejo? Será, de fato, que o povo não teria a tal *virtù* dos nobres *ou seriam esses que, pela falta dela, governavam para os seus próprios interesses?* Por consequência desses fatos, um clima de



revoltas, descontentamentos e um sentimento de vingança se instalam em Florença, pois o sentido dado por Maquiavel, ao relatar minuciosamente os tumultos, é a imagem de um povo revoltado, injustiçado e prejudicado pela ganância de uma elite que visava somente seus próprios interesses e não ao bem comum da república. A quem de fato faltou a tal *virtù*? Essa *virtù* deve ser requisitada no povo ou nos grandes? Em Roma temos um povo virtuoso onde ele “podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios com os nobres, enchia-se da mesma *virtù* que havia nesses” (*Istorie*, III, 1, p. 158) já o mesmo não ocorre em Florença pois “quando o povo vencia, os nobres ficavam privados das magistraturas e, para reconquistá-las, precisavam não só ser mas também parecer semelhantes ao povo” (*Istorie*, III, 1, p. 158) em seu modo de viver e disso derivavam as modificações dos títulos das famílias que a nobreza fazia para se parecer com o povo “de tal modo que a *virtù* das armas e a generosidade de ânimo que havia na nobreza se extinguia, sem que pudesse reacender-se no povo, no qual não existia” (*Istorie*, III, 1, p. 159) tornando Florença “cada vez mais humilde e abjeta” (*Istorie*, III, 1, p. 159).

Percebemos que a *virtù* encontrada no povo romano não é encontrada no povo florentino, porém a solução defendida por Maquiavel (a qual ele verifica que é raro de acontecer) para o caso de Florença e de outras cidades que “não são bem ordenadas e são administradas com o nome de república” (*Istorie*, IV, 1, p. 221) é um conjunto de medidas que “para a boa fortuna da cidade” (*Istorie*, IV, 1, p. 221), considere “o surgimento de algum cidadão sábio, bom e poderoso, que ordene leis capazes de aquietar os humores dos nobres e do povo ou de impedi-los de agir mal” (*Istorie*, IV, 1, p. 221) sendo

possível considerar livre tal cidade e estável e firme o seu estado; porque, depois de fundado em boas leis e boas ordenações, não necessitará, para manter-se, da *virtù* de um só homem, como os outros. Semelhantes leis e ordenações dotaram muitas repúblicas antigas, cujos estados tiveram vida longa; semelhantes leis faltaram e faltam a todas as repúblicas (*Istorie*, IV, 1, pp. 221-222).

Nesse sentido, entendemos o ponto destacado por Ames (2014) e concordamos que a *virtù* do povo florentino é, de fato, insuficiente. Porém não nos parece válida a interpretação de que a falta da *virtù* popular tenha sido a causa da ruína da república florentina, uma vez que esse fator vem

acompanhado de vários elementos que contribuem fortemente para esse cenário como a ambição, corrupção, inveja, mas principalmente as facções internas. Nas palavras de Maquiavel: “a verdade é que algumas divisões prejudicam as repúblicas, enquanto outras as ajudam: as prejudiciais são as que vêm acompanhadas por facções e partidários” (*Istorie*, VII, 1, p. 422) sendo “as proveitosas são as que se mantêm sem facções e sem partidários” (*Istorie*, VII, 1, p. 422) e conclui afirmando que em relação as amizades de Florença “foram sempre acompanhadas por facções e, por isso, sempre foram danosas” (*Istorie*, VII, 1, p. 423). A leitura de Ames (2014) desconsidera também os fatores que impeliam os populares a reagir (grifo nosso) de forma violenta nas repúblicas: “dos tempos que descrevemos (referindo-se a república florentina) primeiro esgotavam o erário, depois empobreciam o povo e não se garantiam contra os inimigos” (*Istorie*, VI, 1, p. 352, grifo nosso).

Ademais, quando Maquiavel afirma que o povo de Florença “combatia para ficar *sozinho* no governo” (*Istorie*, III, 1, p. 158, grifo nosso), em um primeiro momento é possível aceitar essa perspectiva de que o florentino modificou sua tese. A diferença é que consideramos antes disso, uma observação importante no autor: ele inicia o capítulo três das *Istorie* alertando que: sobre as graves e naturais inimizades existentes entre o povo e os nobres, “causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer” (*Istorie*, III, 1, p. 157), foi o que manteve Roma desunida, assim como Florença, porém “os efeitos gerados em cada uma das cidades foram diferentes” (*Istorie*, III, 1, p. 157), ou seja, o movimento que ocasiona os humores é o mesmo, mas os efeitos por ele produzido é o que se modifica em Florença. Eis o ponto causador de diferentes interpretações. Maquiavel preocupa-se em expor quais foram as diferentes consequências dessas divisões sociais que impossibilitaram o mesmo resultado romano. Ele não demonstra renunciar ou modificar a forma de seu método interpretativo que embasou sua teoria conflitual desenvolvida no livro primeiro, capítulos quatro e cinco dos *Discorsi*, reforçada não só no livro terceiro das *Istorie*, como no Proêmio e em outros momentos da obra.

Seguindo nessa linha interpretativa, os autores que corroboram com essa vertente dos desejos homogêneos em tese alinham-se também à corrente

interpretativa que defende o povo como sujeito “passivo”<sup>120</sup> na política, pois afirmam que esse sujeito vem a ser um corpo sem forma, não assumindo nenhum papel fundamental na engrenagem política que molda a teoria maquiaveliana, negando portanto a missão da guarda da liberdade, atribuída ao povo pelo próprio florentino nos *Discorsi* (I, 5).

Outro autor que vai de encontro à perspectiva desses teóricos que defendem a equiparação dos desejos do povo aos grandes, é Newton Bignotto. O pesquisador considera inútil tentar buscar alguma *virtù* popular semelhante à dos Príncipes:

Os intérpretes que [...] viram no povo apenas uma força passiva, parecem ter deixado de lado uma das dimensões essenciais do ensinamento de Maquiavel. Como observa Lefort, o povo não pode ter o mesmo saber que o príncipe, pois ele só existe em seu conjunto, como uma unidade que revela um dos humores constitutivos da cidade [...]. Isto não implica que o povo não possa manifestar um certo saber, que sua ação não reflita um saber operativo que é essencial para a construção da liberdade [...]. Seus gestos [...] se mostram através das ações de resistência contra a opressão, através da constância na defesa das leis. Mantendo-se fiel a seus desejos, o povo age continuamente contra os príncipes e, portanto, faz de sua ação, de natureza diversa da dos “grandi”, um dos pilares sobre os quais se erige a vida política (BIGNOTTO, 1991, p. 109).

A análise de Bignotto contribui para questionar a teoria de que o povo seria passivo e sem *virtù*, pois o papel que o povo desempenha é de suma importância para a manutenção e a segurança da república. Maquiavel, ao delegar ao povo a função de guardião da liberdade, automaticamente o coloca na função de vigia. Acrescenta-se aqui um trecho de seu escrito não tão conhecido, mas que revela bem a importância desse papel: “não é bom também que os cidadãos que têm o governo [*stato*] nas mãos, não tenham quem os vigie e os façam desistir das obras não boas, cortando deles aquela autoridade que usaram mal” (*Discursus*, 2008, p. 17)<sup>121</sup>. Neste pequeno texto de pouco mais de dez páginas, Maquiavel resume o papel do povo, resgatado amplamente em

---

<sup>120</sup> Autores que se alinham à essa interpretação do povo como sujeito passivo: Strauss, Mansfield, Sasso, Chabod, Sfez, Skinner. Ver: DAL CASTEL, Karen. *O Povo em Maquiavel como Guardiã da Liberdade*, UFPEL, 2013.

<sup>121</sup> Título original: *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices* (Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem). Tradução: Joel César Bonin/Unioeste. Revisão: José Luiz Ames/Unioeste.

suas duas grandes obras, tanto nos *Discorsi* quanto nas *Istorie*: o de vigiar, proteger e salvaguardar a liberdade.

Voltando à Revolta dos *Ciampi*, McCormick (2019) aponta que considerar o discurso do *ciompo* como parte central do argumento dos teóricos que defendem a mutação dos desejos, seria um tanto frágil de ser mantido, uma vez que não avaliaram o todo. O fato de um *ciompo* sem nome levantar-se e discursar em favor das revoltas violentas, não significa que essas foram seguidas. E não o foram. Eis aqui um dos contra-argumentos chave que refutam a visão dos teóricos que defendem a variação dos apetites:

há, portanto, um problema insuperável com qualquer tentativa de usar o *ciompo* anônimo como um representante para essa 'nova' visão de Maquiavel sobre o povo: seus companheiros *ciampi* não seguem seu conselho. Os trabalhadores têxteis, bem como as outras plebes, apesar das exortações do *ciompo*, não usam da violência para reverter a ordem sócio-política da cidade, embora tenham a oportunidade e o poder de fazê-lo (MCCORMICK, 2019, p. 375).

Além disso, pode-se extrair do discurso do *ciompo* estratégias de convencimento dele para com o seu povo, numa tentativa de fazê-los desejar o domínio e o poder, o que é contraditório com a interpretação da corrente que defende a mudança dos humores, posto que se esse desejo de domínio pertencesse também ao povo, ele deveria ser natural e não necessitaria de uma retórica de persuasão. Segundo essa corrente interpretativa, Maquiavel modificaria a sua teoria a partir da forma como descreveu os relatos dos tumultos tanto dos *Ciampi* quanto da Lei Agrária, aceitando a possibilidade de que o desejo de não ser dominado fosse anulado pelo desejo de dominar. Seguindo a lógica teórica dos humores, os desejos são natos, porém essa naturalidade não ocorre com os *Ciampi*.

Assim sendo, o discurso do *ciompo* invalida mais uma vez essa perspectiva, pois demonstra uma necessidade de exortação ao poder por tentativas de convencimento de que aquele é o caminho a ser seguido: “por que ele (o *ciompo*) instrui os plebeus a como agir, se supostamente essas ações deveriam surgir de forma *espontânea*, como ocorre com os seus antagonistas sociais?” (MCCORMICK, 2017, p. 342, grifo nosso), questiona acertadamente McCormick. Percebemos que o argumento da natureza humana está sempre

presente nessa perspectiva da homogeneidade dos desejos e, de fato, em um momento do discurso do *Ciampo*, ele comenta sobre essa suposta mesma natureza, vejamos:

Não deve assustar-vos a antiguidade do sangue que eles nos jogam ao rosto; porque todos os homens tiveram o mesmo princípio e são, por isso, igualmente antigos, e foram feitos de um mesmo modo pela natureza. Fiquemos todos nus, e vereis que somos semelhantes; e se nos vestirmos com as vestes deles, e eles com as nossas, vereis que, sem dúvida, nós pareceremos nobres, e eles, não nobres [*ignobili*]; porque somente a pobreza e a riqueza nos desiguam (*Istorie*, III, 13, p. 185).

McCormick (2017) atenta para o fato de que o *ciampo* demonstra fazer um esforço árduo em uma tentativa de convencimento do povo de que sua natureza é a mesma que a dos nobres, mas que nem o próprio *ciampo* tem certeza da sua real natureza e confere isso no momento em que ele questiona sobre a possível culpa sentida por eles:

Dói-me perceber que muitos de vós vos arrependeis das coisas feitas e quereis vos abster das novas; e, se assim for, não sois os homens que eu achava que éreis; porque nem a consciência nem a infâmia vos deve amedrontar; pois aqueles que vencem o fazem de qualquer modo, e disso nunca trazem vergonha (*Istorie*, III, 13, p. 185).

Assim, percebemos pela arguição do *Ciampi*, a necessidade de convencimento de uma natureza à qual ele precisa lembrar que existe. Se natural fossem esses desejos, o povo não precisaria deles ser lembrado. Consideramos e aqui reforçamos que o desejo do povo não se iguala ao dos nobres, e que o mesmo possui uma importante *virtù* na cidade - não a dos príncipes de comandar - mas a sua própria *virtù* de lutar pela manutenção da liberdade republicana. São variados os mecanismos de resistências populares nas *Istorie*. Recorrem-se a esses movimentos em favor da liberdade no momento em que populares perceberem que suas demandas não estão sendo atendidas ou que seus direitos protegidos pelas leis não estão sendo respeitados. O ato de rebelar-se é um mecanismo de resposta popular à um anseio que não está sendo atendido, um ato político de manifestação do povo, um símbolo de resistência contra os que no poder encontram-se em prol de seus próprios interesses e não do bem

comum. Esses atos podem também ser questionadores do sistema vigente - o que não é o caso das revoltas populares florentinas e nem da Lei Agrária dos Graco em Roma - pois como foi apontado, esses tumultos tinham deliberações que visavam frear o desejo de ambição dos grandes, sem características anárquicas ou que propunham outra forma de sistema político.

Dessa forma, alinham-se à essas ações o papel fundamental que o sujeito povo possui na engrenagem política maquiaveliana: o de guardião da liberdade; e a ideia central de que nos *Discorsi* “Maquiavel multiplica as referências ao povo e manifesta com clareza a confiança de que é nessa parte do corpo social que encontramos a origem da grandeza das repúblicas e sua fonte de renovação” (BIGNOTTO, 2006, p. 188). O pensamento maquiaveliano em relação aos desejos não se modifica nas *Istorie*. O que muda são os resultados das ações populares com o objetivo de recuperar a república florentina, com base nos valores republicanos de liberdade e igualdade política por meio de leis e de seu cumprimento. Não há sequer um ato ao qual se possa atribuir uma reivindicação - mesmo que simbólica - de algum desejo de modificação radical das estruturas de governo florentinas. Pelo contrário, os partidos políticos são mantidos e recuperados, nunca extinguidos.

No segundo momento da Revolta dos *Ciampi*, Maquiavel destaca a atuação de Michele di Lando, cardador de lã, que carregava a insígnia do gonfaloneiro de justiça, a quem o florentino descreve como alguém “descalço e com pouca roupa” (*Istorie*, III, 16, p. 192) que questionou à multidão: “este Palácio é vosso, e esta cidade está nas vossas mãos. Que achais melhor fazer agora?” (*Istorie*, III, 16, p. 192). O povo o queria como gonfaloneiro e senhor, para assim governar a cidade. Michele aceitou a Senhoria, “decidiu apaziguar a cidade e pôr fim aos tumultos” (*Istorie*, III, 16, p. 193). Michele inicia as reformas da cidade destituindo os representantes das Artes, nomeando outros. Ergueu uma força na Praça para impor medo a todos. Convocou uma reunião dos representantes das Artes e nomeou a Senhoria. Os plebeus acharam que Michele havia favorecido demais os populares maiores “e que eles próprios não tinham no governo tanta participação” (*Istorie*, III, 17, p. 194) e novamente pegaram em armas, gerando mais um tumulto.

Michele censurou as reivindicações e pediu que depusessem as armas. A multidão indignada reuniu-se e ordenou em seu próprio meio oito chefes, “com

ministros e outras ordenações, que lhe conferiram reputação e respeito: de tal modo que a cidade tinha duas sedes e era governada por dois diversos príncipes” (*Istorie*, III, 17, p. 194). Assim, destituíram Michele di Lando e *messer* Salvestro de’Medici do poder. Michele “não conseguiu suportar tanta arrogância e, lembrando-se mais do cargo que ocupava que da sua condição ínfima” (*Istorie*, III, 17, p. 195) feriu gravemente dois representantes da Senhoria do povo que foram ao palácio para validar as deliberações que eles haviam definido. Sobre esse momento, pode-se indagar por que Michele não reafirmou seu compromisso com os *ciompi*, uma vez que, “ele poderia ter atenuado os temores da plebe sobre o poder e a influência dos nobres populares, aceitando a proposta de reforma plebeia e permitindo que o tribunal vetasse a autoridade sobre as decisões da Signoria” (MCCORMICK, 2016, p. 10). Percebe-se aí uma grande falha do gonfaloneiro, que poderia ter posto um fim aos tumultos daqueles que o colocaram no governo.

A multidão irou-se com a atitude de Michele e “com tumulto e furor saiu de armas em punho” (*Istorie*, III, 17, p. 195). Michele venceu a plebe e Maquiavel elogiou seus feitos: “apenas graças à *virtù* do gonfaloneiro. Este, em ânimo, prudência e bondade, superou naquele tempo qualquer outro cidadão, merecendo ser contado entre os poucos que beneficiaram sua pátria” (*Istorie*, III, 17, p. 196), - elogio que Maquiavel não faz à Tibério e Caio Graco. Porém, as divisões e os descontentamentos continuaram e os homens armados fizeram um tumulto para que a Senhoria retirasse dois “de condição tão humilde e desprezível” (*Istorie*, III, 18, p. 196) do mandato. Assim, a Arte do povo miúdo foi anulada e os que a ela pertenciam, não poderiam mais ocupar cargo algum, exceto Michele di Lando e mais alguns “de melhor qualidade” (*Istorie*, III, 18, p. 197).

A república foi tirada da plebe miúda, porém, “os artífices de menor qualidade ficaram mais poderosos que os populares nobres; e estes tiveram de ceder porque, para privar o povo miúdo dos favores das Artes, precisavam favorecê-las” (*Istorie*, III, 18, p. 197), portanto o que Maquiavel julgou que “traria tranquilidade a cidade” (*Istorie*, III, 18, p. 197), na verdade conduziu Florença a divisões mais acirradas entre os populares nobres e os artífices menores. Assim, “a grande maioria da plebe que Michele tinha emancipado pela primeira vez na história da república estaria, novamente, e agora permanentemente excluída do

governo de Florença” (MCCORMICK, 2016, p. 10). Quanto a isso especula-se que Michele tenha sido cúmplice da extinção da Arte do povo miúdo, tendo em vista que ele não fora proibido de assumir cargos públicos. Essa hipótese parece ter fundamento, ao passo que, pela descrição de Maquiavel, Michele não fez nada para impedir que o povo miúdo (o povo ao qual ele pertencia) perdesse sua Arte.

Michele, que até então foi exaltado por Maquiavel como um exemplo de governante, não foi mencionado na lista dos quase-príncipes<sup>122</sup> que o florentino descreve. Assim, o nome de Michele di Lando caiu no esquecimento pois seu mandato de gonfaloneiro havia acabado e sua base de poder entre os plebeus enfraqueceu-se pois eles estavam dispersos e desarmados, tornando a figura de Michele irrelevante. “Quaisquer que sejam as suas motivações, a eliminação do poder da plebe, mostra Maquiavel, resulta definitivamente na evaporação do próprio Michele” (MCCORMICK, 2016, p. 11). O importante episódio de Michele di Lando demonstra que suas ações, a princípio elogiadas por Maquiavel, perderam-se no momento em que a Arte do povo miúdo foi retirada da representação de Florença. Após isso, o florentino relata inúmeros casos de tumultos violentos ao longo de mais três anos, pois que

havendo muitos descontentes dentro e fora da cidade, os que governavam viviam em meio a grandes suspeitas: os descontentes de dentro todos os dias tentavam – ou achava-se que tentavam - coisas novas; os de fora, não sendo freados pelo temor, semeavam distúrbios ora por meio deste príncipe, ora daquela república, ora neste, ora naquele lugar (*Istorie*, III, 18, p. 198).

Apesar de Maquiavel demonstrar grande repulsa em relação às facções florentinas e aos tumultos que essas acabavam gerando, alguns comentadores como Del Lucchese (2009), acreditam que Maquiavel faz desses conflitos, uma relação positiva sobre como Florença lidou com as crises:

o que muda é a relação entre virtude e crise. O poder de Roma, alimentado por sua virtude e pelo modelo conflitual positivo de acordo com a descrição dada nos Discursos, entra em crise com a introdução da lei agrária. A crise diminui a virtude e anula o poder. Nas Histórias, em contraste, a crise em algum sentido

---

<sup>122</sup> “messer Giorgio Scali, messer Benedetto Alberti, messer Salvestro de’ Medici e messer Tommaso Strozzi, estes tornaram quase que príncipes da cidade” (*Istorie*, III, 18, p. 197).



torna-se o motor da história de Florença (DEL LUCCHESI, 2009, p. 95).

Não consideramos que essa perspectiva de leitura dos conflitos, a partir de uma ideia de crise em *História de Florença*, evidencie que tais conflitos trouxeram algum benefício à cidade. Ao contrário, como já mencionado anteriormente<sup>123</sup>, Maquiavel aponta que os efeitos das divisões sociais e dos tumultos geraram o seguinte cenário:

as inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a virtù militar, enquanto as de Florença a extinguiram totalmente (*Istorie*, III, 1, p. 157).

A análise dos conflitos sociais pautadas pela ideia de crise como quer Del Lucchese (2009) é também refutada por McCormick (2019). Como já podemos perceber, com o resultado da Revolta dos *Ciampi*, não houveram alterações significativas na resolução das divisões sociais da cidade. Assim, contra o argumento de Del Lucchese (2009), de que ao analisar Florença Maquiavel teria modificado sua percepção de crise, ergue-se o caso da Revolta dos *Ciampi*. Esta, que seria um exemplo de superação da decadência, não trouxe benefícios, pelo contrário, acirrou os ânimos dos populares contra os que tinham mais poderes. Essas são as características das revoltas populares nas *Istorie*, e Maquiavel mostra com as descrições dos tumultos que “a plebe não deseja nem ‘mal’ para toda a república nem toda a sua ‘usurpação’ tornando-se indiscretos ‘príncipes da cidade’” (MCCORMICK, 2017, p. 344), mas sim “um resultado político acessível a todos na cidade, inclusive a si mesmos e aos seus mais duros adversários” (MCCORMICK, 2017, p. 344).

Ademais, percebe-se que o esforço desses comentadores em encontrar transformações no pensamento maquiaveliano a partir das *Istorie*, ou mesmo inserir interpretações baseadas em alguns fatos, sem atentar para os detalhes, é bastante impreciso. Para McCormick (2017), Maquiavel não declara que modifica seu pensamento em relação aos principados e repúblicas. O florentino

---

<sup>123</sup> Na Introdução.

não chega a rever a forma como ele pensa “os príncipes, os fundadores, reformadores, e os magistrados, em especial, como eles deveriam se comportar e agir em relação aos nobres e ao povo diante dos principados e repúblicas” (MCCORMICK, 2017, p. 349), não havendo até então, nenhuma razão para assumir que Maquiavel tinha esquecido ou abandonado “os princípios políticos que ele estabeleceu em seus trabalhos anteriores” (MCCORMICK, 2017, p. 349).

### 3.4 REVOLTA DOS *CIOMPI* E LEI AGRÁRIA: UMA INTERPRETAÇÃO

Conforme visto, de todos os acontecimentos relatados por Maquiavel em suas principais obras, observamos, a partir das leituras na fonte e também dos comentadores que existem dois fatos peculiares importantes para explicar o conjunto teórico que compõe as variações dos conflitos civis em Maquiavel: a Lei Agrária<sup>124</sup> apresentada no capítulo trinta e sete do Livro primeiro dos *Discorsi* e a Revolta dos *Ciampi*, iniciada no capítulo doze do Livro terceiro das *Istorie*, recentemente analisada na pesquisa. A primeira, conforme visto anteriormente, foi proposta pelos irmãos Caio e Tibério Graco visando à distribuição de terras concentradas nas mãos dos patrícios. Foi ela a causa da durabilidade do conflito positivo em Roma (*Discorsi*, I, 37). A segunda foi o grande motivo de discórdia e descontentamento do povo menos favorecido o “*popolo minuto*”. O tumulto (ou revolta) dos *Ciampi*, foi talvez a rebelião que mais tenha prejudicado a república florentina, pois antes dela já haviam ocorrido outras revoltas cometidas pela plebe (grupo compreendido pelo povo miúdo) desgastando a cidade. Conforme pode-se observar:

A maior parte dos incêndios e dos roubos ocorridos nos dias recentes havia sido cometida pela ínfima plebe da cidade; e aqueles que se tinham mostrado mais audazes temiam ser punidos, depois de apaziguadas e ajustadas as maiores desavenças, e, como sempre acontece, ser abandonados por aqueles que os haviam instigado às malfetorias. A isso se somava o ódio que o povo miúdo nutria pelos cidadãos ricos e pelos príncipes das Artes, por não lhes parecer que eram pagos por seu trabalho conforme acreditavam merecer por justiça (*Istorie*, III, 12, p. 182).

---

<sup>124</sup> Desenvolvida no capítulo 2, será aqui trabalhada em um sentido comparativo referente à Revolta dos *Ciampi*.

Percebemos que o Tumulto dos *Ciampi* parece ser um divisor de águas na teoria conflitual de Maquiavel, denotando um reconhecimento de que nesse momento da história florentina ele não reconhece mais o povo como a parte do corpo político que deseja o não domínio, como nos *Discorsi*. Vale ressaltar que fazem parte da estrutura a qual Maquiavel recorre para escrever *História de Florença*, os discursos dos personagens que fariam parte dos eventos ali descritos. Há divergências se essas falas de fato são verídicas ou se são fictícias e ainda, se Maquiavel utilizou-se de uma terceira fala, um pseudônimo por meio desses relatos, para dizer de forma anônima o que ele mesmo pensava, conforme Aranovich (2007):

A trajetória desses discursos revela a imagem da cidade em sua forma mais pungente pela encenação do embate entre o desejo de liberdade do povo florentino e sua incapacidade de atingi-la. Mesmo alguns breves comentários sobre parte desses discursos podem fornecer uma amostra dessa trajetória, dada a intensidade com que neles esse embate se manifesta (pp. XXIX-XXX).

Vale trazer aqui um exemplo dessas falas que *a priori* não são de Maquiavel, mas de um cidadão descontente que fala à uma multidão:

Muitos cidadãos, movidos pelo amor à pátria, reuniram-se em San Piero e [...] foram ter com os Senhores, aos quais um deles, de maior autoridade, falou deste modo: “[...] os homens nocivos são louvados como industriosos, enquanto os bons são tachados de tolos. [...] nas cidades da Itália reúne-se tudo aquilo que pode ser corrompido e pode corromper: os jovens estão ociosos, os velhos são lascivos, e todos os sexos, em todas as idades, estão cheios de maus costumes; e nada disso remedia as boas leis, por serem estragadas pelos maus costumes. Daí provém a ganância que se vê nos cidadãos, bem como o apetite, não de verdadeira glória, mas de infamantes honras, e disso decorrem ódios, inimizades, desavenças, facções; [...] Porque o prêmio da vitória que desejam não é a glória de terem libertado a cidade, mas a satisfação de terem vencido os outros e usurpado o principado dela (*Istorie*, III, 5, p. 168).

Esses discursos possuem a característica de serem extensos e profundos, estando imbuídos de valores e ideias que reivindicam a liberdade republicana para salvar a ruína da república florentina.

O Tumulto dos *Ciampi* pode ser relacionado, segundo Gisela Bock (1990) como um contraponto envolvendo as disputas em torno da reforma agrária. A autora se vale de alguns aspectos para definir essa possível linha interpretativa:

passagem da luta política para a econômica; transformação da discórdia civil em guerra civil; recurso aos meios privados em substituição aos públicos; emergência de líderes individuais de ambos os lados em confronto e a conseqüente emergência de um poder único – César em Roma, Cosimo em Florença (BOCK, 1990, p. 193).

Nesse sentido, entendemos que a dinâmica elaborada por Bock é válida, mas não enxergamos que os tumultos ocorridos ao redor da Lei Agrária sejam de todo opostos à Revolta dos *Ciampi*. A luta não é somente uma passagem da motivação política para a econômica, mas sim política, social e econômica. Outrossim, como já vimos no capítulo dois da presente pesquisa, na Lei Agrária não teve só discórdias civis, como quer Bock e sim, “conflito armado” (*Discorsi*, I, 37, p. 115) e “derramamento de sangue” (*ibidem*). Assim como no Tumulto dos *Ciampi* “deliberaram empunhar armas depois que tivessem mais companheiros a seguirem sua vontade” (*Istorie*, III, 13, p. 187). Consideramos a existência de pontos em comum em ambas revoltas, porém encontramos mais similaridades do que contrapontos nos dois grandes conflitos, aos quais Maquiavel dá um peso igual, tanto a Lei Agrária, nos *Discorsi*, quanto a Revolta dos *Ciampi*, nas *Istorie*.

Em suma, Maquiavel acredita que são as dissensões universais de Florença que devem ser postas no centro da reflexão. Em Roma o conflito é positivo ou negativo. Em Florença ele se desdobra em várias formas. Em Roma, havia a clássica divisão entre a nobreza e a plebe, ou seja, aquele que é povo, não pertence aos grandes e vice-versa. Em Florença as divisões sociais eram subdivididas: “primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre os nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe” (*Istorie*, Proêmio).

Nota-se a presença de dois acontecimentos que são importantes para explicar a ideia dos conflitos civis: a Lei Agrária nos *Discorsi* e a Revolta dos *Ciampi* em *História de Florença*. Recapitulando aqui, a primeira foi proposta pelos irmãos Caio e Tibério Graco visando à distribuição de terras concentradas nas mãos dos patrícios. Foi a causa da durabilidade do conflito positivo em Roma

(*Discorsi*, I, 37). A segunda foi o grande motivo de discórdia e descontentamento do povo menos favorecido, o “*popolo minuto*” florentino.

Não obstante, conclui-se que, apesar dos tumultos, a teoria do conflito em Maquiavel permanece intacta nas *Istorie*, sem mudanças substantivas em relação a teoria de base mobilizada nos *Discorsi*, incorporando os desejos naturalmente heterogêneos, antagônicos, dissimétricos e imutáveis. A diferença entre as duas obras é uma mudança em seu objeto de análise. Em Roma se têm todo um contexto favorável ao crescimento de uma república. Já Florença é uma cidade corrompida, levando o povo a se rebelar por perceber que a ambição dos que ali governam estaria comprometendo os seus direitos, as suas garantias e a sua participação nas decisões públicas. Nesse sentido, o sujeito povo sente-se coagido e injustiçado por observar o que os governantes fazem com o poder que lhes foi dado. O povo revolta-se e, diferente de Roma, onde as revoltas findavam em leis, em Florença instaura-se uma onda de caos, violência, ódio e vingança por parte do povo e muita ganância por parte dos grandes.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do conflito acompanhou a pesquisa durante todo o seu percurso, de modo que entendemos ser grande o desafio de trabalhar com Maquiavel, abraçando suas três obras grandiosas que formam um arcabouço teórico rico em muitos detalhes. Ainda, no andar da pesquisa, tivemos o cuidado de acolher alguns dos renomados intérpretes de Maquiavel, buscando canalizar suas divergentes interpretações sobre os conceitos de liberdade, república e conflito no pensador. Sabemos que a temática está longe de se esgotar, mas esperamos que o esforço feito aqui contribua em alguma medida para estimular a pesquisa teórica sobre o pensamento político maquiaveliano no Brasil.

Em toda a pesquisa trabalhamos com a ideia de que o núcleo da tese do conflito maquiaveliano está atrelado aos desejos antagônicos dos sujeitos povo e grandes (*Discorsi*, I, 4), observados no auge da república romana. Dessa forma, entende-se que, em Maquiavel, esses humores são *incompatíveis*, dada a necessidade de se manter a liberdade republicana, pois um desejo não pode se igualar ao outro. Reiteramos aqui o conjunto de adjetivos que formam o tecido dos desejos, construídos no capítulo dois desta tese. Assim eles se apresentam como: *heterogêneos*, posto que possuem desejos diferentes; *assimétricos*, porque são opostos e desarmônicos; *imutáveis*, porque não há como se modificarem; *intransponíveis*, porque não podem se transpor um ao desejo do outro; *instáveis*, dado estarem sempre em movimento; *inevitáveis*, porque são da natureza das cidades; e *inelimináveis*, porque a intenção não é eliminar os conflitos em um futuro distante. Maquiavel não tece sua teoria conflitual com a intenção de prever um “depois” dessa desunião entre povo e grandes, como se em algum momento estivesse previsto algum tipo de dissolução desses conflitos. A tese do secretário florentino é justamente enaltecer as discórdias civis que não necessitam de um antes e um depois, porque

o processo de diferenciação entre o povo e os grandes já ocorreu, onde seus humores já estão constituídos. O conflito civil, na sua obra, não tem origem nem causa atribuível: ele sempre esteve ali, desde o princípio (GAILLE-NIKODIMOV, 2004a, p. 25).

Nesse entendimento, os conflitos civis são condenáveis por Maquiavel na medida em que acarretam o caos interno e colocam os cidadãos contra eles mesmos, enfraquecendo a cidade interna e externamente. Entendemos que a forma como ocorreram os tumultos da Lei Agrária, foi um exemplo a não ser seguido, dado que tentar eliminar a desordem aplicando uma lei do passado ao contexto presente, como fizeram os irmãos Graco, “não é de bom alvitre” (*Discursos*, I, 37, p. 116). Ainda, apesar de Maquiavel elogiar a intenção dos irmãos, ele não leva em consideração as suas motivações reais para levantar tal lei: se estavam de fato buscando igualdade material por meio da distribuição de terras ao povo ou se desejavam obter o apoio popular para perpetuarem-se no poder. Em todo caso, as leis agrárias contribuíram por trezentos anos para conter o desejo dos grandes de dominar, desejo esse que, alimentado pela ganância de riqueza e poder, foi a causa plena da ruína da república romana.

Com o Tumulto dos *Ciampi*, houve o mesmo contexto motivador da Lei Agrária: a extrema miséria em específico do *popolo minuto*, bem como sua exclusão dos direitos políticos nas Artes, equivale às reivindicações dos irmãos Graco em relação ao enriquecimento desigual dos nobres apropriando-se das terras públicas. Considera-se também que houve uma mudança de foco nas lutas antes políticas para uma motivação mais socioeconômica, ocasionada pelo acúmulo de riquezas por parte da nobreza, tendo por consequência o aumento da extrema pobreza, prejudicial às repúblicas. Também a discórdia civil transformada em guerra civil é presente em ambos os tumultos, e por fim, como sugere BOCK (1990), a necessidade de líderes em ambos os lados dos confrontos demonstra ser uma observação relevante para os rumos dos tumultos, que poderiam ter sido sanados se os líderes dos movimentos tivessem sido mais prudentes e conquistado verdadeiramente o apoio popular, o que não ocorreu pois “são freqüentes os enganos, como os dos Graco em Roma e os de *messer Giorgio Scali* em Florença” (*Príncipe*, IX, p. 48) uma vez que esses líderes não souberam conduzir seus atos para o de

um príncipe que se apoie no povo, que possa comandar e seja um homem de coragem, que não se deixe abater na adversidade nem negligencie outras preparações, que com seu ânimo e suas ordenações dê ânimo ao povo [*universale*], ele jamais se encontrará enganado pelo povo e verá que lançou bons fundamentos (*Príncipe*, IX, p. 48).



Infere-se que os tumultos, embora prejudiciais para a boa ordenação das repúblicas, são mecanismos extraordinários que devem ser evitados, porém na medida em que aumenta a desigualdade econômica e social entre os nobres e a plebe, aumenta também a probabilidade de ressurgirem os tumultos violentos. Assim, os apetites devem permanecer opostos e controlados por mecanismos institucionais (leis) para que sejam canalizados e mantenham-se em uma constância, para evitar a incitação dos meios extraordinários. Maquiavel, por meio dos exemplos de tumultos e do que esses ocasionaram tanto em Roma quanto em Florença, aponta os mesmos caminhos para se preservar aquilo que seria para ele um bom governo republicano: igualdade social e política, boas leis que proporcionem a participação popular, bem como bons governantes que saibam fazer reformas visando ao bem comum, e não aos seus próprios interesses.

Observa-se também que, no Tumulto dos *Ciompi*, o povo que ali é protagonista da revolta não deseja o domínio, posto que os humores característicos deles e das elites permanecem opostos; são principalmente os modos e ordens institucionais através dos quais são canalizados, que diferem de maneira substantiva. Assim, as demandas populares nas *Istorie* são tentativas de conduzir a cidade para o bem e a conservação da forma republicana de governar.

Por fim, não há evidências nas *Istorie* que indiquem intenções populares de se rebelar contra o sistema que foi instituído, onde o povo pediria, por exemplo, o fim dos partidos políticos. O que existe são manifestações em prol dos direitos políticos da plebe enquanto cidadãos, exigindo maior participação política no governo. O povo florentino usa de modos extraordinários não porque queira tomar o poder, e sim porque não vê alternativa de terem suas demandas atendidas, a não ser pelo temor que causam nos nobres.

O desejo de dominar sugerido ao povo tanto na Lei Agrária quanto na Revolta dos *Ciompi*, se verídico fosse, viria acompanhado de violência sem as deliberações que eles propunham, e sim com imposições naturais de quem desejaria tomar o poder. A liberdade lidera o povo<sup>125</sup>, liberdade essa que só faz

---

<sup>125</sup> Expressão baseada no título da pintura “La Liberté guidant le Peuple” de Eugène Delacroix (1830).

sentido nos valores republicanos. Toda vez que forças internas ou externas tentarem suprimi-la, ocorrerão os nefastos tumultos que poderiam ser evitados não fosse o desejo dos homens em estimarem “mais o patrimônio que as honras” (*Discorsi*, I, 37, p. 116), em desejarem “o que não podem alcançar” (*Istorie*, II, 31, p. 127).

Com isso em mente, desenvolvemos nossa pesquisa dentro de uma perspectiva que reforça o papel do povo na garantia da segurança, da igualdade política e da durabilidade da república. Procuramos mostrar neste estudo que a figura do povo deve ser lida como sujeito político observador, fiscalizador e reagente da ambição dos grandes. Nesse sentido, ele não pode ser considerado passivo ou desejoso de poder na teoria política maquiaveliana, justamente por possuir a missão de proteger a liberdade contra a servidão. No momento em que as leis não estão sendo aplicadas corretamente, ele se torna um agente reativo da avidez demasiada dos grandes obstinados por mais poder político e enriquecimento material, isso porque considerando essa situação causadora dos tumultos “no mais das vezes estes são causados por aqueles que mais possuem” (*Discorsi*, I, 4, p. 26). Conforme Maquiavel,

há muitos cujo comportamento incorreto e *ambicioso* acende no peito de quem nada possui o desejo de possuir, seja para *vingar-se* dos que possuem, espoliando-os, seja para poderem entrar na posse das riquezas e das honrarias que *percebem estar sendo mal empregadas* pelos outros (*Discorsi*, I, 4, p. 26, grifos nossos).

Percebemos nesse trecho que o real motivo da eclosão dos conflitos extraordinários não é o desejo do povo igualar-se ao dos grandes, tampouco é sua suposta passividade. As motivações estão evidenciadas em suas principais obras, acentuadas na característica do desejo dos nobres pelo poder exagerado, sendo refreados pelo povo e pela plebe, essa última no caso da Revolta dos *Ciampi*. A forma como se desencadeiam os efeitos dos conflitos perniciosos em Florença, é a chave de leitura metodológica a qual nos mantemos firmes em todo o percurso da pesquisa. Tivemos o cuidado de verificar nas fontes primárias se em algum momento Maquiavel deixa subentendido algo que pudesse invalidar a nossa hipótese principal, e, acompanhamos a conclusão de McCormick (2017) de que Maquiavel, de fato, não declara em seus escritos que

mudou seu pensamento em relação ao bom funcionamento de principados e repúblicas. Tampouco que ele teria reconceituado os modos como príncipes, fundadores, reformadores e magistrados devem se comportar. McCormick (2017) avalia que, nas *Istorie*,

não há razão para considerar que Maquiavel tenha esquecido ou abandonado os princípios políticos que ele expôs em seus trabalhos anteriores. É, na verdade, um erro profundo ler as *Histórias Florentinas* como se ele tivesse” (p. 349).

Percebemos um só momento em que o próprio secretário florentino menciona sobre ter ocorrido alguma possível mudança em seus posicionamentos anteriores (aqui ele se refere à *Discorsi*, I, 4), no capítulo trinta e sete do livro primeiro dos *Discorsi*, sobre o tumulto ocasionado pela Lei Agrária, ele diz o seguinte:

embora tivéssemos mostrado alhures como as inimizades, em Roma, entre o senado e a plebe mantiveram a cidade livre, visto que delas nasciam leis favoráveis à liberdade, *parecendo, pois, desconforme com tal conclusão o resultado dessa lei agrária, digo que nem por isso renuncio a tal opinião*: porque é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por várias vias e de vários modos numa cidade, logo a levará à ruína” (*Discorsi*, I, 37, p. 116, grifos nossos).

Inferimos a partir desse trecho que Maquiavel, no momento em que escreve sobre as leis agrárias, no mínimo se questionou sobre o que havia escrito anteriormente, pois, pareceu estar “desconforme com tal conclusão” (*ibidem*), mas “nem por isso” (*ibidem*) renunciou sua tese: pois “é tão grande a ambição dos grandes” (*ibidem*) que não sofrendo oposição, logo levará a ruína da república. Isso posto, tivemos por propósito demonstrar que não há indícios de que Maquiavel possa ter modificado suas interpretações, e, nesse sentido, procuramos evidenciar que Maquiavel é um promotor da vida livre, sob a égide das leis e ordenações, aceita a inevitabilidade dos conflitos e que, a partir deles, enuncia a defesa dos mesmos para o bom convívio humano.

Assim, podemos afirmar que nossas hipóteses se confirmam a partir da metodologia que utilizamos a fim de acompanhar todo o movimento teórico que Maquiavel desenvolve desde os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* à *História de Florença*. E nesse movimento está imbricado todo o seu contexto

histórico, político e social, pois consideramos o entendimento desse cenário como integrante de seu pensamento político. Enfatizamos, ainda, que as categorias mobilizadas em sua teoria conflitual são fundamentadas principalmente dentro da perspectiva política, mas também encontramos elementos sociológicos e econômicos no enredo dos conflitos, posto estarem enfatizadas inúmeras categorias sociais dentro do sujeito político povo. Maquiavel dá espaço a esses grupos diferenciados pelas classes trabalhadoras da época. E mencionar classe aqui não implica enquadrar nossa pesquisa em um viés marxista. Isso porque entendemos que a leitura dos conflitos, por uma perspectiva de luta de classes, não encontra eco nas leituras do secretário florentino, uma vez que Maquiavel não prevê uma “ditadura do proletariado” ou, um povo que se autogoverna, como querem os anti-institucionalistas.

Os tumultos, provocados pelos grandes ambiciosos, geram no povo o sentimento de injustiça política, motivado por seu alijamento das decisões públicas e por seu sentimento de inferioridade socioeconômica. Também contribui a percepção do bem comum conspurcado pelos grandes. Maquiavel evidencia isso no caso de Florença, ao destacar que os populares manifestavam seu ódio “pelos cidadãos ricos e príncipes das Artes, por não lhes parecer que eram pagos por seu trabalho conforme acreditavam merecer por *justiça*” (*Istorie*, III, 12, p. 182). Daí encherem-se de ira e, orientados pelo “raivoso furor” (*Istorie*, II, 37, p. 147) e pela ameaça iminente dos grandes, desejam só duas coisas: “vingar-se dos que lhe acarretam a *servidão*” (*Discorsi*, I, 16, p. 67, grifo nosso) e “recobrar a liberdade” (*Discorsi*, I, 16, p. 67).

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias (obras de Nicolau Maquiavel):

MACHIAVELLI, Niccolò. **Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie**. A cura di Alessandro Capata. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio**. Letteratura italiana Einaudi, s/d (versão online). Edição de referência: *Tutte Le opere*, a cura di Mario Martelli, Sansoni: Firenze, 1971.

MACHIAVELLI, Niccolò. Della ambizione. *In*: Machiavelli, Niccolò. **Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie**. A cura di Alessandro Capata. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998.

MACHIAVELLI, Niccolò. Strambotti. *In*: Machiavelli, Niccolò. **Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie**. A cura di Alessandro Capata. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Introdução de Newton Bignotto. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. Introdução de Patrícia Aranovich. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A vida de Castruccio Castracani de Lucca**. *In*: História de Florença. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. [Edição bilíngüe] Tradução e introdução de José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Prefácio de Raymond Aron. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da guerra**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discurso sobre as coisas florentinas depois da morte de Lourenço Medici o jovem**. Tradução Joel César Bonin. Revisão José Luiz Ames. Tempo da Ciência v. 15, n. 30, pp. 9-27. Toledo: UNIOESTE, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**. Introdução, tradução e notas: Helton Adverse e Gabriel Pancera. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

### Cartas de Maquiavel:

*Niccolò Machiavelli a Francesco Vettori*. Firenze, 10 de dezembro de 1513. In: MACHIAVELLI, Niccolò. **Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie**. A cura di Alessandro Capata. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998.

*Niccolò Machiavelli a Francesco Guicciardini*, Carpi, 17 de maio de 1521. In: MACHIAVELLI, Niccolò. **Tutte le opere: storiche, politiche e letterarie**. A cura di Alessandro Capata. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1998.

### Referências secundárias:

**A comunidade reza e canta**. Prefácio de Jayme Henrique Chemello. Diocese de Pelotas, 4. ed. do Jubileu, 2000.

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Trans/Form/Ação**, v. 30, n. 2, pp. 33-52, São Paulo, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ALEXANDER, Jeffrey. **A importância dos clássicos**. In: GIDDENS, Anthony. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, pp. 23-90, 1996.

ALVISI, Edoardo (Colab.). Introdução. In: MACHIAVELLI, Niccolò. **Lettere familiari**. Firenze: G. C. Sansoni, 1883. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6780>. Acesso em: 04 fev. 2020.

AMES, José Luiz. **Maquiavel: A Lógica da Ação Política**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

AMES, José Luiz. Liberdade e conflito – o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.1, n° 119, jun/2009, pp.179-196, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2009000100009&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2009000100009&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 jul. 2014.

AMES, José Luiz. Transformações do significado de conflito na “História de Florença” de Maquiavel. **Kriterion**, v.55, n.129; Belo Horizonte, Jan/Jun 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2014000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100015). Acesso em: 10 abr. 2016.

AMES, José Luiz. Republicanismo conflitual e agonismo democrático pluralista: um diálogo entre Maquiavel e Chantal Mouffe. **Princípios - Revista de Filosofia**, Natal, v. 19, n. 31, pp. 209 – 234, 2012. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4064869>. Acesso em: 11 fev. 2015.

ARAÚJO, Cícero Resende de. **A forma da república: da constituição mista ao Estado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

- ARANOVICH, Patrícia. Introdução. *In*: MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. Tradução Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução e notas: Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- BERGÈS, Michel. **Machiavel, un penseur masqué?** Bruxelles: Éditions Complexe, 2000.
- BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- BERLIN, Isaiah. **A originalidade de Maquiavel**. *In*: estudos sobre a humanidade – Uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- BEVIR, Mark. The Text as a Historical Object. **Finnish Yearbook of Political Thought**, v. 4, n. 1, pp. 201–222, 2000. DOI: <http://doi.org/10.7227/R.4.1.10>  
Disponível em: <https://journal-re-descriptions.org/articles/abstract/10.7227/R.4.1.10/>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- BEVIR, Mark. **A Lógica da História das Ideias**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: EDUSC, 2008.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.
- BIGNOTTO, Newton. **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BIGNOTTO, Newton. **Republicanismo e Realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BIRD, Colin. **Introdução à Filosofia Política**. São Paulo: Madras, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Sérgio Bath. 10. ed. Brasília: UnB, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- BOCK, Gisela. **Civil discord in Machiavelli's Istorie Fiorentine**. *In*: G. Bock, Q. Skinner, M. Viroli. Machiavelli and Republicanism. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 181-200, 1990.
- BRUNI, Leonardo. **History of the Florentine people**. Editado e traduzido por James Hankins. v. 1, I-IV, Londres: Harvard University Press, 2001.

BRUNI, Leonardo. Elogio da cidade de Florença (*Laudatio Florentinae Urbis*). Tradução, revisão e notas por Alexander de Carvalho e Fabrina Magalhães Pinto. **MORUS – Utopia e Renascimento**, v.11, n. 2, 2016.

BUTTERS, Humfrey. **Machiavelli and the Medici**. In: NAJEMY, John. *The Cambridge Companion to Machiavelli*. New York: Cambridge University Press, 2010.

CAMBIANO, Giuseppe. **Polis. Um modello per la cultura europea**. Bari: Laterza, 2000.

CAVALCANTI, GIOVANNI. Tratado político-moral. In: PEDULLÀ, Gabriele. **Machiavelli in Tumult: the discourses on Livy and the origins of political conflictualism**. New York: Cambridge University Press, 2018.

CARDOSO, Sérgio. Em direção ao núcleo da ‘obra Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações. **Discurso – Revista do Departamento de Filosofia USP**, São Paulo, v. 45, n. 2, 2015.

CARDOSO, Sérgio. Maquiavel: lições das Histórias Florentinas. **Discurso, – Revista do Departamento de Filosofia USP**, São Paulo, v. 48, n. 1, pp. 121–154, 2018.

CHABOD, Federico. **Escritos sobre Maquiavelo**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

CHEVALLIER, Jean – Jacques. **As grandes obras políticas – de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, pp. 17-48, 1980.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução e notas por Amador Cisneiros, São Paulo: Edipro, 2011.

CONNOLLY, Joy. Cicero’s *concordia ordinum*: a Machiavellian reappraisal. In: **The American Political Science Association (APSA)**, Department of Classics, New York University, 2010. Anais [...]. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1671070](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1671070). Acesso em: 17 fev. 2020.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. **Revista Filosofia e Política**, Porto Alegre, n. 2, pp. 9-25, 1985. Disponível em: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n. 60, pp.117-134, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100007). Acesso em: 02 fev. 2016.

CROCE, Benedetto. **Elementi di Politica**. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1925.



DAL CASTEL, Karen Elena. **O Povo em Maquiavel como Guardião da Liberdade**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

DAL CASTEL, Karen Elena. Teoria do conflito em Maquiavel e o agonismo de Chantal Mouffe: possíveis conexões. **Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 4, pp. 11-24, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/9076>.

DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEL LUCCHESI, Filippo. Disputare” e “combattere”. Modi del conflitto nel pensiero politico di Niccolò Machiavelli. **Rivista Filosofia Politica**, ano XV, n. 1, Aprile, 2001.

DEL LUCCHESI, Filippo. Crisis and power: economics, politics and conflict in Machiavelli’s political thought. **History of Political Thought**, v. 30, n.1, pp. 75-96, 2009. Disponível em: <http://bura.brunel.ac.uk/handle/2438/9539>. Acesso em: 06 maio 2016.

FERREIRA, José Ribeiro. A República na Grécia e em Roma. **Revista de Historia das Ideias**, Coimbra, v. 27, 2006. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41644/1/A\\_Republica\\_na\\_Grecia\\_e\\_em\\_Roma.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41644/1/A_Republica_na_Grecia_e_em_Roma.pdf) Acesso em: 04 mar. 2020.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. **Conflit Civil et Liberté: la politique machiavéienne entre histoire et médecine**. Honoré Champion, Paris, 2004a.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. Machiavel, médecin de la cité?: le diagnostic comme écriture du politique. **Cahiers philosophiques**, n. 97, pp. 40-55, Abril, 2004b.

GARIN, Eugenio. **Ciência e vida civil no renascimento italiano**. São Paulo: UNESP, 1996.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUICCIARDINI, Francesco. **Considerazioni Intorno ai Discorsi del Machiavelli – sopra la prima deca di Tito Livio**. In: *Opere*. Firenze: Tipografi Editore, 1857.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

- JURDJEVIC, Mark. **A great and wretched city: promise and failure in Machiavelli's Florentine political thought.** Harvard University Press, 2014.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics.** Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma.** Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LEFORT, Claude. **Le travail de L'oeuvre Machiavel.** Paris: Gallimard, 1972.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- LEONARDI, Evandro. **Conflito civil e liberdade no pensamento republicano de Maquiavel.** Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- LIMONGI, Maria Isabel. **Ética e política n'O Príncipe de Maquiavel.** In: Figueiredo, Vinícius (org.). Seis filósofos na sala de aula. São Paulo: Berleandis e Vertecchia, 2006.
- LÍVIO, Tito. **História de Roma.** Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Biblioteca Paumape de História, 1989.
- LOSSO, Tiago. A monarquia entre republicanos. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 27, Maio/Agosto, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n27p11>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- MAHER, Amanda. **The Corrupt Republic: The Contemporary Relevance of Machiavelli's Critique of Inequality and Dependence.** Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Faculty of the division of the Social Sciences, University of Chicago, Chicago, 2017.
- MANSFIELD, Harvey C. **Maquiavelo y los principios de la política moderna: um estudio de los Discursos sobre Tito Livio.** México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- MARTINS, José Antônio. **Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel.** Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MCCORMICK, John. **Machiavellian democracy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MCCORMICK, John. Faulty Foundings and Failed Reformers in Machiavelli's Florentine Histories. **American Political Science Review**, n. 0, pp. 1-13, 2016.

MCCORMICK, John. **On the Myth of a Conservative Turn in Machiavelli's Florentine Histories**. In: JOHNSTON, David; URBINATI, Nadia; VERGARA, Camila (Eds.). *Machiavelli on Liberty e Conflict*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.

MCCORMICK, John. **Machiavelli, Popular Resistance and the Curious Case of the Ciompi Revolt**. *Penser et agir à Renaissance*, Véronique Ferrer & Philippe Desan (org.). Genève: Librairie Droz, pp. 369-390, 2019.

MENEZES, Marilde Loiola De. A dialética do desejo e o conflito no republicanismo de Maquiavel. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 2, pp. 65-81, jul/dez, 2014. Acesso em: 12 maio 2020.

MÉNISSIER, Thierry. **Vocabulário de Maquiavel**. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MITRAUD, Carlos Augusto. **História e Tradição no Livro I de Tito Lívio**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

NAJEMY, John. **Between friends: discourses of power and desire in the Machiavelli – Vettori letters of 1513 – 1515**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

NAJEMY, John. **A History of Florence: 1200-1575**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

NAJEMY, John. **The Cambridge Companion to Machiavelli**. New York: Cambridge University Press, 2010

OSTRENSKY, Eunice. Maquiavel: a ambição e o dilema das leis agrárias. **Lua Nova**, São Paulo, 107, pp. 55-90, 2019.

PÁDUA, Marsílio de. **Defensor da Paz**. Tradução de José Antônio C. R. Souza. Petrópolis: Vozes, 1997.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UNB, pp. 225-229, 1998.

PEDULLÀ, Gabriele. **Machiavelli in Tumult: the discourses on Livy and the origins of political conflictualism**. Tradução para o inglês de Patricia Gaborik e Richard Nybakken. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

PETTIT, Philip. **Republicanism: Una Teoria Sobre La Libertad y El Gobierno**. Barcelona: Paidós Iberica Ediciones, 1999.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental. Uma História Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLATÃO. **A República**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

POCOCK, John. **The Machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic Republican tradition**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

POLÍBIO. **Histórias**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: EdUnB, 1996.

PREZZOLINI, Giuseppe. **Machiavelli Anticristo**. Gherardo Casini Editore, Roma, 1954.

REZENDE, Arthur. **Phrases e Curiosidades Latinas**. 4. ed. [s.n.], Rio de Janeiro, 1952.

RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

ROMAN, Sébastien. **Conflit civil et imaginaire social: une approche néo-machiavélienne de la démocratie par l'espace public dissensuel**. Tese (Doutorado em Filosofia), Ecole normale supérieure de Lyon (ENS LYON), 2011.

SALUTATI, Coluccio. **Epistolario**. In: GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no renascimento italiano*. São Paulo: UNESP, 1996.

SALUTATI, Coluccio. **Invectiva in Antonium Luschum Vicentinum**. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SANCHEZ, Shirley. **O senatus consultum ultimum: uma retórica da exceção**. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SASSO, Gennaro. **Niccolò Machiavelli: storia del suo pensiero politico**. Bologna: Il Mulino, 1980.

SEHELLART, Michel. La crise de l'idée de concorde chez Machiavel. **Cahiers philosophiques de Strasbourg**, v. 4, pp. 117-133, 1996.

SFEZ, Gérald. **Machiavel: la politique du moindre mal**. Paris: PUF, 1999.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 2, pp. 299–335, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582010000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200002). Acesso em: 17 jan. 2017.

SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. **Lua Nova**, São Paulo, n. 74, pp. 151-194, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n74/07.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2012.

SILVA, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, pp. 37-58, fevereiro/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a04.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.

SILVA, Ricardo. Da honra ao patrimônio: conflito social e instituições políticas nos *Discorsi* de Maquiavel. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 12, pp. 43-66, set/dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/9847/7216>. Acesso em: 04 ago. 2014.

SILVA, Ricardo. A república democrática de Maquiavel: Uma crítica a interpretação anti-institucionalista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98, pp. 1-21, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-69092018000300513&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092018000300513&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 dez. 2019.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and theory**, v. 8, n. 1, pp. 3–53, 1969.

STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1978.

STREFLING, Sérgio. A concepção de paz na civitas de Marsílio de Pádua. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 2, pp. 153-161, 2010.

SUCHOWLANSKY, Mauricio. **Machiavelli's Republicanisms: Society, Discord and the Politics of Equilibrium in the Florentine Histories**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of Political Science, University of Toronto, Toronto, 2015.

TALLENTYRE, S.G. **The Friends of Voltaire**, 1906. Urbana, Illinois: Project Gutenberg. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/56618/56618-h/56618-h.htm#VII>. Acesso em: 22 dez. 2019.

TOMMASINI, Oreste. **La vita e gli scritti di Niccolò Machiavelli**. Torino: Ermano Loescher, 1883.

VATTER, Miguel. **Between form and event: Machiavelli's theory of political freedom**. Dordrecht: Kluwer, 2000.

VATTER, Miguel. The Quarrel Between Populism and Republicanism: Machiavelli and the Antinomies of Plebeian Politics. **Contemporary Political Theory**, v.11, n. 3, pp. 242-263, 2011.

VILLARI, Pasquale. **Niccolò Machiaveli e i suoi tempi**. V I, II e III. Firenze: Le Monnier, 1877-1882.

VIROLI, Maurizio. **Machiavelli**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WINTER, Lairton. A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 19, pp. 43-75, 2011. Disponível em: [www.revistas.usp.br/cefp/article/download/55738/59154](http://www.revistas.usp.br/cefp/article/download/55738/59154). Acesso em: 01 ago. 2014.

ZANCARINI, Jean-Claude. La révolte des Ciompi: Machiavel, ses sources et ses lecteurs. **Cahiers Philosophiques (SCEREN)**, 97, pp. 9-22, 2004. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00419112>. Acesso em: 16 jan. 2017.

ZORZO, Douglas. Maquiavel e a função dos tumultos para a potência militar romana. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v.19, n.2, pp. 284-299, junho, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6965964>. Acesso em: 05 jul. 2020.